UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

CINTHIAN APARECIDA BAIA

ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DE TERRA E RELAÇÕES DE PODER NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA (1768-1853)

MARINGÁ – PR
2012

CINTHIAN APARECIDA BAIA

ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DE TERRA E RELAÇÕES DE PODER NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA (1768-1853)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Elpídio Serra

MARINGÁ – PR
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

B152e

Baia, Cinthian Aparecida
Estratégias de ocupação de terra e relações de poder nos Campos de Guarapuava (1768-1853) / Cinthian Aparecida Baia. -- Maringá, 2012.
115 f. : il., col., figs., tabs., mapas.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.

1. Indígenas. 2. Resistências - indigenas. 3. Negociações - indígenas. 4. Conquista - indígena. 5. Expansão territorial. I. Serra, Elpidio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 21.ed. 981.62

AHS-000626

ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DE TERRA E RELAÇÕES DE PODER NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA (1768-1853)

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Aprovado em 23 de março de 2012.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Elpídio Serra
Orientador
Universidade Estadual de Maringá

_____

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá

_____

Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo
Membro convidado
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão

Dedico esse trabalho aos meus pais Miguel e Rosely, e aos meus irmãos Danilo e Lhaís, pelo esforço, dedicação e compreensão, em todos os momentos desta e de outras caminhadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao professor-amigo Elpídio Serra pela orientação, crítica, incentivo, confiança e amizade que foram fundamentais para a elaboração e concretização deste trabalho.

Ao professor Lúcio Tadeu Mota pelo apoio durante a pesquisa, seja nas sugestões de interpretações sobre determinados acontecimentos ocorridos nos Campos de Guarapuava, como também cuidados que devem ser tomados em relação às discussões sobre os indígenas.

Aos professores e amigos Frank Mezzomo e Fábio Hahn que me ensinaram os primeiros passos da pesquisa e estiveram comigo nos primeiros momentos, quando esse estudo era apenas uma idéia vaga, sempre apoiando e demonstrando interesse no decorrer deste e de outros trabalhos.

Ao professor-amigo Edson Yokoo pelo fornecimento de livros, sugestões de leituras e trocas de informações que foram importantíssimas para o desenvolvimento deste estudo.

A Murilo Walter Teixeira por apresentar e fornecer uma das documentações fundamentais à problematização da pesquisa.

Agradecimentos também aos órgãos de pesquisas, centros de documentação e bibliotecas como: Casa Benjamin Teixeira; Arquivo Público do Estado do Paraná; Ciclo de Estudos Bandeirantes; Museu Paranaense; Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG; Instituto Histórico e Geográfico do Paraná; Biblioteca da FECILCAM e Biblioteca da UEM.

Aos professores do Departamento de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – FECILCAM, em especial a Ana Paula Colavite, Áurea Andrade, Fábio Costa e Jefferson Crispim.

A todos os meus amigos pela força e compreensão ao fato do distanciamento com que muitas vezes me apresentei e, de forma especial a Ana Paula Pinheiro, Juliana Pinheiro, Lucimara Fantucci, Luciana Alviano, Solange Loch, Juliano Domingues, Marcelo Bertotti, Jaihani Morandi, Viviane da Silva, Paula Évile, Marina Almeida, Karoelen Santos e Tiago Teixeira.

Aos colegas de mestrado, principalmente, Claudia Conte e Pedro Carnevalli, pelas conversas formais e informais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior – CAPES pelo importante apoio financeiro no decorrer de toda a pesquisa.

A todos meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O objetivo central deste trabalho é analisar o processo de ocupação luso-brasileira dos Campos de Guarapuava e os conflitos existentes com os indígenas durante o avanço da frente de expansão territorial, identificando os jogos de interesses, conjunturas políticas e as estratégias dos sujeitos para assegurar os seus objetivos, isto é, a manutenção da posse da terra desses campos. O período compreendido para análise e discussão no trabalho é a partir de meados do século XVIII, época em que ocorreu a primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava pela campanha de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa até a primeira metade do século XIX, período em que ocorreu a conquista dessa área pela expedição comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, a ocupação de áreas adjacentes, como é o caso dos Campos de Palmas, bem como a tentativa de localização dos Campos do Paiqueré. A análise e a representação indígena não serão apontadas nesse trabalho exclusivamente pelos conflitos contra o conquistador, mas também pelas negociações e acordos estabelecidos entre esses sujeitos. Dessa forma, o indígena não será analisado como uma vítima passiva a essa expansão territorial, mas sim como um sujeito histórico ativo no decorrer desse processo.

Palavras-chave: Indígenas. Resistências. Negociações. Conquista. Expansão territorial.

RESUMEN

El objetivo central de este trabajo es analizar el proceso de ocupación lusobrasileña de los Campos de Guarapuava y los conflictos existentes con los indígenas durante el avance de la frente de expansión territorial identificando los juegos de interés, conyunturas políticas y las estrategias de los sujetos para asegurar los sus objetivos, esto es, la manutención de la posesión por la tierra de esos campos. El periodo compreendido para analisis y discusión en el trabajo será apartir de mediados del siglo XVIII, epoca en que ocurrió la primera tentativa de ocupación de los Campos de Guarapuava por la campaña de Afonso Botelho de Sampaio y Sousa hasta la primera mitad del siglo XIX, rato en que ocurrió la conquista de esa área por la expedición sob el comando de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, la ocupación de áreas adyacentes, como es el caso de los Campos de Palmas, bien como la tentativa de localización de los famosos Campos del Paiqueré. La analisis y la representación indígena no seran apuntadas en eso trabajo exclusivamente por los conflictos contra el conquistador, mas también por las negociaciones y acuerdos establecidos entre esos sujetos. De esa forma el indígena no será analizado como una victima pasiva a esa expansión territorial, mas sí como un sujeto histórico activo en el decorrer de eso proceso.

Palabras clave: Indígenas. Resistencias. Negociaciones. Conquista. Expansión Territorial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos sertões do Tibagi elaborado por Manuel Ângelo Figueira Aguiar em 1755 23
Figura 2 – Nota explicativa do mapa de Manuel Ângelo Figueira Aguiar 24
Figura 3 – Localização da Serra de Apucarana 25
Figura 4 – Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo (1770) 27
Figura 5 – Um índio com cinco filhos tirando pinhão do lago: chega a vê-lo o tenente Cascais com os cinco cavaleiros, que foram descobrir o campo 30
Figura 6 – Despe o tenente a chimarra vermelha, veste-a ao índio, e os mais camaradas vestem os filhos, despindo-se êles mesmos dos seus próprios vestidos 31
Figura 7 – Vêm os índios guiados pelo que havia sido encontrado, e vestido o dia antes, e o tenente-coronel, e chegando os que andavam a caça 32
Figura 8 – O tenente-coronel, e mais camaradas apeados tratando com os índios, e entrando nos seus arranchamentos onde se tinham retirado mulheres, e filhos pequenos 33
Figura 9 – Manda o tenente-coronel vestir os índios, e os outros vão passando o rio 34
Figura 10 – Vêm os índios em grande quantidade dispostos à traição, que tinham [...] 36
Figura 11 – O capitão Carneiro, que passou além do rio com outros camaradas, ficam estes mortos, veio fugindo 37
Figura 12 – Chega o capitão Carneiro ao rio defronte do abarracamento, e retiram-se fugindo os índios do abarracamento, antes que êle possa dar parte ao tenente-coronel do perigo de que escapou, e da morte dos camaradas 38
Figura 13 – Carta chorográfica dos Campos de Guarapuava (1772) 39
Figura 14 – Demonstração da nova Campanha de Guarapuava (1775) 40
Figura 15 – Fragmento do mapa “Demonstração da nova Campanha de Guarapuava” (1775) 41
Figura 16 – Demonstração do ataque indígena no forte de Atalaia em 29 de agosto de 1810 52
Figura 17 – Mapa das sesmarias dos Campos de Guarapuava elaborada em 1821 58
Figura 18 – Fragmento do “Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande” (17--) 68
Figura 19 – Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territorios contiguos (1843) 89

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11
2 A CONQUISTA E OCUPAÇÃO DA TERRA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA . 14
2.1 OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA EM MEADOS DO SÉCULO XVIII 15
2.2 CONQUISTA E OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX 45
3 A POLÍTICA INDIGENISTA E OS INTERESSES DO COLONIZADOR 60
3.1 POLÍTICA INDIGENISTA NO CONTEXTO DE OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA 61
3.2 O ALDEAMENTO DE ATALAIA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA 64
3.3 O ALDEAMENTO DE ATALAIA E AS RELAÇÕES INTERTRIBAIS 75
3.4 ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA 79
4 O INDÍGENA: NO OLHAR DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS 87
4.1 JOAQUIM JOSÉ PINTO BANDEIRA E OS CAMPOS DE PALMAS 87
4.2 JOÃO DA SILVA MACHADO E OS CAMPOS DO PAIQUERÉ 100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 107
REFERÊNCIAS 109

1 INTRODUÇÃO

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE assinalam que o Brasil possui 817. 963 indígenas, dos quais 315. 180 vivem nas cidades e 502. 783 em áreas rurais, distribuídos em terras indígenas. De acordo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI a soma total desses índios referem-se a 220 povos diferentes que falam 180 línguas distintas.

Conforme o mesmo Censo de 2010 existe no Estado do Paraná 25. 915 índios. Desse total, 12. 509 indígenas vivem em áreas urbanas e 13.406 em áreas rurais, distribuídos, em sua maioria, em 23 terras indígenas demarcadas. Esses índios correspondem a três etnias, sendo elas: Guarani, Kaingang e Xetá.

Com base nessas informações, é plausível afirmar que, para compreender, na medida do possível, a situação e distribuição geográfica atual das populações indígenas no Brasil e, em especial, no Estado do Paraná, é necessário analisar primeiro o processo histórico de expansão política, territorial, econômica e cultural. É por essa perspectiva que se procurará apresentar as avaliações das fontes documentais no decorrer do presente estudo.

O objetivo central deste trabalho é analisar o processo de ocupação dos Campos de Guarapuava e os conflitos existentes com os indígenas durante o avanço da frente de expansão territorial, identificando os jogos de interesses, conjunturas políticas e as estratégias dos sujeitos para assegurar os seus objetivos, isto é, a posse pela terra desses campos. O período compreendido para análise e discussão no trabalho é a partir de meados do século XVIII, época em que ocorreu a primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava pela campanha de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa até a primeira metade do século XIX, período em que ocorreu a conquista dessa área pela expedição comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal.

Dessa forma, para compreendermos como ocorreu a ocupação dos Campos de Guarapuava e as relações sociais que se estabeleceram no decorrer desse processo, dividimos o trabalho em três partes. A primeira trata em demonstrar que a conquista e apropriação das terras dos Campos de Guarapuava se desenvolveram em dois momentos históricos, cada um envolvendo interesses definidos. No primeiro momento, era o interesse da Metrópole Colonial Portuguesa incorporar uma área possivelmente rica ao território colonial. E, no segundo momento, pelo avanço da frente de ocupação pastoril, uma vez que, todas as áreas propícias a essa atividade já estavam ocupadas por grandes fazendas de criação de gado nos Campos Gerais.

Na segunda parte se procurará analisar o aldeamento de Atalaia enquanto estratégia do governo central para agrupar os indígenas em uma determinada área e liberar seus tradicionais territórios para o estabelecimento de fazendas de criação de gado. Compõe ainda como propósito elucidar que o aldeamento era uma política indigenista vigente na época em questão, dessa forma, esclarecendo em que corrente de pensamento surgiu o aldeamento de Atalaia, qual era seu objetivo, quais as táticas empregadas para agrupar os indígenas nesse local, suas possíveis resistências e, de que forma a instalação do aldeamento favoreceu a ocupação luso-brasileira e organização do espaço em questão.

Na terceira e última parte trataremos em compreender, por meio de narrativas históricas, para onde se direcionou a conquista e expansão territorial luso-brasileira, a partir do momento em que as áreas propícias para criação de gado já estavam ocupadas por grandes fazendas nos Campos de Guarapuava, bem como as relações sociais estabelecidas com os indígenas durante o avanço dessa frente de expansão pastoril. Procurar-se-á analisar nessas narrativas de que maneira os autores relatavam sobre os indígenas existentes nos Campos de Guarapuava e áreas adjacentes, bem como o olhar dos narradores sobre os lugares explorados.

Para a obtenção dos dados utilizados no desenrolar do trabalho, realizamos um levantamento bibliográfico, que se constituíram na consulta de livros, artigos, cartas, relatórios, mapas e imagens. Localizamos esses documentos em arquivos particulares, bibliotecas públicas, instituições que disponibilizam *online* seu acervo documental, dentre outros estabelecimentos.

As fontes sobre o século XVIII foram pesquisadas no *site* da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, que fornece digitalizado vários documentos como, livros, obras raras, mapas, fotografias, manuscritos, periódicos, dentre outras fontes referentes à história do Brasil. Em relação ao século XIX, alguns documentos foram adquiridos na Casa Benjamin Teixeira, na cidade de Guarapuava – PR. Nesse acervo conseguimos obter os relatórios e correspondências do Padre Francisco das Chagas Lima (padre responsável pela catequese e civilização dos indígenas existentes naqueles campos) trocadas, em sua maioria, com os presidentes da Capitania e Província de São Paulo.

Os documentos referentes às Leis do Império, em especial as Cartas Régias de D. João VI, foram pesquisadas pelo *site* da Câmara dos Deputados. Já os relatórios da Província de São Paulo foram acessados pelo *site* do *Center for Research Libraries*. E, as narrativas históricas que foram utilizadas na última seção desse trabalho encontram-se, em sua maioria, disponibilizados no *site* da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R.IHGB.

Também foi realizada uma visita em algumas instituições na capital do Estado, Curitiba, como no Arquivo Público do Estado do Paraná, Ciclo de Estudos Bandeirantes, Museu Paranaense, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, e no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Devido ao volume de documentos adquiridos nessas localidades, optou-se por trabalhar com essas fontes em uma pesquisa futura, como sustentação de uma tese de doutoramento.

Para a execução desse trabalho foi necessário realizar leituras de obras que tratam especificamente sobre a questão indígena, para se compreender sua localização pelo território brasileiro, sua organização social, táticas de guerra, relações intertribais, dentre outras coisas. Além das obras bibliográficas alguns *sites* merecem ser destacados, sendo eles: Instituto Socioambiental, Portal Kaingang, Fundação Nacional do Índio, Museu do Índio e Biblioteca Digital Curt Nimuendaju.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir de forma significativa com as pesquisas realizadas sobre a temática em questão, bem como influenciar os profissionais e pesquisadores da área de Ciências Humanas, em especial aos geógrafos a esse tipo de estudo, destacando que, há uma carência de discussões sobre tal problemática entre os geógrafos brasileiros.

2 A CONQUISTA E OCUPAÇÃO DA TERRA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

Os Campos de Guarapuava[1], geograficamente, compreendem os territórios localizados entre os rios Ivaí, Uruguai e Paraná. Quando das primeiras tentativas de sua conquista e ocupação, em meados do século XVIII, os campos pertenciam à Capitania de São Paulo, assim como a maior parte do território que passou, a partir do século XIX, a corresponder ao espaço político da Província e, posteriormente, do Estado do Paraná.

As primeiras tentativas de ocupação desses campos ocorreram em meados do século XVIII, tendo em vista o interesse da Coroa Portuguesa em estender para o oeste da América do Sul seus domínios territoriais. Contudo, vale salientar que a ocupação de novas áreas além de atender aos interesses políticos da Metrópole Colonial Portuguesa também atendia as necessidades econômicas da época, visto que poderia incorporar localidades abastadas de ouro e diamante, enriquecendo, desta forma, o "Real Erário"[2]. Porém, as primeiras tentativas de ocupação não atingiram essas finalidades, sendo tais objetivos retomados no início do século XIX, devido à chegada da Família Real ao Brasil.

Conforme contexto, o objetivo deste capítulo é demonstrar algumas das estratégias da Coroa Portuguesa para a ocupação dos Campos de Guarapuava, principalmente as relações que estabeleceram com os indígenas[3] que habitavam essa localidade. Isso porque, como veremos no decorrer do trabalho, na época em questão o índio foi considerado um empecilho ao avanço da colonização, já que resistia a ocupação portuguesa de seus tradicionais territórios. Logo, será evidenciado que tanto a Metrópole Portuguesa como os indígenas desenvolveram estratégias diferentes para assegurarem os seus objetivos, ou seja, a manutenção da posse da terra dos Campos de Guarapuava.

Em linhas gerais, procurará demonstrar que a ocupação e apropriação das terras dos Campos de Guarapuava se desenvolveram em dois momentos históricos, cada um envolvendo interesses definidos. No primeiro momento, era o interesse da Coroa Portuguesa em delimitar suas fronteiras frente às colônias espanholas estabelecidas na América do Sul, bem como aumentar o "Tesouro Real". E, no segundo momento, pelo avanço da frente de ocupação

---

[1] Os Campos de Guarapuava eram denominados pelos Kaingang como Côranbang-rê. *Coran* dia ou claro; *bang* grande; *rê* campo. Campo do claro grande ou clareira grande (BORBA, 1908, p. 118).

[2] Era denominado também de "Erário Régio", sendo criado em Portugal pelo alvará de 22 de dezembro de 1761. Em 1822, proclamada a Independência, mudou de nome para Tesouro Público do Rio de Janeiro. O nome Ministério da Fazenda só foi adotado em 1824, em função da Constituição do Império. Maiores informações consultar o *site* da Receita Federal, disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/colonia/real.asp>.

[3] Vale ressaltar que o índio não será analisado como uma vítima passiva a essa expansão territorial, mas sim como um sujeito ativo no decorrer desse processo.

pastoril, uma vez que, todas as áreas propícias a essa atividade já estavam ocupadas por grandes fazendas de criação de gado nos Campos Gerais[4].

2.1 OCUPAÇÃO E RESISTÊNCIA INDÍGENA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA EM MEADOS DO SÉCULO XVIII

Em função do fim da vigência do Tratado de Madrid[5], as duas Metrópoles Coloniais (Portugal e Espanha) voltaram a discutir suas fronteiras na América do Sul, o que tornou o período de 1761 a 1777 de grandes tensões entre os dois países. É nessa conjuntura que a Metrópole Portuguesa se utiliza de todas as estratégias possíveis para ocupação definitiva do território.

O Governador da Capitania de São Paulo Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão (Morgado de Mateus)[6] e Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal)[7] estabeleceram alguns planos para garantir a segurança dos territórios da América do Sul portuguesa. Segurança necessária para conter o avanço da ocupação dos espanhóis nessa área.

Para tal fim, Morgado de Mateus enviou duas principais expedições, sendo uma para o Iguatemi[8], com o pretexto que denominou de explorar os "sertões do rio Ivaí" e outra para os "sertões do Tibagi", sendo uma das metas da campanha "descobrir" os Campos de Guarapuava. Para Bellotto

> Quando D. Luís Antonio pensou em enviar a primeira expedição ao Iguatemi, tratou de também organizar uma que fosse para o Tibagi. Com isso, conseguia atingir dois objetivos: camuflar sua intenção quanto ao Iguatemi ('descubrir os certões do Ivaí, Rio que deságua junto as Sete Quedas e da entrada para o Paraguai') e tomar posse da área de Apucarana, Guarapuava e Tibagi ('descubrir as margens e certões do Tibagy'). (BELLOTTO, 2007, p. 137-138).

[4] No Paraná, todas as áreas desprovidas de vegetação arbórea e propícias a criação de gado foram denominadas "Campos", recebendo denominações diferentes, conforme sua localização. Neste contexto, o segundo planalto paranaense ficou conhecido a partir do século XVIII como Campos Gerais.

[5] O Tratado de Madrid foi assinado em 1750 e estabelecia os limites territoriais entre as Metrópoles Coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul. Entretanto, esse tratado foi anulado em 1761.

[6] Morgado de Mateus governou a Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775. Maiores informações sobre seu governo conferir a obra de BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2. ed. São Paulo: Secretaria da Cultura, 2007.

[7] Exerceu o cargo de Primeiro-ministro de Portugal entre 1750 e 1777.

[8] Foi um forte construído na margem direita do rio Paraná no Mato Grosso. Essa fortificação visava à vigilância dessa localidade, para conter possíveis entradas de soldados espanhóis que de Assunção no Paraguai poderiam se dirigir ao território já ocupado pelos portugueses. Contudo, essa localidade foi invadida pelos castelhanos em 27 de outubro de 1777. Conferir FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 38.

A primeira expedição[9] organizada, ou seja, a do Iguatemi, deveria ser sigilosa em função de atingir uma área disputada entre as Metrópoles de Portugal e Espanha. Por isso a utilização do termo 'descubrir os certões do Ivaí' em vez de Iguatemi. A segunda não necessitava ser sigilosa, pelo contrário, deveria ser divulgada para que o verdadeiro objetivo da primeira campanha permanecesse em segredo (BELLOTTO, 2007, p. 138).

Com base na organização das expedições e, nas palavras de Saquet (2007, p. 27), a ideia de território nesse período estava ligada a questões políticas, isto é, a dominação de uma determinada área de terras. Para o autor o descobrimento e a ocupação correspondiam para a classe dominante de alguns países europeus a novos territórios para dominação e exploração. Contudo, é interessante mencionar que a disputa pela dominação territorial entre as Metrópoles de Portugal e Espanha não estava relacionada apenas aos países envolvidos, mas também pela população nativa que habitavam essas localidades. Fato que explicaremos no desenrolar do trabalho.

Referente à segunda expedição, Morgado de Mateus enviou a Paranaguá o tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, com instruções para marchar a oeste[10] do que seria futuramente o estado do Paraná. Afonso Botelho foi responsável pelo empreendimento de onze expedições aos rios Tibagi, Ivaí e Iguaçu que ocorreram no período entre 1768 e 1774.

Para compreendermos como ocorreram essas expedições, vamos levar em consideração o conjunto de documentação assinado por Afonso Botelho tendo como título "A notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi"[11], publicado em 1956, nos Anais da Biblioteca Nacional. Essa fonte documental possui um relatório geral das expedições, diários, roteiros, cartas, dentre outras documentos. E, ao que tudo indica, o documento foi elaborado para justificar as ações empregadas nas expedições aos Campos de Guarapuava, visto que, tanto Morgado de Mateus como Afonso Botelho foram acusados de terem violado as ordens quanto ao tratamento indígena (BELLUZZO; PICCOLI, 2003, p. 47).

Essa acusação foi devido ao fato de Afonso Botelho, em uma de suas correspondências enviadas ao Morgado de Mateus, sugerir que os índios deveriam ser

---

[9] Maiores informações sobre as expedições ao Iguatemi conferir o capítulo de BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Exploração e conquistas territoriais. In: _____. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2. ed. São Paulo: Secretaria da Cultura, 2007.

[10] A área abrangida pela bacia oriental do rio Paraná era conhecida no século XVIII como Sertão do Tibagy. Conferir FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Museu Paranaense, 1943, p. 37.

[11] "A notícia de conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi" encontra-se na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e foi publicada integralmente no volume 76 dos Anais da mesma biblioteca (FILHO; BELLUZZO; PICCOLI, 2003, p. 25, 46).

atacados e reduzidos a forças de armas, porque sem essa atitude não poderiam utilizar das terras, muito menos das riquezas que os antigos sertanistas anunciavam sobre aqueles campos (BELLUZZO; PICCOLI, 2003, p. 47). Entretanto, tal correspondência que as autoras mencionam não está contida no rol de documentos que analisamos para elaboração do trabalho, mas, possivelmente, foi elaborada após um ataque dos índios às tropas de Afonso Botelho durante a décima expedição aos Campos de Guarapuava. Esclareceremos esse fato adiante.

Outra fonte importante são as Aquarelas[12] atribuídas a Joaquim José de Miranda[13] (figuras de 5 a 12) que retratam, em forma de quarenta estampas (ou cenas), o encontro das tropas comandadas pelo tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa com os índios que habitavam os Campos de Guarapuava durante a décima expedição que ocorreu em fins de 1771 e início de 1772. É plausível afirmar que as imagens de Miranda desejavam causar a Corte Portuguesa uma boa impressão das atitudes empregadas pelos expedicionários durante a décima expedição. Diante disso, agindo como um reforço ou complemento ao relato de Afonso Botelho, uma vez que as estampas são mencionadas no próprio relato.

As imagens pertencem à coleção Beatriz[14] e Mário Pimenta Camargo, arquivadas na cidade de São Paulo, e foram adquiridas em um leilão da *Sotheby's* realizado em Nova York no ano de 1985[15]. Essas imagens foram publicadas na obra "Do contato ao confronto: a conquista de Guarapuava no século XVIII" de Belluzzo, Amoroso, Sevcenko e Piccoli, e as utilizamos como fonte para interpretação das figuras.

Assim, se procurará utilizar as imagens de Miranda não como meras ilustrações dos fatos ocorridos nos Campos de Guarapuava, mas sim, enquanto uma evidência histórica, capaz de transmitir informações que, em alguns casos, outro documento[16] não oferece, como, a título de exemplo, o documento oficial utilizado nesse trabalho (relato de Afonso Botelho). Conforme Burke (2004, p. 17) "o uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informação ou de oferecer prazer, permite-lhes

---

[12] Essas imagens são referenciadas na "Notícia de conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi" de Afonso Botelho, mas, não foram anexadas a essa obra.

[13] Sabe-se muito pouco sobre Joaquim José de Miranda, a quem são atribuídas às pranchas. Provavelmente, Miranda fosse um militar com treinamento cartográfico e que as imagens foram compostas sob encomenda destinada aos olhos do governo central da época (reinado de D. Maria I) (BELLUZZO et al., 2003).

[14] Em uma entrevista concedida ao Jornal Estadão, Beatriz Camargo informa que as aquarelas pertenceram a Marquês de Pombal. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2002/not20020722p7473.htm>. Acesso em: 14 ago. 2011.

[15] Segundo Belluzzo e Piccoli (2003, p. 49) não se sabe ao certo quem guardou as aquarelas de Miranda e em que momento teria aparecido no mercado da arte.

[16] Conforme Besselar (1970, p. 117) o termo documento ou fonte é atribuído a "todo ou qualquer vestígio do passado, capaz de nos dar informações acerca de um fato ou acontecimento histórico". Nesse sentido, livros, cartas, fotografias, filmes, dentre outros registros da atividade humana, podem ser considerados documentos.

testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc". Para o autor, as imagens podem fornecer ao pesquisador informações sobre a cultura, visões de mundo, organização e cenário de um dado acontecimento (guerras, greves, revoluções, dentre outros) de períodos e lugares específicos.

Para interpretar as imagens de Miranda, contamos com a contribuição do professor Lúcio Tadeu Mota, docente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Foram realizadas reuniões nas quais discutimos questões referentes à existência de significados para os quais podem remeter as formas das imagens, os modos de representação do espaço e do tempo, dentre outras questões. Também se realizou um levantamento bibliográfico de outros estudos que utilizaram as imagens de Miranda como fonte de análise para demonstrarmos a variedade de interpretações/explicações sobre a mesma obra, bem como evidenciarmos possíveis controvérsias. Nesse âmbito, objetiva-se, por meio da análise desse documento, problematizar o discurso produzido pelas imagens, bem como o que as ilustrações deixam transparecer e o que omitem enquanto evidência histórica.

Ao estudar o processo histórico de ocupação dos Campos de Guarapuava procuramos explicar que os conflitos sociais referentes à conquista/demarcação/posse de terras não são uma exclusividade de nossos tempos. Fato esse ressaltado na obra "A geografia das lutas no campo" de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na qual o autor informa que "Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha da terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vêm sendo submetidos [...] não pode ficar de fora das muitas histórias de massacre no campo" (OLIVEIRA, 1994, p. 15). Para o autor as lutas das nações indígenas pela posse de seus tradicionais territórios frente à sociedade capitalista nunca cessou na história do Brasil.

Diante disso, ao reconstituir a ocupação dos Campos de Guarapuava demonstraremos que os indígenas que habitavam os campos desenvolveram estratégias diferentes para assegurarem a posse de suas terras. Observamos, contudo, que o indígena não será analisado nesse trabalho como vítima passiva do processo, mas sim enquanto sujeito histórico ativo no decorrer da ocupação luso-brasileira de seus territórios.

Para a compreensão das lutas e dos interesses nelas envolvidos pelos diferentes sujeitos históricos (indígenas e expedicionários) torna-se importante reconstituir as principais expedições desenvolvidas nos Campos de Guarapuava. As estratégias desenvolvidas por esses sujeitos, segundo seus interesses de conquista ou de manutenção do território são também colocadas em destaque, como forma de facilitar a compreensão do objeto de pesquisa do presente trabalho.

Ao analisar o relato de Afonso Botelho sobre todas as expedições notou-se que o reconhecimento dos Campos de Guarapuava foi um dos propósitos mais ressaltados durante essas campanhas. Tanto é que Morgado de Mateus em suas instruções de como deveriam ser conduzida as expedições, solicitava a exata localização dos mesmos, como também o tratamento que se deveria ter com o indígena[17] ali existente.

Quanto às instruções sobre o tratamento em relação aos indígenas que habitavam os Campos de Guarapuava, percebe-se que para o Morgado de Mateus, deveriam ser empregados nas expedições todos os meios possíveis para reduzir os índios ao que ele denominava como "grêmio da Igreja". Termo este evidenciado no decorrer de toda a obra citada, demonstrando a preocupação tanto do Morgado do Mateus, como a de Afonso Botelho de que o índio deveria adorar a Deus e aos santos católicos. Por meio dessa atitude, acreditava-se que os índios reconheceriam que existia um Rei que era senhor das terras que eles (índios) tradicionalmente habitavam.

Vale salientar que no período que ocorreram as expedições existia uma política colonial portuguesa sobre a questão indígena (política pombalina). Para Marquês de Pombal tal política consistia em integrar os índios a comunidade luso-brasileira e, para que isso fosse possível, primeiramente procurou extinguir a tutela que os jesuítas[18] possuíam sobre os índios. Aliado a essa atitude, estimulou que os índios trabalhassem nas fazendas, casassem com os portugueses, formassem família, cooperando assim com o povoamento e defesa do território brasileiro (SEVCENKO, 2003, p. 19).

Conforme Bellotto (2007, p. 62) o governo central pensava no aproveitamento dos indígenas que viviam nos "sertões" das fronteiras dos domínios espanhóis porque constituiriam a principal força e riqueza para a defesa nas mesmas fronteiras. Por isso a liberdade dos índios era lembrada na legislação já que com a aliança entre os portugueses sairiam da "escravidão jesuítica" e seriam governados pelos Generais e pelos chefes de suas respectivas nações, bem como "livres" e "senhores" das terras em que se estabelecessem (BELLOTTO, 2007, p. 62).

Para Bellotto (2007, p. 62) essa atitude em relação ao indígena era tomada porque

> Era sabido que os índios tinham sido o sustentáculo das forças e das riquezas dos inacianos na América. A única arma, julgava Pombal, com que Portugal

[17] Os índios que habitavam os Campos de Guarapuava foram identificados no relatório de Afonso Botelho como nação Xuclan, "segundo algũas palavras, que se lhes tem percebido" (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 226).
[18] Eram padres da Igreja Católica que faziam parte da Companhia de Jesus. Esses padres possuíam como um de seus objetivos catequizarem os índios, transmitindo-lhes os costumes europeus e a religião católica.

> poderia defender-se dessas intromissões seria a 'restituição da Liberdade e Civilização dos mesmos índios [...]'. (BELLOTTO, 2007, p. 62).

Observa-se que, com a política pombalina, o índio não era visto enquanto ser social, com costumes, atitudes e visões de mundo diferentes, uma vez que, no período em questão, buscava-se uma sociedade homogênea. A busca por uma sociedade sem distinções culturais possivelmente seria uma tática de dominação territorial já que, fazendo com que o indígena notasse a realidade sob a ótica da classe dominante, seja por meio do trabalho nas fazendas, pela catequese ou pelo casamento com os luso-brasileiros, isso poderia de certa forma garantir a posse portuguesa de seus territórios tradicionais.

Conforme Sevcenko (2003, p. 20-21) Marquês de Pombal[19] sabia que não podia contar com a população portuguesa para povoar as áreas vulneráveis[20] (fronteiras) da colônia na América do Sul, isso porque, com determinada atitude ele poderia despovoar e enfraquecer a Metrópole. Por isso as instruções de Pombal para que fossem abolidas todas as diferenças entre índios e portugueses, de modo que se pudesse contar com os índios como agentes colonizadores. Para o autor

> O objetivo fundamental era que os índios fossem protegidos e recebessem toda a assistência necessária das autoridades coloniais, a fim de que povoassem as terras devolutas, promovendo o seu desenvolvimento agrícola e assim atraindo seus co-irmãos das áreas espanholas. (SEVCENKO, 2003, p. 21).

Com essa citação nota-se que, para Marquês de Pombal o indígena foi considerado um elemento da natureza que poderia ser explorado em beneficio dos projetos desenvolvidos pela Coroa Portuguesa. Projetos que, nas palavras de Amoroso (2003, p. 30) visavam à utilização dos índios como uma barreira viva para defender as fronteiras portuguesas na América do Sul.

Para explicar como ocorreu a primeira tentativa de ocupação portuguesa dos Campos de Guarapuava e as relações estabelecidas entre expedicionários[21] e indígenas nessa área, direcionamos nossa discussão a partir da sexta expedição, em virtude das campanhas anteriores não terem atingindo o objetivo desejado, ou seja, o "descobrimento" dos Campos de Guarapuava. É interessante mencionar que até localizarem esses campos, Afonso Botelho utilizava-se do termo "descobrimento". Contudo, não se acredita que esses campos tenham

[19] Durante seu governo (1750 e 1777) criou a Lei do Diretório dos Índios (1758). Com essa Lei expulsou os jesuítas, já que havia conflitos entre esses e os colonos, e proclamou a primazia da autoridade civil (chamado de governo temporal) sobre as populações indígenas. Possuía como meta "civilizar" os índios e, para isso, procurou abolir seus costumes e introduzir nas aldeias hábitos e costumes portugueses.

[20] É interessante salientar que as áreas vulneráveis que o autor menciona já estavam povoadas por indígenas.

[21] Soldados que participavam das expedições.

sido descobertos com as expedições, mas sim redescobertos ou localizados, uma vez que, percebe-se no mesmo relato que as expedições possuíam conhecimento prévio de que os Campos de Guarapuava estavam localizados abaixo do Salto Grande no rio Registro (médio Iguaçu). Possivelmente os roteiros foram elaborados por meio de relatos antigos de sertanistas/bandeirantes/viajantes que já haviam percorrido essas localidades.

Segundo Lopes (2007, p. 365) os Campos de Guarapuava foram atingidos primeiramente por Ângelo Pedroso de Lima e seu irmão Marcelino Rodrigues de Oliveira. Esses dois irmãos, filhos de frei Bento Rodrigues de Santo Ângelo, que moravam onde hoje está localizada a cidade de Tibagi, encontraram essa localidade quando procuravam ouro nos "sertões" do Tibagi a pedido de Antônio Pires da Silva e Melo Porto Carreiro.

É interessante informar que desde as décadas iniciais do século XVIII acreditava-se que havia ouro e diamantes na bacia do rio Tibagi, sendo rapidamente tal localidade denominada como El Dorado (AMANTINO, 2007, p. 4). A descoberta de diamante no rio Tibagi influenciou explorações particulares (e também oficiais) em outras áreas na busca de possíveis riquezas minerais. Foi devido a esse objetivo que Ângelo Pedroso de Lima e seu irmão Marcelino Rodrigues de Oliveira atingiram os Campos de Guarapuava.

A Serra de Apucarana (localizada na figura 1 na margem direita do rio Ubatuba[22] – atual rio Ivaí) também foi um atrativo para essas explorações porque havia notícias antigas dando conta da existência de ouro nessa localidade. Tanto é que Ângelo Pedroso Lima ao informar sobre suas buscas pelos sertões do Tibagi aos responsáveis pelo empreendimento mencionava que seu irmão tinha aberto um caminho que atingia os Campos de Guarapuava, mas que não havia encontrado a Serra de Apucarana. Sobre este aspecto, ele sugeriu que voltassem aos campos e realizassem novas buscas antes que os paulistas encontrassem esse local (LOPES, 2007, p. 365). Percebe-se que o interesse pela ocupação dos Campos de Guarapuava consistia, possivelmente, na existência de metais preciosos na Serra de Apucarana.

Conforme Bellotto (2007, p. 136) a descoberta de diamante no vale do rio Tibagi possivelmente ocasionou conflitos entre os ouvidores de Paranaguá e de São Paulo, visto que, o coronel Ignácio Eloy Madureira, governador da Praça de Santos, impediu as explorações de diamantes do Tibagi em agosto de 1755 (BELLOTTO, 2007, p. 136). Ao que tudo indica, as explorações foram liberadas na década de 1760, durante o governo do Morgado de Mateus.

[22] O rio Ivaí era conhecido pelos antigos sertanistas como Ubatuba. Contudo, durante a segunda expedição (1769) denominaram esse rio como Dom Luís, em homenagem ao Governador da Capitania de São Paulo (Dom Luís Antonio de Sousa Botelho Mourão).

Isso porque, entre as Instruções que recebeu de Pombal, quando ocupou o cargo de Governador da Capitania de São Paulo, estava à ocupação da Serra de Apucarana. Porém, esse objetivo só seria possível se fosse liberado a mineração naquela área, tornando-se, desse modo, um atrativo para persuadir os paulistas a participarem das expedições e estabelecerem-se nessa localidade (BELLOTTO, 2007, p. 137).

Ainda sobre as buscas pelo "sertão" de Marcelino Rodrigues de Oliveira e Ângelo Pedroso, vale mencionar que esse último encomendou um mapa a Manuel Ângelo Figueira Aguiar (figura 1), onde se visualizam dois campos de Guarapuava. Um entre o rio Registro (atual Iguaçu) e o rio Ubatuba (Ivaí), onde realmente estavam os campos de Guarapuava e outro entre os rios Tibagi e Ubatuba.

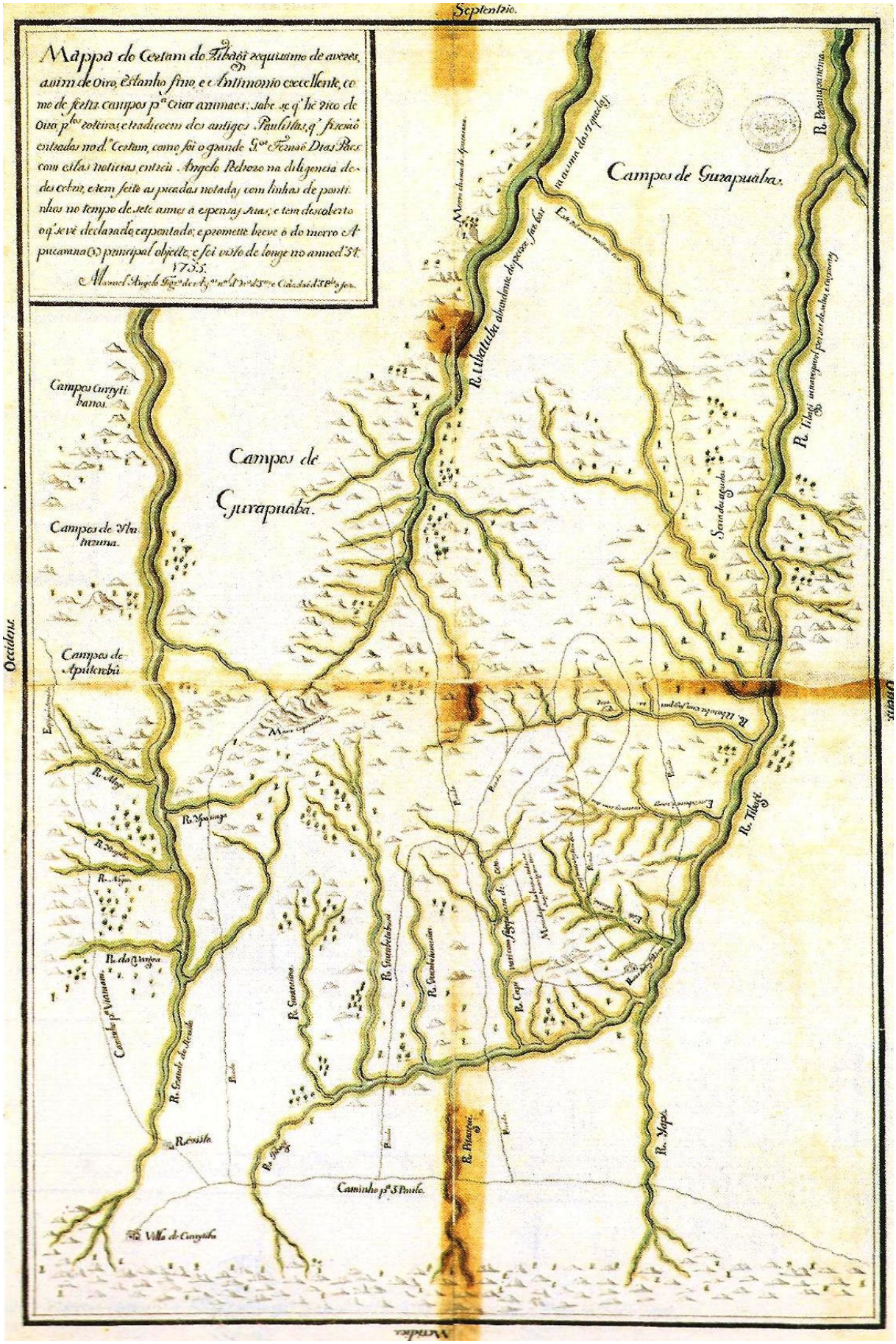

Figura 1 – Mapa dos sertões do Tibagi elaborado por Manuel Ângelo Figueira Aguiar em 1755.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Na parte superior esquerda do mapa consta uma nota explicativa (figura 2) que alude a existência de ouro, bem como campos propícios para a criação de animais no “Certam do Tibagi”. Informa também que se sabia da existência do ouro em função dos roteiros descritivos dos antigos bandeirantes paulistas que percorreram a localidade, tendo essas mesmas notícias motivado Ângelo Pedroso em suas explorações, que perduraram sete anos. Por fim, menciona que o principal objetivo desse minerador era encontrar o “morro Apucarana”, contudo, “foi visto de longe no anno d 54”, conforme documento a seguir.

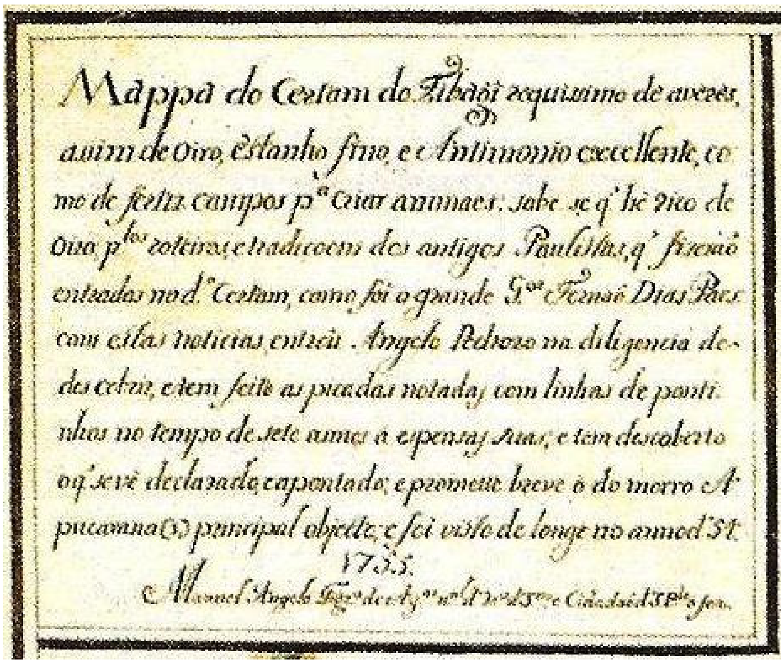
Mappa do Certam do Tibagi riquissimo de veeas, assim de Oiro, e Estanho fino, e Antimonio excellente, como de feitos campos p.a criar animaes: sabe se q' he rico de Oiro p.los roteiros, e tradiçoens dos antigos Paulistas, q' fizerão entradas no d.o Certam, como foi o grande S.or Fernão Dias Paes com estas noticias entrou Angelo Pedroso na diligencia de descobrir, e tem feito as picadas notadas com linhas de pontinhos no tempo de sete annos a expensas suas, e tem descoberto o q' se vê declarado e apontado; e promette breve ô do morro Apucarana (o) principal objecto; e foi visto de longe no anno d 54.
1755.

Figura 2 – Nota explicativa do mapa de Manuel Ângelo Figueira Aguiar.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Pela figura 3 pode-se visualizar que a Serra de Apucarana está localizada no mapa na margem direita do rio Ubatuba (atual rio Ivaí). Possivelmente informava essa localidade em virtude dos roteiros de antigos sertanistas, em especial ao de “Fernão Dias Paes”[23], já que o mesmo esteve estabelecido nessa área por alguns anos durante a década de 1650, como veremos a seguir, bem como ter sido citado na nota explicativa do referido mapa. Conforme Taunay (1955, p. 167-169)

> Penetrou Fernão Dias Paes o sertão do sul até o centro da serra de Apucarana, no reino dos índios da nação Guyanãa, pelos annos de 1651; nelle existiu alguns annos, tendo estabelecido arraial com o troço das suas armas, para vencer a reducção daquelle reino, que se dividia em três differentes reis. […] deixaram os reinos e acompanharam para S. Paulo

[23] Foi um bandeirante paulista que realizou incursões/explorações durante o século XVII em áreas que hoje correspondem ao Estado do Paraná.

> Fernão Dias […] e todos seguiam gostosos esta transmigração debaixo do commando inteiramente do seu conquistador […] que chegou a São Paulo com cinco mil almas de um e outro sexo. (TAUNAY, 1955, p. 167-169).

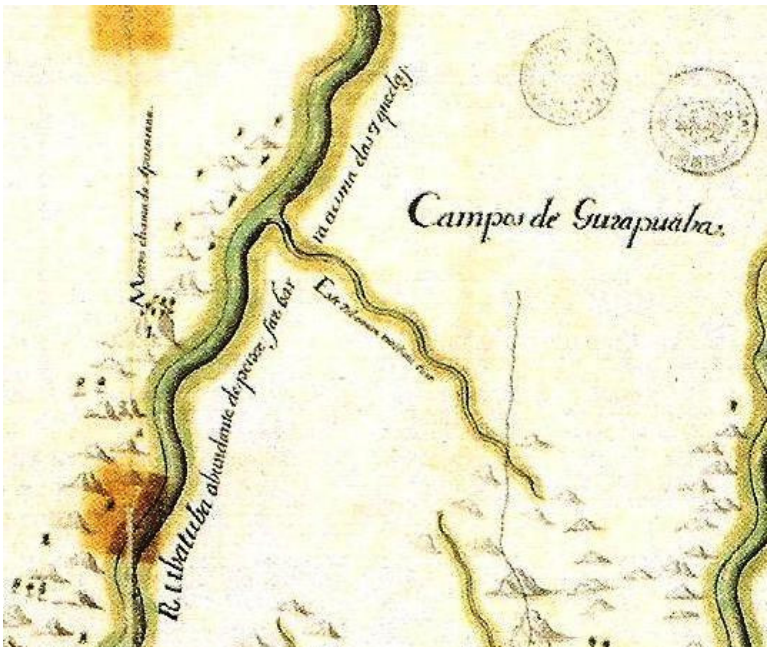

Figura 3 – Localização da Serra de Apucarana.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

No relato de Afonso Botelho igualmente se percebe o interesse em encontrar a Serra de Apucarana, porque ele, bem como o governo central da época, também acreditava na existência de ouro. Como possuíam informações antigas que essa serra estava localizada nos Campos de Guarapuava, isso pode explicar o grande interesse das expedições em localizar e ocupar esses campos.

É plausível afirmar que vários vetores influenciaram a primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava. Além de interesses políticos referentes à demarcação de limites territoriais entre as Metrópoles Coloniais de Portugal e Espanha, a possibilidade de riquezas naturais, com destaque para os metais preciosos que esses campos poderiam oferecer foi grande atrativo para a sua ocupação.

Neste âmbito, foi durante a sexta expedição que localizaram os Campos de Guarapuava. Essa expedição embarcou no Porto[24] de Nossa Senhora da Conceição no rio Registro (atual rio Iguaçu) em julho de 1770 e possuía como comandante o sargento-mor de Paranaguá Francisco José Monteiro, capelão[25] o padre Inácio Abraão Machado, o sargento

[24] Acampamentos construídos nas margens dos principais rios, onde deveriam ser conservados os alimentos, munições, canoas, dentre outros matérias necessários para a realização das expedições.
[25] Sacerdote responsável pela catequese dos indígenas.

Cândido Xavier de Almeida[26], perfazendo um total de sessenta e três pessoas (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 12).

O percurso foi realizado seguindo o curso do rio Registro, tendo como uma justificativa encontrarem o capitão Antonio da Silveira Peixoto[27], desaparecido na quinta expedição. O sargento-mor Francisco José Monteiro percebendo que não havia notícias do capitão nos arredores do Porto de Nossa Senhora da Victoria[28], reuniu seu pessoal e o sargento Candido Xavier de Almeida para procurar o capitão e socorrê-lo onde quer que estivesse. Para tanto, resolveu o sargento-mor seguir pelo rio Registro para ver se encontrava alguma informação sobre o capitão, e como não encontrou, voltou para o Porto de Nossa Senhora da Conceição (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 13).

O Sargento Cândido Xavier assumiu o posto de tenente após a morte de Bruno da Costa[29] e, partindo do Porto das Capivaras[30] seguiu o curso do rio Registro com trinta e um soldados até atingir o Porto Botelho[31]. Ao chegarem nesse porto o sargento ordenou que alguns homens vasculhassem as proximidades. Seguiram caminho pela margem direita do rio Registro e durante esse percurso encontraram um alojamento indígena cercado de roças de milho, feijão e abóbora (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 13-14).

Com essa notícia, Candido Xavier ordenou a tropa que vasculhassem os arredores com todo seu pessoal e, para facilitar o caminho, voltaram para o Porto do Funil[32]. Ao chegarem ao Porto seguiram caminho ao norte do rio Registro e encontraram em distância de cinco léguas (33 km) a "Campanha Grande" (Campos de Guarapuava), que ficava do rio Capivaruçu[33] para a parte sul. Acamparam nesses campos, fortificando-se em trincheira, a que denominou como Forte de Nossa Senhora do Carmo (figura 4) (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 14).

---

[26] Candido Xavier tornou-se membro do Governou Provisório de São Paulo logo após a Independência do Brasil (10 de setembro de 1822 a 9 de janeiro de 1823). Em seguida, governou a Província de São Paulo de janeiro de 1823 a abril de 1824. Faleceu em dezembro de 1831 (NEGRÃO, 1906, p. 7).

[27] Antonio da Silveira Peixoto, juntamente com 100 homens, receberam ordens para seguir o rio Registro até encontrarem a barra que esse faz com o rio Paraná e nela se estabelecer, construindo uma povoação. Contudo, esse capitão atingiu os domínios territoriais dos espanhóis e foi preso por tal atitude (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 89-98).

[28] Esse porto situava-se no rio Registro, cerca de 10 km abaixo da barra do rio Negro (NEGRÃO, 1906, p. 6).

[29] Morreu afogado no rio Registro em agosto de 1770.

[30] Localizava-se no rio Registro, acima do Porto do Funil.

[31] Situava-se no rio Registro, abaixo do Porto do Funil.

[32] Encontrava-se no rio Registro, entre o Porto Botelho e o Porto das Capivaras.

[33] Esse rio foi renomeado para rio Jordão durante a décima expedição aos Campos de Guarapuava comandada por Afonso Botelho no ano 1771.

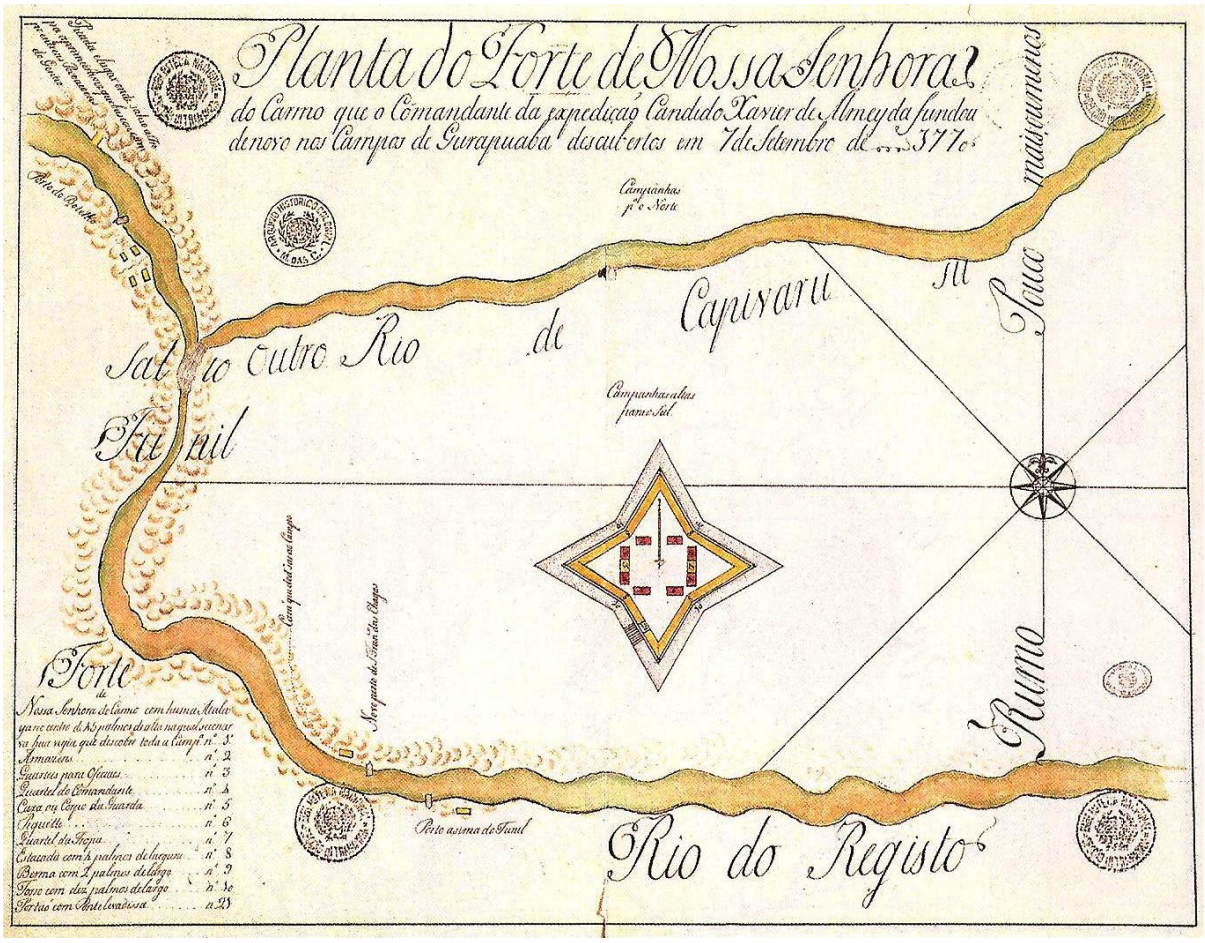

Figura 4 – Planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo (1770).
Fonte: Belluzzo e Piccoli (2003).

Na figura 4 visualiza-se entre os rios do Registro (Iguaçu) e Capivaruçu (Jordão) a localização do Forte de Nossa Senhora do Carmo. Ao centro do desenho do forte observa-se uma atalaia (torre de vigia) que, segundo as informações fornecidas na planta, possuía cerca de "cinco palmos de alta", no qual a sentinela deveria permanecer para vigiar as proximidades do forte e, ao redor dessa atalaia localizavam-se os armazéns e quartéis da expedição. Verifica-se também na figura 4 a localização do Porto do Funil e do Porto Botelho no rio Registro.

Conforme Sampaio e Sousa (1956, p. 14) Cândido Xavier permaneceu nos campos por alguns dias, examinando a localidade e, percebendo que não poderia permanecer mais tempo em função da falta de alimentos e impossibilidade de ser socorrido caso houvesse algum confronto com os indígenas ali existentes, devido à dificuldade de navegabilidade do rio mais próximo, resolveu abrir caminho pela margem direita do rio Registro até atingir o rio Petinga (atual rio Potinga)[34]. É interessante mencionar que provavelmente a retirada da expedição dos

[34] Afluente da margem direita do rio Iguaçu.

campos não foi motivada pela falta de alimentos, uma vez que esses expedicionários haviam encontrado roças de milho, feijão, dentre outros cultivos nas proximidades do Porto Botelho. Para Mota (1994, p. 124) possivelmente Cândido Xavier percebeu que os índios estavam cercando as proximidades da fortificação e, com receio de ser atacado resolveu retirar-se dos campos.

Saindo do campo para o Porto do Funil, Cândido Xavier solicitou que alguns militares caçassem para abastecer a expedição. Quando foram embarcar com a caça para chegar ao outro lado do rio onde estavam acampados, viram-se surpreendidos por alguns índios. Depois de alguns contatos, através de gestos o "gentio"[35] os deixou embarcarem para passar ao outro lado do rio (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 14).

Em uma carta escrita por Candido Xavier a Afonso Botelho, ele informava que os índios voltaram ao Porto do Funil, demonstrando que queriam cruzar o rio, onde estava o acampamento. Nas palavras de Candido Xavier:

> [...] eu mostrava-lhes roupas, e os chamava; mas tudo infrutífero, por ser o rio invadeável. São de estatura agigantada, bastantemente alvos, mas alguns bem vermelhos: têm todos cabelos, e barbas crescidas [...] uns são armados com paus compridos em forma de cajado curvos para a ponta; outros de arco, e frechas, as quais pareciam de cobre pelo reflexo, e estrépito, que faziam. (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 128).

Devido a esses acontecimentos, Candido Xavier resolveu retirar-se[36] dos campos, justificando-se pela falta de alimento e, principalmente, o perigo que sua tropa sofria, caso houvesse confronto com os indígenas que ali habitavam. Quando chegou ao Porto de Nossa Senhora da Conceição, Cândido Xavier foi encontrar Afonso Botelho, para informá-lo sobre o que tinha ocorrido em sua expedição, e as dificuldades as quais se depariariam caso fosse seguir pelo Porto do Funil, aconselhando que o caminho pelo Porto de Nossa Senhora da Victoria seria mais fácil (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 15). Possivelmente, aconselhou esse trajeto para que a tropa não encontrasse os indígenas daquela localidade, evitando assim possíveis confrontos.

A retirada de Cândido Xavier e sua tropa foram criticadas por Afonso Botelho, visto que o objetivo da expedição era a ocupação daquela localidade. Como as expedições anteriores não informaram sobre possíveis encontros com os indígenas, provavelmente o

[35] Utilizou-se da mesma denominação empregada aos índios pela expedição comandada por Afonso Botelho. Entretanto, as denominações utilizadas se alteram dependendo, é claro, das relações estabelecidas entre índios e expedicionários.

[36] Sua atitude foi criticada pelo Morgado de Mateus, que ordenou ao mesmo que retornasse com brevidade àqueles campos, para cumprir com as suas obrigações.

Comandante concluíra que naqueles campos não havia inimigo a combater (MACEDO, 1995, p. 93). E, para consolidar a conquista dos Campos de Guarapuava, Afonso Botelho resolveu ir pessoalmente para aqueles campos (MACEDO, 1995, p. 97). Diante disso, algumas estratégias para os indígenas passaram a ser utilizadas. A primeira consistia em missas e rezas. A segunda, nos presentes que com a motivação religiosa, facilmente converteriam os "gentios" em "amigos leais" (MACEDO, 1995, p. 97).

Afonso Botelho solicitou que se abrisse um caminho por terra do Porto de Nossa Senhora da Victoria até os campos, visto que as investidas anteriores realizaram o percurso somente por vias fluviais, seguindo principalmente o curso do rio Registro. Candido Xavier foi o responsável por esse trabalho, mas, devido à demora da realização do mesmo, foram enviadas outras expedições com o mesmo objetivo.

Neste contexto, a sétima, oitava e nona expedições, que ocorreram nos primeiros meses de 1771 possuíam como objetivo encontrar o melhor caminho até os Campos de Guarapuava. Como essas campanhas também estavam demorando em atingir essa área, Afonso Botelho, sob ordens do Morgado de Mateus, resolveu ir pessoalmente para completar essa atividade (décima expedição) (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 20).

A décima expedição entrou pelo sítio do Carrapato[37] em novembro de 1771. O comandante desta expedição foi Afonso Botelho, com apoio de mais três capitães de cavalaria da Vila Curitiba, Francisco Carneiro Lobo, Lourenço Ribeiro de Andrade e José dos Santos Rosa, o tenente Domingos Lopes Cascais, o padre José de Santa Tereza, perfazendo um total de vinte e seis pessoas (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 20).

Quando essa expedição atingiu os campos, Afonso Botelho juntamente com Francisco Carneiro Lobo e José dos Santos vasculharam os arredores da localidade. Na busca, encontraram Candido Xavier, que estava no Forte de Nossa Senhora do Carmo havia alguns dias, com mais vinte e cinco homens (eles haviam entrado pelo Porto de Nossa Senhora da Victoria, conforme informações da sétima expedição) (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 20).

Estando Afonso Botelho acampado nas margens do rio Jordão[38], resolveu vasculhar a margem direita deste rio, juntamente com alguns militares, no sentido oeste. Chegando a um capão de mato[39] encontraram uma trilha e logo adiante um caminho que nas palavras de Botelho possuía "um palmo de largo". Prosseguindo por esse caminho, encontraram um

[37] Situava-se em meio à entrada do Porto de São Bento no rio Tibagi e do rio Registro. Seguiram por esse caminho porque havia notícias antigas que o mesmo seria melhor para atingir os Campos de Guarapuava e para a Serra de Apucarana.
[38] Afluente da margem direita do rio Registro.
[39] Denominação utilizada pelos expedicionários para descrever as florestas isoladas em meio aos campos.

grande rancho, com sinais de que os índios haviam pousado naquela localidade há alguns dias.

Seguiram viagem pelo mesmo "caminho do gentio" e, durante o trajeto avistaram outro rancho, mas, quando foram verificar, não havia ninguém. Encontraram nesse rancho alguns utensílios e alimentos. Levaram alguns desses materiais, mas deixaram como prova de sua passagem algumas facas, medalhas e anéis.

No decorrer do caminho encontraram uma roça de milho e outro alojamento que continha três ranchos. Nessa localidade, Afonso Botelho solicitou que alguns militares explorassem a área e, nesta investida, encontraram um rancho queimado e mais adiante um casal de índios com seus cinco filhos recolhendo pinhões em um lago[40] (figura 5).

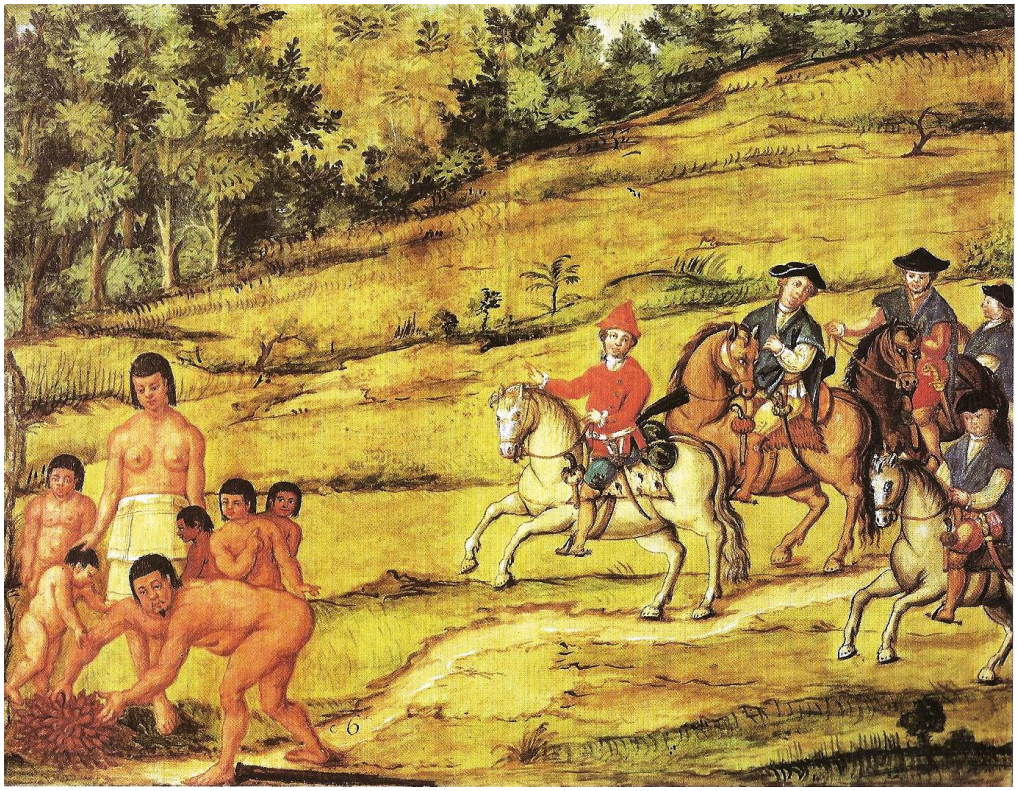

Figura 5 – Um índio com cinco filhos tirando pinhão do lago: chega a vê-lo o tenente Cascais com os cinco cavaleiros, que foram descobrir o campo.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Assim que avistaram os militares, os índios correram para a mata, mas os soldados conseguiram alcançá-los e em forma de sinais tentavam se comunicar. Para conter o receio dos índios os expedicionários presentearam os mesmos com suas roupas, mostrando com essa

[40] Conforme Veiga (2006, p. 46) os índios possuíam várias formas de conservar os pinhões e uma delas era colocá-los em um "cesto com tampa e este amarrado a um cipó era colocado em um poço de rio" (VEIGA, 2006, p. 46).

atitude que queriam “amizade” (figura 6). Na verdade, essa atitude era a mesma utilizada em todas as expedições, como se verifica a seguir:

> O empenho maior desta expedição deve ser o entroduzir-se a fé de Nosso Senhor Jesus Cristo naqueles incultos, e grandíssimos sertões, para que serão tratados os índios com afabilíssimo mimo, cumprindo enteiramente o que com êles ajustarem, e tratarem, animando-os com alguns mimos, a que entrem no grêmio da Igreja, e obedeçam a Nosso Rei, que os há de estimar, e honrar, como tem feito aos mais. (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 71).

Figura 6 – Despe o tenente a chimarra vermelha, veste-a ao índio, e os mais camaradas vestem os filhos, despindo-se êles mesmos dos seus próprios vestidos.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Para retratar esse primeiro contato estabelecido entre os militares e os índios, Miranda utilizou seis estampas (cenas 6 a 12). Para facilitar a interpretação desse acontecimento, empregamos as cenas 6 e 9 (figuras 5 e 6). Ao analisar essas imagens[41] observa-se que a paisagem retratada é o que os militares denominavam como capão de mato, isto é, florestas isoladas em meio aos campos. Visualiza-se também uma trilha, na qual os soldados denominaram como “caminho do gentio”. Esse caminho é representado a partir da cena 6 até

[41] É interessante mencionar também que em todas as cenas o autor omitiu a nudez dos indígenas. Conforme as legendas das estampas, Miranda informa que inseriu a pintura da folha “que se oferece à vista no meio do corpo, que se lhe pôs no pintado por decência” (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 25).

a cena 26. Provavelmente Miranda desejava demonstrar que os expedicionários encontraram os alojamentos e, conseqüentemente os indígenas em função desse caminho.

Percebe-se no relato de Afonso Botelho e pela figura 6 uma das estratégias de aproximação da tropa com os indígenas. Acreditava-se que com a entrega de presentes os expedicionários conseguiriam adquirir a confiança dos índios que habitavam aqueles campos.

No dia seguinte os índios foram ao acampamento de Afonso Botelho, guiados por um indígena que havia ganhado roupas no dia anterior (figura 7). Foram todos vestidos e, nas palavras de Botelho deram mostras de confiança para a expedição. Nesta visita, os índios convidaram Afonso Botelho juntamente com o seu pessoal para que visitassem seus alojamentos.

Figura 7 – Vêm os índios guiados pelo que havia sido encontrado, e vestido o dia antes, e o tenente-coronel, e chegando os que andavam a caça.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Sobre esta visita dos índios ao abarracamento (acampamento) de Afonso Botelho, Miranda utilizou as cenas 14 a 21. O acampamento retratado nessas imagens é um alojamento indígena abandonado, que, segundo informações do próprio relato de Botelho, estava a 10 léguas (66 km) de distância do Porto do Pinhão[42].

[42] Localizava-se na margem esquerda do rio Jordão.

Após a visita dos índios ao acampamento de Afonso Botelho, o tenente-coronel atendeu ao pedido dos mesmos e dirigiu-se aos seus ranchos. Chegando lá, percebeu que todos estavam bem armados e que não havia mulheres nem crianças (figura 8). Possivelmente os indígenas estavam preparados para se defenderem, caso a expedição cometesse algum ataque a eles.

Figura 8 – O tenente-coronel, e mais camaradas apeados tratando com os índios, e entrando nos seus arranchamentos onde se tinham retirado mulheres, e filhos pequenos.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Com esse contato Afonso Botelho declarou que

> Deus principiou a abrir as portas da sua Divina Misericórdia a êste gentilismo, que nunca se presumiu achar tão humano, e tratável como se experimentou: o mesmo Senhor permitia dar-lhe para acertarem o caminho de sua Divina Lei, e os traga ao grêmio da Igreja, e nos de fôrças para continuar esta grande obra. (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 38).

Durante a visita aos seus alojamentos, os índios haviam prometido nova visita ao abarracamento (acampamento) de Afonso Botelho e assim o fizeram. Em dezembro de 1771 apareceram aproximadamente setenta índios ao Porto do Pinhão. Nesta visita os expedicionários utilizaram a mesma tática de presentear os indígenas entregando-lhes facas, machados e foices e, esses últimos, deixaram no Porto arcos, flechas, dentre outros materiais

(figura 9). Segundo Amoroso (2003, p. 28) as imagens de Miranda sobre essas trocas de presentes também podem destacar o fascínio dos índios pelas vestimentas e armamentos dos europeus. E, as mesmas mercadorias entregues aos índios poderiam possuir outra mensagem, ou seja, as vantagens que o mundo dos brancos poderia oferecer aos indígenas (AMOROSO, 2003, p. 28).

Figura 9 – Manda o tenente-coronel vestir os índios, e os outros vão passando o rio.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Observa-se na figura 9 a presença de mulheres e crianças, diferentemente das imagens anteriores. Nessa visita, uma mulher em especial chamou a atenção de Botelho, retratada da seguinte forma:

> Dos primeiros, que chegaram à barraca foi ũa moça, que teria dezasseis anos pouco mais, ou menos, bem feita, que se andasse tratada não se conheceria por índia: trazia ũa tanga cingida pela cinta, que lhe dava por cima dos joelhos sem mais compostura algũa: preparou-se com ũa tanga de sofolié, baeta vermelha, ao pescoço várias miçangas, pente na testa, chapéu na cabeça [...]. (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 37).

Acreditava-se que, com essa visita, a aliança entre expedicionários e indígenas estava firmada, contribuindo assim, para a expansão tanto em terras quanto em vassalos. E, com isso,

o estabelecimento de povoações e fazendas de criação de gado, para que, segundo o relato de Afonso Botelho (1956, p. 39) “convidam êstes deliciosos, amenos e férteis campos”.

Para Mota e Novak (2008, p. 55) essa visita dos índios ao acampamento de Botelho visava muito mais do que cumprir uma simples promessa. Certamente possuíam como objetivo a verificação das armas dos militares, “do interesse dos soldados por suas mulheres e da possibilidade delas atraí-los para longe do acampamento” (MOTA; NOVAK, 2008, p. 55).

Nesse sentido, observa-se o interesse de ambos os lados por uma aproximação aparentemente amistosa. De um lado, os expedicionários trabalhando no sentido de conservarem um contato afetuoso com os índios para conseguirem adquirir sua confiança e, de outro lado, os índios aproximando dos militares para verificarem suas fraquezas, suas armas e, por meio dessas observações, atacarem a campanha em um momento oportuno.

Após a visita dos índios ao Porto do Pinhão, Afonso Botelho relata que os mesmos não voltaram ao Porto, mas ficavam nas proximidades do abarracamento (acampamento) observando as ações da expedição. Tal situação permaneceu até o início de 1772, quando Afonso Botelho, ao sair do abarracamento (acampamento) do rio Jordão para averiguar uma localidade que seria propicia para a construção de uma fortaleza naquela área, deparou-se com a chegada de um grande grupo de índios em frente ao Porto e mais dois grupos, avaliando possuir cada um 150 indivíduos (figura 10).

Figura 10 – Vêm os índios em grande quantidade dispostos à traição, que tinham premeditado.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Nessa nova visita houve entrega de presentes como de costume e, nas palavras de Botelho, ao mesmo tempo em que as índias ofertavam milho verde e bolo aos militares, trabalhavam com "impertinentes carinhos"[43] como estratégia para seduzir e retirar do acampamento o tenente-coronel e também os capitães Lourenço Ribeiro Ribas, José dos Santos e outros mais. Contudo, Afonso Botelho observou que a verdadeira intenção dos índios não foi de imediato entendida pelos militares, visto que, os indígenas conseguiram retirar do acampamento oito soldados. Possivelmente os militares acompanharam as índias interessados em terem relações sexuais com as mesmas. Entretanto, durante o percurso para o alojamento dos indígenas, esses soldados foram surpreendidos por um contingente de índios que estavam escondidos (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 44). Nessa emboscada dos índios foram mortos sete pessoas que caminhavam a pé; um que estava a cavalo, percebendo a emboscada, voltou ao porto para avisar os demais militares sobre o acontecido (figura 11). Com essa notícia, os soldados perceberam também que os alimentos que os índios haviam levado ao abarracamento (acampamento) estavam envenenados, ocasionando a morte de alguns cães.

[43] Utilizaram essas táticas porque perceberam a impossibilidade de um ataque ao acampamento, em função da posição de defesa dos soldados (MOTA; NOVAK, 2008, p. 55).

Figura 11 – O capitão Carneiro, que passou além do rio com outros camaradas, ficam estes mortos, veio fugindo.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Os índios percebendo que um dos soldados escapou da emboscada retiraram-se do Porto (figura 12). Nota-se nas figuras 10, 11 e 12, diferentemente das outras imagens que demonstravam os primeiros contatos, que os índios estavam preparados para a guerra. Isso considerando que não é retratada nas figuras a presença de crianças e idosos, mas sim de índios adultos, todos com arcos, flechas e tacapes (armas indígenas utilizadas em ataques) "pintados para guerra". Conforme Sevcenko (2003, p. 22) embora fique evidente nas imagens a superioridade de forças dos militares, pelo seu armamento, canhões, cavalaria, os expedicionários queriam demonstrar que eles jamais utilizariam dessas vantagens para abusar ou tirar proveito dos índios.

Figura 12 – Chega o capitão Carneiro ao rio defronte do abarracamento, e retiram-se fugindo os índios do abarracamento, antes que êle possa dar parte ao tenente-coronel do perigo de que escapou, e da morte dos camaradas.
Fonte: Belluzzo et al. (2003).

Mota (1994, p. 117) ressalta que esse procedimento em torno da expedição revela um senso apurado dos índios de como fazer guerra. Primeiramente procuravam conhecer as forças e as armas da expedição, acompanhavam seus passos e manobras, analisavam as fraquezas dos soldados e, procuravam ganhar sua confiança, "atraí-los para longe das armas de fogo do acampamento, para então eliminá-los" (MOTA, 1994, p. 117).

Diante do ataque dos índios aos expedicionários, Afonso Botelho ordenou a retirada de toda a expedição dos campos. Uma nova expedição ocorreria apenas em fins de 1773.

Com a realização dessas expedições e reconhecimento parcial dos Campos de Guarapuava, foram elaboradas algumas "cartas chorográficas"[44] (mapas) contendo informações sobre os acidentes geográficos, percurso realizado pelas expedições, localização dos portos e alojamentos indígenas. A figura 13 é um exemplo desse tipo de carta. Nela observa-se o caminho que Afonso Botelho utilizou para atingir os Campos de Guarapuava durante a décima expedição, os sítios denominados das Almas, São Felipe e São Miguel, com plantações feitas por Martins Lustosa durante a oitava expedição para abastecer as campanhas

[44] Os relatórios elaborados por Afonso Botelho e enviados ao Morgado de Mateus eram sempre acompanhados por uma carta chorográfica (BELLUZZO; PICCOLI, 2003, p. 28).

posteriores. Os alojamentos indígenas encontrados próximos a margem direita do rio Jordão, bem como detalhes dos principais rios como o rio Grande do Registro (Iguaçu) D. Luís (Ivaí) e Tibagi.

Figura 13 – Carta chorográfica dos Campos de Guarapuava (1772).
Fonte: Franco (1943).

Durante uma pesquisa realizada no site da Biblioteca Virtual da Cartografia do Século XVI ao XVIII encontramos um mapa dos Campos de Guarapuava elaborado por José Custódio de Sá e Faria[45] (figura 14). Trata-se de um mapa, dentre vários outros, reproduzidos a pedido do Governador e Capitão General de São Paulo, Dom Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão (Morgado de Mateus). Para elaborar esse mapa, possivelmente o autor utilizou as cartas chorográficas das expedições realizadas ao "sertão" do Tibagi (1768-1774), visto que, o mesmo possui informações de ambas as campanhas como veremos a seguir.

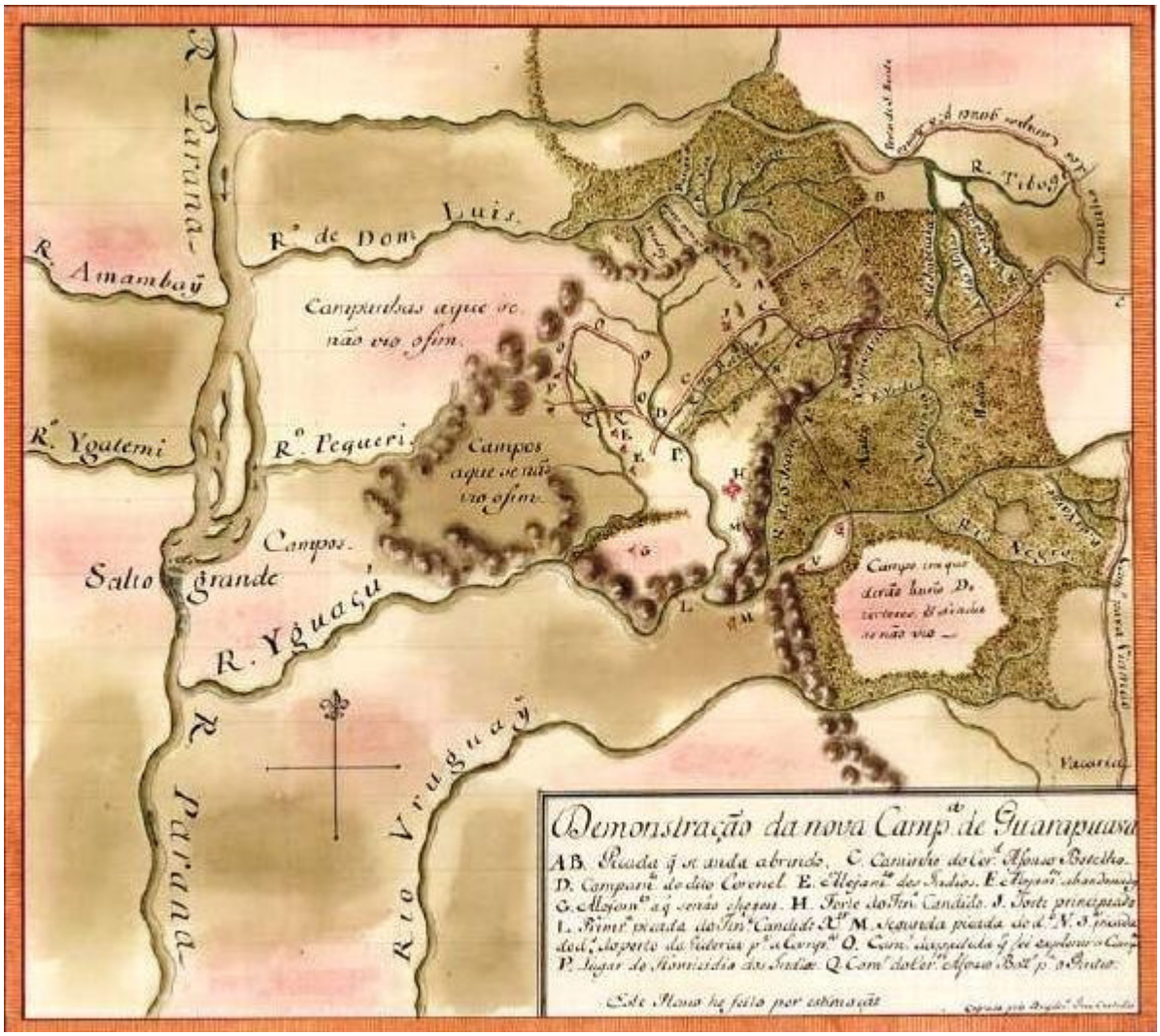

Figura 14 – Demonstração da nova Campanha de Guarapuava (1775).
Fonte: Biblioteca Virtual da Cartografia do Século XVI ao XVIII.

[45] José Custódio de Sá e Faria foi um engenheiro militar, cartógrafo, arquiteto, geógrafo e administrador colonial do século XVIII. Formou-se na Academia Militar das Fortificações de Portugal, no ano de 1745. Faleceu em 1792, na Argentina. Desenvolveu vários trabalhos cartográficos referente aos limites entre as possessões ultramarinas dos reinos de Portugal e Espanha, projetos de engenharia militar, como o do Forte de Nossa Senhora de Iguatemi, dentre outros trabalhos. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/cd_mapeas_rs/CD/Cartografos1.htm>. Acesso em: 13 jul. 2011.

Comparando informações fornecidas pela figura 13 e 14, bem como o relato de Afonso Botelho, levantamos algumas contradições evidenciadas em ambos os documentos. Visualiza-se na figura 15 o caminho percorrido pela expedição comandada pelo tenente-coronel Afonso Botelho até atingir os Campos de Guarapuava. Contudo, o ponto de chegada da expedição, bem como o fim do caminho aberto por Candido Xavier (ponto N) provavelmente não seria nas proximidades do ponto J identificado nesse mapa, mas sim no ponto H, que identifica o Forte de Nossa Senhora do Carmo, conforme informações fornecidas pelo relato e pela figura 13. Nossa hipótese é que o ponto J seria a localidade em que Botelho desejava dar princípio a uma povoação durante a décima expedição (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 42).

Figura 15 – Fragmento do mapa "Demonstração da nova Campanha de Guarapuava" (1775).
Fonte: Biblioteca Virtual da Cartografia do Século XVI ao XVIII.

O ponto D identifica o Porto do Pinhão, localizado na margem esquerda do rio Jordão, onde a expedição permaneceu acampada durante a décima expedição (figura 15). Os pontos E, F e G, são utilizados para identificar os alojamentos indígenas encontrados naquela área. Entretanto, os alojamentos identificados como E e F foram localizados durante a décima expedição e o G durante a sexta expedição comandada por Candido Xavier (figura 15).

Os pontos O e Q são empregados para demonstrar o caminho que Botelho percorreu para explorar a margem direita do rio Jordão durante a décima expedição. E, por fim, o ponto

P é utilizado para identificar a possível localização da emboscado e ataque dos índios aos sete soldados de Afonso Botelho em janeiro de 1772 (figura 15).

Em fins de 1773 Afonso Botelho enviou nova entrada (décima primeira expedição) aos Campos de Guarapuava, seguindo caminho pela Serra do Capivaruçu (Serra da Esperança). Nessa localidade construiu uma freguesia[46] no qual denominou como Nossa Senhora da Esperança.

Disposto o tenente-coronel a marchar para o campo, e nele se estabelecer, questionou os oficiais, dizendo que seria interessante reconhecer a área primeiramente com um grupo de militares, para não arriscar mais pessoas (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 22). Assim, enviou Paulo de Chaves de Almeida, com mais três companheiros, todos de Curitiba, dez soldados pagos, um criado e um escravo, perfazendo um total de 28 pessoas, sessenta e três cavalos e as necessárias munições para o empreendimento (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 22). Para Mota e Novak

> [...] era uma força de reconhecimento e punição aos índios que tinham matado sete soldados e expulsado o comandante Botelho de suas terras em 1772. Nenhum padre acompanhava a expedição e tampouco se levavam presentes. (MOTA; NOVAK, 2008, p. 58).

Saiu essa campanha do sítio de Nossa Senhora da Esperança em dezembro de 1773. Atingindo os Campos de Guarapuava, descansaram no Forte de Nossa Senhora do Carmo, aonde foi o primeiro e último pouso de Afonso Botelho e toda expedição em 1771 e 1772. Não encontraram nesse sítio sinais de "gentio", mas a cruz[47] que tinha ficado naquele abarracamento (acampamento) estava destruída. Do Forte, seguiram viagem até o acampamento no rio Jordão, alojando-se nas mesmas barracas em que Afonso Botelho esteve em 1772, onde ficaram surpresos de constatar que os índios tinham desenterrado os cadáveres dos militares mortos na emboscada, bem como lançado por terra a cruz que sinalizava o local das covas (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 23). Para Mota

> A destruição dos vestígios do antigo acampamento de 1772, a quebra de carretas, das cangalhas e outros bens ali deixados, assim como a destruição da cruz e das sepulturas mostram a disposição dos indígenas de não aceitaram nenhum sinal dos brancos em seus territórios. (MOTA, 1994, p. 174).

[46] Freguesia e Paróquia são sinônimos.
[47] Para evidenciar a presença portuguesa nos "sertões", os militares assentavam uma cruz com as iniciais VRP, que significava "Viva o Rei de Portugal".

Segundo o autor essa atitude dos indígenas em destruir os vestígios dos portugueses de seu território era uma forma de resistência. Provavelmente queriam demonstrar que eles (indígenas) eram os legítimos possuidores daquele território, não aceitando, dessa forma, qualquer sinal dos portugueses em suas terras.

Seguindo o caminho, depois de ter encontrado vários alojamentos indígenas abandonados, os militares avistaram uma aldeia grande, composta por sete ranchos, com capacidade para acomodar quatrocentas pessoas, aproximadamente. A expedição aproximou-se da aldeia, mas os índios percebendo a presença de estranhos fugiram.

Os índios que estavam observando todo o movimento da saída dos militares viram a expedição abarracada (acampada) e só depois saíram da mata. Nesta noite tiraram da aldeia tudo o que tinham, enviando sentinelas para vigiar a partida da campanha (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 23). No dia seguinte quando o comandante partiu com alguns camaradas para examinar o campo, foram surpreendidos com o ataque de muitos índios e o mesmo sucedeu aos que tinham permanecido no abarracamento (acampamento). Vendo o comandante o risco em que estava toda sua expedição, por achar o "gentio" com a mesma ferocidade que em outro tempo tinha mostrado, voltou para o acampamento de Nossa Senhora da Esperança em janeiro de 1774. "Dessa vez não houve o processo de reconhecimento do inimigo e a tentativa de ganhar confiança para depois atacar, pois os dois lados já se conheciam e sabiam das intenções um do outro" (MOTA; NOVAK, 2008, p. 58).

É interessante mencionar que durante essa campanha alguns expedicionários resolveram examinar o rio Jordão para verificar a possibilidade de extração de ouro e outros metais preciosos (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 57). Não encontraram as almejadas riquezas, mas mesmo assim o fato serviu como inspiração para um soneto, contudo, Afonso Botelho não informa a autoria do mesmo.

SONÊTO
Para que, o Jordão veloz maquinas
No curso, que prossegues lisonjeiro,
Encobrir-nos o cofre pregoeiro
Das pedras, que reclusas diamantinas.

As águas que despenhas cristalinas,
Bem nos mostram do ouro ser luzeiro:
Não queiras esconder como grosseiro
As que sabemos tens jóias tão finas.

Bens podes atender agradecido
A um Sousa cuja fama é tão geral,
Que fulmina fazer-te engrandecido.

> Pois por te dar a ti glória imortal
> Manda que se escreva enobrecido
> Em teus troncos – Viva El-rei de Portugal.
> (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 57).

Observa-se com esse soneto uma aceitável frustração dos expedicionários por não terem encontrado as ambicionadas riquezas no rio Jordão. Ao utilizar "Não queiras esconder como grosseiro / As que sabemos tens jóias tão finas" demonstra que provavelmente essas mesmas riquezas foram utilizadas como atrativo para o recrutamento de expedicionários, já que amenizava os obstáculos (naturais, possíveis ataques indígenas, dentre outros) que compunham a penetração aos "sertões".

Conservando-se o coronel Afonso Botelho no acampamento de Nossa Senhora da Esperança, para ter notícia dos campos e dirigir-se para eles, recebeu ordens para voltar a Vila de Curitiba e Paranaguá e recrutar soldados para dar assistência militar ao Rio Grande e Registro de Santa Victória (SAMPAIO E SOUSA, 1956, p. 24). Devido a isso, teve que suspender a marcha para os Campos de Guarapuava, deixando naquele sítio o que deu princípio à Freguesia de Nossa Senhora da Esperança.

Para Bellotto (2007, p. 144) a suspensão das expedições pelo governo central

> [...] demonstra o quanto a questão da conquista do Sudoeste era secundaria em relação ao Sul. O que parecera ser tão importante para Pombal – a ocupação da Serra de Apucarana – a ponto de constar das Instruções de Governo, podia agora ser relegado a segundo plano em favor do socorro ao Rio Grande. (BELLOTTO, 2007, p. 144).

Entretanto, Sevcenko (2003, p. 22) informa que as expedições aos campos foram proibidas em função das denúncias do Vice-Rei, Marquês de Lavradio[48] ao Marquês de Pombal. Lavradio ressaltava em suas acusações que as campanhas significavam a expropriação daquelas terras das comunidades indígenas, que seriam suas legítimas possuidoras. Para o autor o Marquês Lavradio

> [...] temia que, atacados pelos paulistas, os indígenas ou se voltassem contra os portugueses de forma geral, com medo ou ressentimento, ou abandonassem a área, indo se refugiar no outro lado das fronteiras espanholas. Era tudo o que Pombal e ele mais temiam: o despovoamento. (SEVCENKO, 2003, p. 22).

Neste sentido, observa-se que a primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava não esteve ligada somente as estratégias de defesa da fronteira portuguesa na

[48] Foi nomeado vice-rei do Brasil em 1769, durando o seu governo 10 anos.

América do Sul, mas também pela possibilidade da mineração na Serra de Apucarana. Nesse caso, o índio foi considerado um elemento-chave para a concretização desses objetivos. Logo, o bom tratamento não visava à sobrevivência dessas comunidades, mas sim a garantia dos objetivos da Metrópole Portuguesa.

Por um período de quase quarenta anos não ocorreu novas investidas oficias em relação à ocupação portuguesa nos Campos de Guarapuava. Esse objetivo foi somente retomado no início do século XIX, devido à chegada da Família Real ao Brasil.

2.2 CONQUISTA E OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA NO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX

Após a proibição das expedições em direção aos Campos de Guarapuava em 1774, a ocupação desses campos ganhou novo fôlego com a chegada da família real portuguesa em 1808 no Brasil. D. João VI desejando ocupar definitivamente os campos, antes que os espanhóis o fizessem, autorizou a concessão de sesmarias nos "sertões"[49] paranaenses e legalizou a caça ao índio e sua escravidão[50]. A autorização foi relatada da seguinte forma:

> **Sendo-me presente o quase total abandono, em que se acham os campos gerais de Curitiba e os de Guarapuava**, assim como todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, **todos comprehendidos nos limites desta Capitania e infestados pelos índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios** que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultival-as em beneficio do Estado, de maneira tal que em todo terreno que fica ao oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando, umas por terem os Indios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor de que sejam igualmente victimas, e que até a mesma estrada chega a não ser vadeável, senão para viajores que são reunidos em grande número e bem armados [...] **tendo-se verificado na minha real presença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes tenho mandado que se tente a sua civilisação e o reduzil-os a aldeiar-se**, e gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacifica e doce, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, e até mostrando a experiência quanto inútil é o systema de guerra defensiva: **Sou servido, por este e outros justos motivos que ora fazem suspender os effeitos de humanidade que com elles tinha mandado praticar** [...]. (JOÃO VI, 1808, p. 157, grifo nosso).

[49] Utilizavam-se da palavra sertão para exemplificar uma área que não estava sob o domínio da coroa. A intencionalidade nesse caso era demonstrar que determinado local estava desabitado, ignorando a existência dos indígenas que ali existiam, e que sabiam que existia em número considerável.
[50] Carta Régia de 5 de novembro de 1808.

Observa-se nesse trecho da carta régia que D. João VI reconhecia que os Campos de Guarapuava deveriam ser conquistados, porque estavam habitados por um poder confrontante, ou seja, os indígenas, ocupados por fazendas de criação de gado e organizados aos moldes de uma sociedade que se desejava construir. Para obter os objetivos citados, D. João VI declarava guerra justa aos índios, alegando que todos os meios "humanitários" teriam sido utilizados sem sucesso para sua "civilização". Ordenava também

> [...] organizar em corpos aquelles Milicianos de Coritiba e do resto da Capitania de S. Paulo que voluntariamente quizerem armar-se contra elles, e com a menor despeza possivel da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos Indios infestadores de meu territorio; procedendo a declarar que todo Miliciano, ou qualquer morador que segurar algum destes Indios, poderia consideral-os por quinze annos como prisioneiros de guerra, destinando-os ao serviço que mais lhe convier [...]. (JOÃO VI, 1808, p. 158).

Quando D. João VI declarou guerra justa aos índios, possivelmente seu objetivo era liberar as áreas fronteiriças, em especial os Campos de Guarapuava, para a ocupação portuguesa. Atitude essa que certamente recebeu apoio dos fazendeiros estabelecidos nos Campos Gerais e nas imediações da estrada do Viamão[51], uma vez que, além de poderem adquirir novas áreas de campos para criação de gado por meio de sesmarias, eles ficariam livres de seus inimigos, ou seja, o índio, já que os mesmos reivindicavam o direito de seus tradicionais territórios.

Para Takatuzi

> [...] os grupos indígenas eram considerados obstáculo à expansão das fazendas por ocuparem terras que propiciariam investimentos lucrativos, bem como pelo fato de atacarem tropas ou abaterem gado para se alimentarem. Em se tratando de uma região de expansão pecuária, a necessidade de 'desinfestar' o território para uso comercial voltou-se para o extermínio dos índios. (TAKATUZI, 2005, p. 28).

Segundo Perrone-Moisés (1992, p. 123) a reação por parte dos índios, na maioria dos casos, sempre foi a principal justificativa da guerra justa. Contudo, os colonizadores deveriam provar a necessidade desse ato. A partir dessa necessidade, que surgem documentos sobre a "barbárie", "crueldade", dentre outros nominativos que se referem ao comportamento dos índios.

[51] Caminho que ligava a região sul e sudeste do Brasil. Era muito utilizada pelos tropeiros durante o século XVIII e XIX para conduzirem o gado que seria vendido na feira de Sorocaba em São Paulo.

Observa-se que os nominativos referentes aos indígenas, bem como as expressões "ataques" e "conquista" utilizadas nos documentos oficiais podem ser consideradas como táticas para a ocupação dos Campos de Guarapuava no início do século XIX. Nessa mesma linha de pensamento, Takatuzi (2005, p. 35) informa que

> A utilização da expressão 'ataques' resultou em estratégias intentadas por governantes e fazendeiros que procuravam o amparo da lei para eximir o indígena de seu território. O próprio termo 'conquista', utilizado na expedição rumo aos Campos de Guarapuava, portava uma significação do indígena enquanto inimigos que deveriam ser subjugados. (TAKATUZI, 2005, p. 35).

Conforme Macedo (1995, p. 108) o governador da Capitania de São Paulo, José da Franca e Horta, não era favorável à lei de extermínio do índio. E, assim que teve conhecimento sobre a lei, elaborou um plano em parceria com outras autoridades, para resolverem na medida do possível sem guerra, a conquista dos Campos de Guarapuava.

O plano do governador da Capitania de São Paulo foi aceito pelo governo e, para execução do mesmo, D. João VI revogou a carta régia de 1808 que declarava guerra justa ao índio. Explicava sua atitude informando que a aplicação da lei estava em confronto com seus princípios políticos e religiosos. Veremos a seguir como essa mudança de atitude em relação aos indígenas foi tratada por D. João:

> Sendo-me presente o vosso officio, e o da Junta que segundo as minhas reaes ordens convocastes para dar principio ao grande estabelecimento de povoar os Campos de Guarapuava, de civilisar os indios barbaros, que infestam aquelle território, e de pôr em cultura todo o paiz que de uma parte vai confinar com o Paraná, e da outra forma as cabeceiras do Uruguay que, depois rega o paiz de Missões, e comunica assim com a Capitania do Rio Grande; e tendo em consideração tudo o que lhe expuzestes e os votos dos Deputados da mesma Junta: hei por bem conformar-me com os acertados e bem fundados votos dos Coroneis João da Costa Ferreira, e Joseph de Arroche Toledo Randon, que vos ordeno e a Junta sirvam de base ao plano que deveis seguir e organisar para realizardes as minhas paternaes vistas, e portanto **considerando que não é conforme aos meus principios religiosos, e politicos o querer estabelecer a minha autoridade nos Campos de Guarapuava, e territorio adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os Indios, extirpando as suas raças, que antes desejo adiantar, por meio da religião e civilisação, até para não ficarem desertos tão dilatados e immensos sertões** [...]. (JOÃO VI, 1809, p. 36-37, grifo nosso).

É possível que além de atender as solicitações de Franca e Horta, D. João VI tenha obedecido a instruções da Igreja, uma vez que, a mesma possuía certo poder/influência sobre

as decisões da família real. Outra hipótese é que naquele período havia uma preocupação da Igreja Católica relacionada ao aumento de seguidores convertidos ao catolicismo. Tendo em vista esse objetivo, desejavam expandir a fé cristã aos indígenas e, consequentemente ampliar o número de cristãos.

Nota-se também na carta régia que D. João VI ao mencionar que desejava "adiantar" os indígenas por meio da religião e civilização atribuía à conquista dos Campos de Guarapuava como uma missão civilizatória. Para Moraes (2005, p. 95) o padrão discursivo do século XIX estruturava-se em torno do conceito de civilização[52], ou seja, construir o país era levar a civilização aos sertões e ocupar o solo era subtrair os lugares da barbárie. Logo, a submissão das populações nativas aparecia como algo natural desse processo, sendo o resultado tido com alta positividade (MORAES, 2005, p. 95).

Segundo Moraes (2005, p. 95) a ideia de levar as "Luzes" para o interior ("sertão") confirma a mentalidade em que a natureza e os meios naturais originais eram associados à situação de barbarismo e atraso, ao passo que sua devastação era vista como progresso, sendo esta visão utilizada para justificar a apropriação do solo (MORAES, 2005, p. 95).

Diante disso, com a revogação da carta régia de novembro de 1808 o governador da Capitania de São Paulo solicitou que se constituísse a Nova Junta da Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava[53], confiando à mesma a tarefa de estabelecer o plano para a execução das medidas referentes à organização, custeio, conquista definitiva daquela área, bem como a catequese dos índios que a habitavam. O responsável por essa expedição de conquista foi o tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal[54], o posto de subcomandante foi ocupada por Antonio da Rocha Loures e como missionário encarregado pela catequese dos indígenas, o padre Francisco das Chagas Lima[55].

---

[52] Conforme Moraes (2005) o papel que a noção de civilização cumpriu no século XIX será substituída no século XX pelo conceito de modernização. Nesse sentido, o interior do país não é mais visto como "sertão", mas como santuário do verdadeiro caráter nacional.

[53] Além da conquista dos Campos de Guarapuava, a Real expedição possuía como meta a construção de um caminho, comunicando a Capitania do Rio Grande, pelos campos que vertem para o Uruguay e param perto das Missões. Esse caminho dependia é claro pelo êxito da conquista dos Campos de Guarapuava (FRANCO, 1943, p. 180).

[54] Diogo Pinto havia participado da décima primeira expedição aos Campos de Guarapuava em 1773. Para esse comandante a conquista dos Campos de Guarapuava se resolveria não pelo extermínio, mas pela numerosa expedição, bem equipada e armada. Isso faria com que os indígenas submetessem com pouca ou nenhuma oposição aos expedicionários (MACEDO, 1995, p. 118).

[55] Padre Francisco das Chagas Lima, natural da Vila de Curitiba, foi Vigário da mesma vila no período de Julho de 1784 até Setembro de 1795. Em 1809 foi provido ao posto de primeiro Capelão da expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava e Vigário da Freguezia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, com a missão de catequizar os índios de Atalaia. Informações extraídas de Genealogia Paranaense de Francisco Negrão, disponível no site do Núcleo de Estudos Paranaenses: <http://rco2000.sites.uol.com.br/gp6.html>. Conferir também TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos:** uma trajetória histórica do aldeamento de

Essa nova expedição aos Campos de Guarapuava possuía um claro objetivo, isto é, de obter a vitória contra os índios que ali viviam (TOMMASINO; FERNANDES, 2011, p. 5). Diante disso, era necessário conquistar, ocupar e adquirir aproveitamento econômico da área ocupada. Essa conquista ocorreu primeiramente em áreas de campos, visto que, podiam imediatamente servir como pastagens para os rebanhos que acompanhavam as expedições (TOMMASINO; FERNANDES, 2011, p. 5). E, as áreas de florestas só foram ocupadas nas décadas subsequentes.

Para a execução desta campanha, os expedicionários deveriam seguir o plano constante na carta régia de abril de 1809 (carta já mencionada anteriormente). Essa carta régia além de informar as possíveis causas da proibição de guerras justas contra os indígenas existentes nos Campos de Guarapuava ressaltava como a expedição deveria tratar, a partir daquele momento, os índios ali existentes. Recomendava-se que fosse empregada toda a diligência de fazer amizade com os mesmos, explicando que desejavam viver em paz com seu povo, defendendo-lhes de seus inimigos (JOÃO VI, 1809, p. 37). Quando a expedição encontrasse seus alojamentos, que não fizessem fogo e nem maltratassem as mulheres e crianças, mas sim, que se fizesse persuadir que nenhum mal ocorreria ao "índio pacífico" habitador daqueles campos. O índio pacífico referia-se, neste contexto, ao indígena que se submetesse as políticas de integração à sociedade luso-brasileira do governo central. Por fim, que o Comandante da expedição vigiasse sua tropa para que eles não tivessem comunicação com as índias e que não saíssem do acampamento à noite, castigando quem não obedecesse a essas instruções[56] (JOÃO VI, 1809, p. 37). Certamente essa ressalva de D. João VI ao Comandante da campanha fosse para que os soldados não caíssem nas táticas de emboscada dos indígenas, como ocorreu com a expedição de Afonso Botelho em 1772.

Percebe-se nas instruções sobre a forma que os expedicionários deveriam tratar os índios que habitavam aquela área as estratégias de ocupação naquele período. Os meios brandos empregados ao tratamento indígena nesse momento estavam camuflados de intencionalidades, ou seja, ao mesmo tempo em que iriam se apropriar das terras para estabelecerem as fazendas de criação de gado, utilizaria, quando possível, da mão-de-obra indígena para trabalhar nessas mesmas fazendas.

Atalaia. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

[56] Ainda referente às instruções régias, as casas das povoações deveriam ser erigidas espaçadas uma das outras e cobertas quando possível de telhas e cercadas de trincheiras. Isso deveria ser realizado como medida preventiva, caso os índios lançassem fogo sobre a povoação (JOÃO VI, 1809, p. 37).

Para incentivar a população a integrar a tropa que se dirigia em direção aos Campos de Guarapuava, o governo central informava que iria isentar de pagamentos, pelo prazo de seis anos, aos devedores da Fazenda Real que quisessem povoar aqueles campos, eximindo-os do pagamento do dízimo das terras novas que cultivassem, por um período de dez anos (JOÃO VI, 1809, p. 39). E, também, que fossem remetidos para essa área todos os criminosos que foram sentenciados a degredo[57] cumprindo naquela localidade toda sua sentença.

Contudo, o Padre Chagas (1842, p. 46) informa que "[...] esperançados estes moradores de serem elles tambem os primeiros que possuissem as preconisadas riquezas do terreno e da serra da Apucarana, com facilidade se deram á recruta [...]" (LIMA, 1842, p. 46). Nota-se com essa citação que, mesmo a criação de gado sendo a base econômica mais lucrativa naquele período, o interesse em localizar a famosa Serra de Apucarana e adquirir suas possíveis riquezas minerais ainda interessava aos povoadores.

Para custear a expedição, foi lançado um novo tributo no registro[58] de Sorocaba por um espaço de 10 anos pelo gado que transitasse pelo mesmo local. E, no término dos primeiros cinco anos o valor reduziria pela metade (JOÃO VI, 1809, p. 39). A arrecadação do novo tributo seria aplicada apenas para pagar as despesas da expedição e foi justificado em função das rendas da Capitania de São Paulo não serem suficientes para esse objetivo (custear a expedição aos Campos de Guarapuava), visto que, estavam sendo utilizados a "objectos de maior urgencia" (JOÃO VI, 1809, p. 39).

Conforme Franco (1943, p. 80) o novo tributo não produziu o resultado esperado para pagar as despesas da expedição. Para resolver essa questão, o Príncipe Regente em carta régia de 24 de julho de 1810 determinava o aumento do tributo imposto aos animais que transitavam por aquele registro. Esse aumento do tributo ficou fixado pelo mesmo espaço de tempo estipulado na carta régia de 1809 (FRANCO, 1943, p. 80).

Quando as questões referentes ao financiamento e recrutamento de pessoas para a realização da campanha foram resolvidos, a expedição partiu da Vila de Curitiba em agosto de 1809 e atingiu os Campos de Guarapuava em junho de 1810. Segundo Franco (1943, p. 74) era uma instrução do governo central que a expedição de Diogo Pinto seguisse o mesmo caminho utilizado durante as campanhas de Afonso Botelho durante o ano de 1771. A princípio a expedição seguiu essa estrada, atingindo os antigos abarracamentos de São Felipe,

[57] Degredado é um sujeito que sofreu pena de degredo, ou seja, foi expulso do seu país, por decreto governamental, em virtude de crimes cometidos. Maiores informações sobre trajetórias de vida de degredados remetidos a Guarapuava durante o século XIX conferir a obra de PANTAROLO, Fabio. **Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional:** trajetórias de degredos em Guarapuava, século XIX. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

[58] Localidade onde eram pagas as taxas de passagem dos muares vindos do sul do Brasil.

São Miguel e Esperança, mas, devido às dificuldades do caminho, em função da longa distância para atingir os campos, bem como boa parte da estrada estar novamente coberta pela floresta, resolveram utilizar outra passagem.

Segundo informações de práticos em aberturas de estradas do período em questão, o novo caminho deveria ser realizado pelos Campos do Cupim[59], em virtude de possuir uma trilha que era muito utilizada pelos indígenas, que poderia possibilitar o acesso rápido aos Campos de Guarapuava (FRANCO, 1943, p. 75). Esse campo estava a sete léguas (46, 2 km) de distância do abarracamento de São Felipe e ao atingirem essa localidade e estabelecerem acampamento às margens do rio Embetuba[60] (LIMA, 1842, p. 45), o mesmo passou a ser denominado como abarracamento de Linhares. Desse ponto a expedição seguiu a mesma trilha indígena até atingir os Campos de Guarapuava.

Durante os nove meses de marcha para essa área, o chefe da expedição informava que não encontrou oposição do "gentio", uma vez que, não houve sinal de sua existência naquelas localidades (FRANCO, 1943, p. 92). Provavelmente os índios se resguardavam nas florestas observando as ações das expedições para que em um momento oportuno realizassem o contato (MOTA, 1994, p. 77).

Com a chegada da expedição nos campos, realizaram o reconhecimento da área, e não se tendo encontrado habitante, estabeleceram, nas imediações do rio Coutinho, a povoação de Atalaia[61]. Segundo Lima (1842, p. 45) a povoação recebeu esse nome por ser a primeira obra desta qualidade, com a elevação de 40 palmos, sobre quatro esteios, onde a sentinela visualizava grande extensão de área.

Passado alguns dias da chegada da expedição nessa localidade, aproximaram-se de Atalaia cerca de 30 a 40 índios, os quais deram motivo ao espanto da expedição. As tropas foram reconhecê-los e de longe despuseram as armas, para que os soldados fizessem o mesmo. Falavam, porém os soldados não compreendiam, e com acenos explicaram que desejavam pacificamente chegar ao acampamento, o que lhes foi concedido (LIMA, 1842, p. 45). Para Mota (1994, p. 129) "o objetivo da visita era tomar conhecimento das forças acampadas no local, conhecer suas construções, seus armamentos e ganhar a confiança da expedição".

Após a primeira aproximação dos índios, os mesmos reapareceram em Atalaia em grande número, porém, atacando os expedicionários e lançando fogo nas casas e cercando a

[59] Área que corresponde atualmente o município de Imbituva – PR.
[60] Atualmente possui a denominação Imbituva, afluente da margem esquerda do rio Tibagi.
[61] Atalaia significa torre de vigia onde se abriga as sentinelas. Atalaia se constituiria como veremos no próximo capítulo, no aldeamento indígena dos Campos de Guarapuava.

povoação. O combate perdurou cerca de seis horas e terminou com a derrota dos índios que se retiraram, conduzindo seus mortos e feridos (LIMA, 1842, p. 46). Para Takatuzi (2005, p. 49) "o embate, ocorrido em 29 de agosto de 1810, gerou a cautela dos índios frente a um inimigo que se mostrara superior em termos inimagináveis ao entendimento guerreiro do indígena" (figura 16).

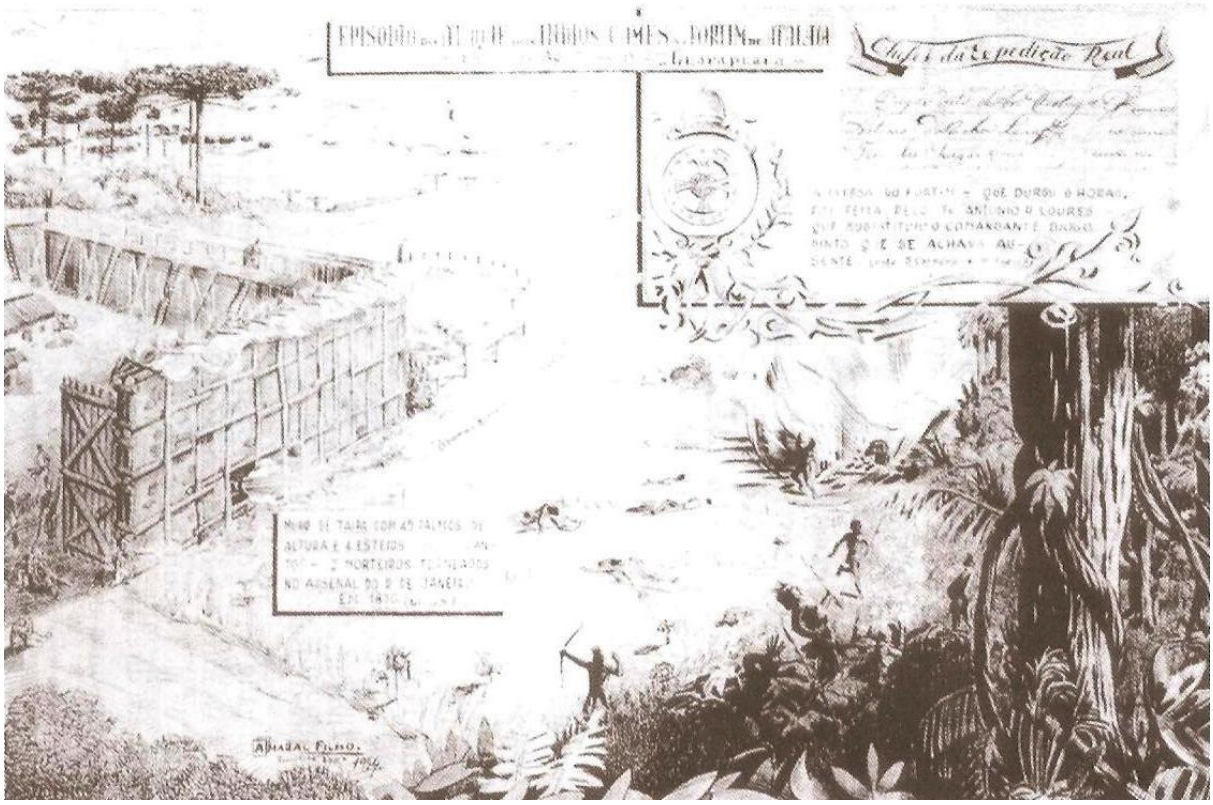

Figura 16 – Demonstração do ataque indígena no forte de Atalaia em 29 de agosto de 1810.
Fonte: Kruger (1999).

Conforme Macedo (1995, p. 144-145) esse ataque ao povoamento de Atalaia ocorreu devido à recusa das filhas dos índios enviadas como forma de agradecimento aos presentes oferecidos pelo Comandante. Os expedicionários recusaram pelo fato de ser uma recomendação régia não ter contato com as índias e também devido aos argumentos do Padre Chagas[62], que viu nessa atitude uma "tentação do demônio", explicando em forma de sermão que todos que obtivessem contato com as índias seriam imediatamente amaldiçoados.

[62] Essa explicação o Padre Chagas não informa em sua obra intitulada "Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava". Esse episódio é esclarecido em oficio dirigido ao Ouvidor e Desembargador Ribeiro de Aguiar. Oficio esse contido no apêndice do livro de FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Museu Paranaense, 1943. E, também, explorado por MACEDO, Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

Sobre este aspecto, Mota (1994, p. 130) menciona que os índios não deixaram suas mulheres por agradecimento aos presentes enviados pelo Comandante. Para o autor

> Os índios sabiam da possibilidade de atrair os soldados que passavam meses e meses longe de mulheres internados em territórios sem o divertimento a que estavam acostumados nas vilas. Atraí-los para os braços das jovens era uma forma de tirá-los interior do forte. (MOTA, 1994, p. 130).

Observa-se que índios e expedicionários utilizaram praticamente as mesmas táticas empregadas durante as campanhas que ocorreram nos Campos de Guarapuava em meados do século XVIII. Todas essas estratégias foram empregadas para, na medida do possível, assegurarem os seus objetivos, ou seja, a posse da terra. Logo, percebe-se que tanto os indígenas como os portugueses disputavam o mesmo território (Campos de Guarapuava) e agiam na medida de seus interesses.

Em maio de 1811 Diogo Pinto enviou uma expedição para o reconhecimento de novas áreas e consequentemente um melhor local para a futura povoação. Essa expedição se estendeu em direção a oeste, apesar do perigo que ofereciam os índios que habitavam aquelas localidades e que desde o ataque de 29 de agosto de 1810 haviam se retirado das proximidades de Atalaia (FRANCO, 1943, p. 161).

Sobre a ausência de indígenas nas proximidades da Atalaia, Mota (1994, p. 176) explica que

> [...] não podiam ficar expostos à superioridade bélica do invasor, evitavam relações com os brancos e suas tentativas de catequizá-los, protegendo-se em locais que só eles conheciam e de onde podiam realizar ataques isolados aos viajantes e fazendeiros. Trata-se, assim, de outro tipo de resistência, que não a guerra direta. (MOTA, 1994, p. 176).

Com o reconhecimento da área, a primeira proposta para a nova povoação nos Campos de Guarapuava foi a localidade denominada Pontão das Estacadas, no Campo Real[63]. Para os expedicionários, o lugar era conveniente, porque estava ao centro dos campos e que logo se desenvolveria em função das fazendas que se estabeleciam a oito léguas (52, 8 km) da mesma povoação. Outro argumento é que a nova povoação se estenderia pelos vales do rio Jordão e Cavernoso[64], podendo estes rios fornecer força e luz para uma cidade que poderia comportar até 500 mil habitantes, onde se encontrava grandes ervas e madeiras nobres (FRANCO, 1943, p. 162).

[63] Esse campo localizava-se entre os rios Jordão e Cavernoso.
[64] Afluente da margem direita do rio Iguaçu.

Desta maneira, o comandante organizou a planta da povoação, mas a localização da moradia dos índios não satisfez ao Padre Chagas. O religioso desejava que os índios ficassem distantes da povoação, possuindo como objetivo a instalação de um aldeamento autônomo, sob sua exclusiva administração. Desejo esse amparado pela carta régia que instruía os cuidados em relação aos indígenas. Entretanto, Diogo Pinto relutava sobre esta questão, enfatizando que os índios deveriam permanecer sob vigilância constante dos povoadores (MACEDO, 1995, p. 171).

Diogo Pinto teve que se ausentar de Atalaia. Quando voltou para fundar a povoação, o Padre Chagas se dirigiu a São Paulo para solicitar ao Governador da Capitania de São Paulo a suspensão das obras iniciadas no Pontão das Estacadas, sugerindo que a nova povoação fosse levantada em lugar onde ele (o Padre Chagas) escolhesse (FRANCO, 1943, p. 167).

A solicitação do padre foi atendida e, com isso, foram suspensos todos os trabalhos que estavam sendo realizados no Pontão das Estacadas. Nessa ocasião a Junta solicitava para a expedição se fortificar em Atalaia, justificando o requerimento em virtude dos constantes assaltos e ataques cometidos pelos índios naquele abarracamento (acampamento) (FRANCO, 1943, p. 167).

Padre Chagas escolheu para a instalação da futura Freguesia de Nossa Senhora do Belém um local situado entre os rios Jordão e Coutinho[65] e os índios aldeados permaneceram em Atalaia[66], sendo concedidas terras aos mesmos por meio de sesmarias. Conservaram-se em Atalaia porque o padre acreditava que a aproximação destes com os soldados dificultariam sua total conversão ao catolicismo.

Para Franco (1943, p. 170) com as contínuas mudanças no governo da Capitania de São Paulo, a expedição não atinge de fato sua principal meta, isto é, sua conquista. Nessas mudanças de governo, em novembro de 1817 o mesmo solicitava que toda a expedição retornasse ao abarracamento (acampamento) de Linhares, situada nos Campos Gerais de Curitiba. Na mesma ordem, esclarecia também que os índios aldeados de Atalaia que quisessem acompanhar a expedição seriam bem tratados e aos que não quisessem poderiam voltar para seus antigos lares (FRANCO, 1943, p. 177).

Essa mudança para Linhares foi retardada, tanto é que em janeiro de 1818 o governador reiterava essa ordem em função dos assaltos que estavam ocorrendo no antigo abarracamento (acampamento) de Linhares. O retardamento na providência, ao que tudo

[65] Afluente da margem direita do rio Jordão.
[66] Estava em distância de uma légua e meia da Freguesia de Nossa Senhora de Belém.

indica, foi devido à relutância do Padre Chagas, pelo fato de não querer abandonar o aldeamento de Atalaia (FRANCO, 1943, p. 177).

Na reiteração da ordem de mudança para Linhares, o governador mencionava que se o Padre Chagas permanecesse em Atalaia seria imediatamente desligado da expedição. Em obediência àquelas determinações a expedição efetuou sua retirada para Linhares em fevereiro de 1818 (FRANCO, 1943, p. 178). Entretanto, Diogo Pinto conseguiu que permanecessem naquela localidade algumas pessoas (Corpo de Ordenanças) para conter os numerosos indígenas que percorriam essa localidade. Isso porque, nessa época, encontrava-se estabelecido nos Campos de Guarapuava certo número de povoadores portugueses com as suas criações de animais, como muares e bovinos ainda incipientes. Diante disso, era necessária a proteção dessas fazendas contra os índios refratários a catequese. Outro fato é que os índios aldeados eram ameaçados de extermínio pelos índios não aldeados e vice-versa.

Em abril de 1819 tomava posse do governo da Capitania de São Paulo João Carlos Augusto Oyenhausen Gravenburg[67]. Com esse governo retomavam-se as discussões a respeito da conquista de Guarapuava e com isso determinava que a Real expedição deveria prosseguir com a reocupação dos postos de Linhares e da Esperança para garantia da comunicação com os Campos de Guarapuava. Com isso, determinava o regresso do Comandante para reassumir seu posto para exercer todas as providências necessárias em relação à ocupação daquela área (FRANCO, 1943, p. 189).

Entretanto, Diogo Pinto não conseguiu concluir sua tarefa. Isso porque, na sua partida de São Paulo para o acampamento de Linhares passou por vários transtornos e, em maio de 1820 adoece e falece, sem ter conseguido chegar a Guarapuava. Com o falecimento do Tenente Coronel Diogo Pinto, o Tenente Antonio da Rocha Loures passou a exercer o comando do destacamento primeiramente em Atalaia e depois na sede da nova Freguesia de Nossa Senhora do Belém.

No final da década de 1840 a Freguesia de Nossa Senhora de Belém foi elevada a categoria de Vila, extinta em 1850 e restaurada em 1852. Elevada a Comarca em 1859 e a cidade em 1871, Guarapuava foi o centro de onde se irradiou o povoamento luso-brasileiro pelos campos a oeste do que posteriormente viria a ser parte do território do Estado do Paraná.

Quando Portugal declarou o interesse de ocupação definitiva dos Campos de Guarapuava por meio de sesmarias, determinou ao comandante da expedição a repartição dos terrenos devolutos em pequenos lotes para os povoadores pobres. As primeiras concessões

[67] Governou a Capitania de São Paulo no período de 1819 a 1821. Informações disponíveis em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/governantes3.htm>.

foram realizadas às pessoas que acompanharam a expedição e para alguns fazendeiros dos Campos Gerais que com ela haviam colaborado (com animais, bois de corte, etc.) (ABREU, 1986, p. 41).

Visando atrair novos povoadores, em 1816 o comandante interino Antonio da Rocha Loures realizou a partição das terras dos Campos de Guarapuava, sendo estas entregues para pessoas dos Campos Gerais de Curitiba para estabelecerem suas fazendas de criação de gado. Para os pobres foram entregues pequenos lotes, para fixarem seus domicílios em Guarapuava, no lugar anunciado para a primeira povoação portuguesa (ABREU, 1986, p. 42).

Em uma correspondência datada de 22 de agosto 1818, assinada por Dom Nuno Eugenio de Locio e Miguel Joze de Oliveira Pinto[68], era autorizado ao comandante da expedição (Antonio da Rocha Loures) conceder sesmarias a oito requerentes e assinalar a cada um deles uma légua de terra de sesmaria e três de fundo (13. 068 ha), ou vice versa, de maneira que não ficasse terra devoluta entre as mesmas. Exigia que na formulação desses requerimentos informassem a quantidade de escravos, agregados e gados, declarando também que solicitavam essas sesmarias para cultivar ou criar gado e não para vendê-las (LOCIO; PINTO, 1818, p. 1).

A notícia da criação da Freguesia de Nossa Senhora do Belém provocava frequentes pedidos de sesmarias e o aumento do número de posses pela ocupação. Alguns fazendeiros enviaram capatazes e gado para esses campos, mas a maioria visava um aproveitamento futuro, prejudicando, segundo Abreu (1986, p. 60) o desenvolvimento da região.

Sobre esse aspecto, o Padre Chagas em uma carta endereçada ao Presidente da Província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros, em abril de 1826, informava que

> Considerando bem as ordenz q. tem havido nezta conquista sobre partiçoenz de terraz, pesentemente não tem o Comandante [Antonio da Rocha Loures] authoridade para consignar sesmariaz, de trêz léguas de terreno, a Pessoaz, que morão fora do Districto; pois aque teve em 1818, expirou-se em 1821 quando deu conta dessa Comissão. Aque tem não hé outra, senão a de 1816, que determinava, desse aos Povoadorez, as terras de Lavoura e de creaçoenz, q. ellez precisassem, de que tirarião depois as competentez sesmariaz. (LIMA, 1826, p. 4).

[68] Dom Nuno Eugenio de Locio e Miguel Joze de Oliveira Pinto governaram a Capitania de São Paulo no período de agosto de 1813 a dezembro de 1814 (Governo Triunvirato). Informações disponíveis em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/governantes3.htm>. Contudo não se sabe qual era o cargo deles no governo da época (Governo de Francisco de Assis Mascarenhas) para justificar a autorização de sesmarias nos Campos de Guarapuava.

Ao analisar os relatos do Padre Chagas, observa-se que sua indignação sobre os proprietários de terras que não residiam nos Campos de Guarapuava era bem antiga. Tanto que em um relatório enviado ao Governo Provisório da Província de São Paulo em 1821 possuindo como título "Estado actual da conquista de Guarapuava no fim do ano de 1821" informava que estes fazendeiros (os que não residiam em Guarapuava) não contribuíram para o estabelecimento da povoação, uma vez que não investiram em suas fazendas, seja esse investimento na construção de casas, currais, lavouras, dentre outros (LIMA, 1821, p. 30). Sobre este aspecto os fazendeiros justificavam-se mencionando que não residiam nas fazendas porque não seriam "iscas de gentio". O padre ressalta que isso era apenas uma desculpa porque os índios sabiam da superioridade das armas do povoamento (LIMA, 1821, p. 30).

Conforme Abreu (1986, p. 60) para corrigir esse problema, o Presidente da Província de São Paulo ordenou o cancelamento dos títulos de sesmarias que foram concedidas a indivíduos os quais não residiam na povoação e não estavam cumprindo com o que constava na legislação regulamentadora da concessão de cartas de sesmarias. Os títulos cancelados passariam a ser destinados a outros interessados. Apesar desta medida, formaram-se grandes latifúndios pertencentes a proprietários que continuavam residindo nos grandes centros urbanos da época. Isso porque, das 46 fazendas de criar existentes em 1835 nos Campos de Guarapuava, 19 proprietários residiam fora, nos Campos Gerais e Curitiba (ABREU, 1986, p. 61). Portanto, foram essas circunstâncias que geraram toda a problemática das terras, agravada pelas grandes extensões das propriedades, a difícil comunicação e a pouca densidade populacional (ABREU, 1986, p. 61).

No fim do ano de 1821, Rocha Loures e o Padre Chagas Lima elaboraram um mapa (Figura 17) ilustrando a localização das sesmarias existentes naquela época nos Campos de Guarapuava. Nesse mesmo mapa figura-se 14 sesmarias, inclusive a dos índios. Essa última, contava com uma área de quatro léguas quadradas (17. 424 ha). Nessa mesma área, os índios cultivavam suas lavouras e criavam alguns animais.

Figura 17 – Mapa das sesmarias dos Campos de Guarapuava elaborada em 1821.
Fonte: Casa Benjamim Teixeira (2011).

Nota-se que as primeiras propriedades rurais estabelecidas nos Campos de Guarapuava apresentavam excesso de área, tanto é que os campos do Pinhão[69] possuíam apenas nove sesmarias (ABREU, 1986, p. 61). Conforme Abreu (1986, p. 44) o sistema de sesmarias foi o tronco do qual se originaram muitas das propriedades rurais dessa área. Tal fato, decorrente da política adotada por D. João VI e os governadores seguintes, visando incentivar a posse e o uso das terras coloniais para seu aproveitamento econômico e, por último, como instrumento de povoação (ABREU, 1986, p. 44).

Contudo, esse sistema entrou em crise, contribuindo para isso a própria consolidação do capitalismo na Europa e foi extinto em julho de 1822. A partir desse momento, as terras passaram a ser adquiridas mediante a posse ou ocupação, estabelecendo-se latifúndios maiores que os de sesmarias (ABREU, 1986, p. 45). É importante observar que no período entre 1822, quando foi extinto o regime de sesmarias e 1850, quando entrou em vigor a Lei de Terras (Lei n° 601/1850), estabelecendo que a apropriação da terra só se daria mediante

[69] Esse campo localizava-se entre os rios Jordão, Pinhão e Iguaçu.

compra, categorias de prestígio político se aproveitaram do vazio jurídico (ausência de legislação) para ampliar seus domínios territoriais.

Com a Lei de Terras, as mesmas passaram a adquirir a expressão de preço. Isso porque a posse e a ocupação da terra não garantiriam a validade jurídica. "Para legalizá-la tornou-se necessário atribuir-lhe um valor monetário, ditado pelo mercado" (ABREU, 1986, p. 46). Diante disso, nos Campos de Guarapuava se obedeceram as determinações, sendo estabelecido que as terras devolutas ficassem sujeitas a medição e legitimação para sua venda a particulares (ABREU, 1986, p. 46).

Mediante a lei, foi obrigatório o registro das terras. Entretanto, o governo não possuía pessoal suficiente para realizar essa tarefa. Onde não havia repartição pública, os padres foram solicitados para realizar o registro das terras, sendo esse trabalho conhecido como registro do vigário[70] (ABREU, 1986, p. 46).

No processo de fixação luso-brasileira em território guarapuavano houve a implicação de fatores vinculados não só a política como também a economia. Essa ocupação, como em outras partes do território brasileiro, esteve ligada a exploração de riquezas naturais, a agricultura e, no caso dos Campos de Guarapuava, nas primeiras décadas do século XIX a criação de gado.

[70] O Arquivo da Paróquia Nossa Senhora de Belém, em Guarapuava, possui alguns desses registros.

3 A POLÍTICA INDIGENISTA E OS INTERESSES DO COLONIZADOR

Ao analisar a documentação referente às duas tentativas de ocupação dos Campos de Guarapuava, percebe-se a preocupação que as expedições comandadas tanto por Afonso Botelho (século XVIII) como a de Diogo Pinto (século XIX) apresentavam em relação aos indígenas que habitavam essa localidade. Preocupação esta devido ao fato da grande resistência que os índios realizaram durante o avanço dessas frentes de expansão territorial. Para conter essa oposição por parte dos indígenas alguns métodos foram utilizados para que o objetivo da Metrópole Colonial Portuguesa fosse alcançado, isto é, a ocupação definitiva dos Campos de Guarapuava.

Se nas investidas de Afonso Botelho o método era reduzir os índios ao grêmio da Igreja, a prática utilizada na Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava não seria diferente. Esta última possuía como estratégia agrupá-los em aldeamentos, para que suas terras fossem na medida do possível, liberadas e ocupadas por fazendas de criação de gado. Para que a realização dessa tática fosse possível, ocorreu o trabalho de aproximação e catequese com os índios, chefiada pelo Padre Francisco das Chagas Lima.

Diante disso, o objetivo dessa seção é analisar o aldeamento de Atalaia enquanto uma estratégia do governo central, para agrupar os indígenas em uma determinada área e liberar seus tradicionais territórios para o estabelecimento de fazendas de criação de gado. Compõe ainda como propósito elucidar que o aldeamento era uma política indigenista vigente na época em questão (século XIX), dessa forma, esclarecendo em que corrente de pensamento surgiu o aldeamento de Atalaia, qual era seu objetivo, quais as táticas empregadas para agrupar os indígenas nesse local, suas possíveis resistências e, de que forma a instalação do aldeamento favoreceu a ocupação luso-brasileira.

Por fim, convém ressaltar que em vários momentos dessa ocupação ocorreram tratos/acordos entre índios e luso-brasileiros. Desta forma, se procurará explicar que as relações estabelecidas entre esses sujeitos foram muito mais complexas do que simplesmente uma relação entre dominador e dominado.

3.1 POLÍTICA INDIGENISTA NO CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

Das várias políticas indigenistas[71] estipuladas no decorrer do Brasil Colônia e Brasil Império, uma em especial foi muito discutida. Tratava-se da política de aldeamento. Essa política, no decorrer dos anos, possuía objetivos variados, dependendo, é claro, de qual era de maior importância na época.

Conforme Tommasino (2001, p. 11-12) a política de aldear e confinar os índios em espaços físicos delimitados iniciou no período colonial. Essa política de aldeamento, em primeiro momento, possuía como pressuposto a necessidade de mão-de-obra para implantar as bases da nova sociedade européia no continente. Logo, os aldeamentos eram situados, em geral, próximas às povoações coloniais, para facilitar tanto a civilização como a utilização de seus serviços (PERRONE-MOISÉS; CUNHA, 1992, p. 118, 144).

Segundo Perrone-Moisés (1992) no Brasil colonial havia índios aldeados e aliados dos portugueses e índios inimigos espalhados pelos sertões. Nesse sentido, existiam duas linhas de políticas indigenistas. Uma para os índios aldeados e outra para os índios não aldeados (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117).

Aos índios aldeados e, consequentemente, aliados dos portugueses, era garantida a "liberdade" ao longo de toda a colonização. Com isso, deveriam ser senhores de suas terras e passíveis de serem recrutados para trabalharem para os moradores, mediante o pagamento de salário (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 117).

De modo geral, deveriam viver nessas aldeias apenas os índios e os missionários, a não ser quando as leis instituíam a administração leiga (de não índios). Contudo, a política pombalina de 1757, procurando assimilar os índios aldeados à civilização, incentivava a presença de brancos nas aldeias (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119).

A reunião de tribos diferentes estava condicionada a vontade dos índios, uma vez que, as aldeias deveriam ser formadas por índios na mesma nação, evitando assim possíveis contratempos (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 119). Todavia, os conquistadores nem sempre

[71] A Política indigenista tratava-se de toda e qualquer ação política governamental que possuíam as populações indígenas como objeto. Contudo, é interessante mencionar que, devido às mudanças estabelecidas no campo do indigenismo nos últimos anos, encontramos outros segmentos (organizações não-governamentais, organizações religiosas, dentre outras) que interagem com os povos indígenas e que têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro (ISA, 2011, p. 1). É interessante ressaltar também que política indigenista é diferente de política indígena, uma vez que, essa última trata-se de políticas estipulados pelos próprios índios.

seguiam essa regra, agrupando inimigos em uma mesma localidade, para que, na medida do possível, obtivessem benefícios desses conflitos intertribais.

Diante disso, para Perrone-Moisés

> O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia. Como diz o Regimento das Missões de 1686, é preciso 'que haja nas ditas aldeias índios, que possam ser bastantes, tanto para a segurança do Estado, e defensas das cidades, como para o trato e serviço dos moradores, e entradas dos sertões'. (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 120).

O trabalho dos índios aldeados deveria ser remunerado, já que eram considerados livres. Cada província estabelecia valor, repartição da mão-de-obra, e tempo de trabalho. Contudo, a liberdade era violada e os salários não eram pagos. Em muitos casos os aldeados estavam em situação lastimável, distante do que eram estabelecidos nas leis vigentes (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 120).

Quanto aos índios inimigos, ou seja, aqueles espalhados pelos "sertões", a escravidão era o seu destino. E, com isso, consideravam a guerra contra esses como justa, já que seria a única forma para salvar aquelas almas (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123).

A guerra justa era motivo de discussão a partir do século XVI, porque era aplicada a povos que não possuíam conhecimento prévio sobre a fé, logo, não poderiam ser tratados como infiéis. As causas justas dessa guerra seriam em função a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123). Nota-se que além da guerra justa ter sido pautada em função dos fundamentos teológicos é plausível afirmar que também houveram guerras motivadas pela necessidade econômica (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 124-125).

A presença de hostilidades por parte dos índios, na maioria dos casos, sempre foi a principal justificativa da guerra justa. Para tanto, os colonizadores deveriam provar a necessidade de tal ato. É nesse contexto que surgem documentos sobre a "barbárie", "crueldade", dentre outros denominativos. Adjetivos esses utilizados nos documentos oficiais para demonstrar que a única forma de trazer o índio à civilização seria por meio da guerra (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 126).

Segundo Perrone-Moisés (1992, p. 126), as recomendações de destruição total foram constantes no século XVII e início do século XVIII. Os documentos mencionavam sobre guerra rigorosa e total a ser movida contra os índios. Acreditava-se que com essa atitude ocorreria sua total extinção (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 126).

Esse tipo de atitude não foi diferente no século XIX. Como se verificou no capítulo anterior, para a conquista definitiva dos Campos de Guarapuava nesse período, se utilizaram em primeiro momento da guerra justa. Tal atitude foi justificada informando que todos os meios "humanitários" tinham sido utilizados sem sucesso.

Neste contexto, as ocupações de territórios indígenas foram práticas que também marcaram a sociedade nacional no século XIX. Na visão de Mota (1998, p. 151) a integração das sociedades indígenas passava pela incorporação de seus territórios e a apropriação de suas terras estava no centro da questão nacional. Para criar a identidade nacional, priorizou a homogeneidade e as diversidades culturais ficaram em segundo plano (MOTA, 1998, p. 151).

Conforme Cunha (1992, p. 133) durante o século XIX áreas de ocupação antigas se contrastam com frentes de expansão novas. Para a autora é nesse momento que a questão indígena deixa de ser uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras. Com isso, trata-se de alargar os espaços transitáveis e apropriáveis. Nesse caso, o índio ocupa uma posição singular, já que tem de ser legalmente, senão legitimamente, despossuídos de suas terras (CUNHA, 1992, p. 133).

É nessa conjuntura que se discute e se define uma política indigenista. Para a autora:

> Se durante quase três séculos ela oscilava em função de três interesses básicos, o dos moradores, o da Coroa e o dos jesuítas, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a distância ideológica entre o poder central e o local encurta-se na proporção da distância física. Desde 1759, quando o marquês de Pombal havia expulsado os jesuítas, nenhum projeto ou voz dissonamente se interpunha no debate: quando missionários são reintroduzidos no Brasil, na década de 1840, ficarão estritamente a serviço do Estado. (CUNHA, 1992, p. 133).

Embora a questão indígena não fosse um problema novo, nunca havia, no entanto, sido inserida como uma política geral a ser adotada. Debate-se então a partir do final do século XVIII e início do século XIX como se deveria proceder com os indígenas. Discussões essas de forma teórica[72], publicadas especialmente pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[73].

Para Cunha (1992, p. 136) a domesticação dos índios supunha sua sedentarização em aldeamentos "sob o suave jugo das leis". A autora ressalta que:

---

[72] Para maiores detalhes sobre essa questão ler MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Diálogos**, v. 2, n. 1, p. 149-175, 1998.

[73] O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB foi criado em 1838 e possui um expressivo acervo documental, constituído de livros, documentos manuscritos, dentre outros. Maiores informações consultar o site do IHGB, disponível em: <http://www.ihgb.org.br/>.

> Houve ao longo do século, adeptos da brandura e adeptos da violência. Destes últimos, o mais celebre foi d. João VI, que, recém-chegado ao Brasil, desencadeara uma guerra ofensiva contra os genericamente chamados Botocudos, para liberar para a colonização o vale do rio Doce no Espírito Santo e os campos de Guarapuava, no Paraná. Inaugurara também uma inédita franqueza no combate aos índios. Antes dele, ao longo dos três séculos de colônia, a guerra aos índios fora sempre oficialmente dada como defensiva, sua sujeição como benéfica aos que sujeitavam e as leis como interessados no seu bem-estar geral, seu acesso à sociedade civil e ao cristianismo. (CUNHA, 1992, p. 136-137).

Conforme Cunha (1992, p. 144) o aldeamento indígena obedecia às conveniências. Não só os confinava em pequenas parcelas de terras, mas também os direcionava para onde seriam úteis. Em todos os casos, os aldeamentos serviam de fonte de abastecimento e reserva de mão-de-obra (CUNHA, 1992, p. 144).

Segundo Almeida (2011, p. 1) para "civilizar" e assimilar os índios procedia-se, conforme as diferentes situações, ou seja, em algumas regiões estabeleciam-se novas aldeias e em outras se desencadeavam guerras consideradas justas. Concomitante a isso, em áreas de colonização antiga, onde já existiam aldeias, pregava-se sua extinção com o argumento de que os índios já estavam civilizados e misturados à população (ALMEIDA, 2011, p. 1).

É plausível afirmar que o aldeamento estabelecido nos Campos de Guarapuava no início do século XIX surgiu, em um momento em que o discurso da classe dominante referente ao indígena estava pautado em seu aldeamento. Com isso, se procurará explicar que o aldeamento de Atalaia visava muito mais que um local de integração dos indígenas à sociedade que se desejava formar, mas sim, uma estratégia política para agrupá-los em uma determinada área, garantindo, na medida do possível, a ocupação de novas áreas ao território nacional.

3.2 O ALDEAMENTO DE ATALAIA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

O aldeamento de Atalaia[74] estava localizado entre os rios Coutinho e Lageado Grande a 9, 9 km de distância da Freguesia de Nossa Senhora do Belém. Este aldeamento possuía uma área de quatro léguas quadradas (17. 424 ha), sendo esta área destinada aos indígenas por meio de uma sesmaria concedida pelo governo da Capitania de São Paulo em setembro de 1818 (LIMA, 1842, p. 49).

[74] Atalaia foi à primeira localidade onde a expedição de Diogo Pinto se instalou quando atingiu os Campos de Guarapuava no inicio do século XIX.

O responsável pelo aldeamento de Atalaia no período compreendido entre 1812 e 1827 foi o padre curitibano Francisco das Chagas Lima. Esse sacerdote já possuía experiência em relação à catequização indígena, uma vez que, havia trabalhado por cinco anos com os índios denominados Purís[75] na aldeia de São João de Queluz[76], nas imediações do rio Paraiba[77] (LIMA, 1842; 1843, p. 62, 74).

Para compreendermos como ocorreram os trabalhos de catequização no aldeamento de Atalaia vamos levar em consideração o conjunto de relatos assinado pelo Padre Francisco das Chagas Lima. A maioria desses documentos (LIMA, 1821; 1825; 1827) adquirimos na Casa Benjamin Teixeira[78] na cidade de Guarapuava. Os demais relatos (LIMA, 1842; 1843) foram acessados no *site* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[79].

Ao analisar os documentos do Padre Chagas percebe-se nas entrelinhas de suas correspondências que ele interessava-se em discutir questões políticas e até mesmo relacionadas à distribuição de terras[80]. Porém, são informações raríssimas quando comparadas as suas discussões sobre os indígenas existentes nos Campos de Guarapuava.

Referente aos indígenas que habitavam essa localidade, o Padre Chagas identificou em seus relatos os seguintes grupos: Camés[83], Votorões, Cayeres/Dorins[84], Xocrens, Tavens, Jacfé[85], Tac-Taiás e Guaranis. Os índios Camés e Votorões encontravam-se próximos a aldeia de Atalaia. A primeira avaliava contar com 152 indivíduos e a segunda com aproximadamente 120 pessoas (LIMA, 1842, p. 52). Os Cayeres/Dorins localizavam-se nas margens do rio Dorim[86], podendo contar com 400 pessoas (LIMA, 1827, p. 6). Contudo, antes do contato mais efetivo com esse grupo, o clérigo informava em um de seus relatos que os mesmos

---

[75] Conforme o Padre Chagas Purís ou Packís significava "gente mansa ou tímida" (LIMA, 1843, p. 73).

[76] Maiores informações sobre o trabalho do Padre Chagas no aldeamento de São João de Queluz conferir LIMA, Francisco das Chagas. Noticia da fundação e principios d'esta Aldêa de S. João de Queluz. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo v, n. 17, p. 72-76, 1843.

[77] Atualmente esse rio possui a denominação de Paraíba do Sul.

[78] Essa casa destina-se a preservação, pesquisa e disseminação da historiografia guarapuavana. Entre os documentos que esse acervo possui, estão os arquivos particulares de Benjamin Teixeira, os exemplares do jornal "O Guayra", relatos do Padre Francisco das Chagas Lima, dentre outros documentos.

[79] A coleção completa da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontra-se disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

[80] Sobre este aspecto discutimos no primeiro capítulo.

[81] Conforme Lima (1825, p. 1) "Caméz, no idioma do Pais quer dizer: Timidos, ou Medrosos".

[82] Segundo Lima (1825, p. 1) "Votorons quer dizer: Habitantez do morro Vuturuna".

[83] Para Lima (1825, p. 1) "Cayerez quer dizer: Macacos".

[84] É interessante ressaltar que o Padre Chagas utilizou até o ano de 1826 (aproximadamente) em suas correspondências a denominação Cayeres ao invés de Dorins. Isso porque, seu primeiro contato com esses índios só ocorreu a partir de 1826.

[85] Os Jacfé reuniram-se na aldeia de Atalaia em 1819, mas o padre não informa em seu relato a localização de seus antigos alojamentos (LIMA, 1842, p. 48).

[86] Não foi possível identificar por meio dos relatos do Padre Chagas, bem como pelo mapa das sesmarias (mapa utilizado no primeiro capítulo) se esse rio seria um afluente ou subafluente do rio Iguaçu.

habitavam uma área entre os rios Piquiri[87], Paraná e Iguaçu (LIMA, 1821, p. 23). Os Xocrens situavam-se entre os rios Iguaçu e Uruguai e julgava-se possuir em média 60 indivíduos. Os Tavens encontravam-se entre os rios Paraná, Piquiri e Ivaí e avaliava-se possuir de 240 indivíduos. Os Tac-Taiás habitavam as margens do rio Ytatú (Ivaí)[88] a 26 léguas (171, 6 km) de distância da aldeia de Atalaia (LIMA, 1821, p. 24). Os Guaranis localizavam-se nas imediações do rio Uruguai[89] e julgava-se possuir aproximadamente 500 pessoas, sendo nas palavras do Padre Chagas a "horda" mais numerosa que havia em Guarapuava (LIMA, 1821, p. 17). E, por fim, conforme uma correspondência do sacerdote de janeiro de 1827 ele informava que havia duas "hordas" desconhecidas nos Campos de Guarapuava: uma entre os rios Iguaçu e Uruguai (oeste) e outra entre os rios Piquiri e Paraná (norte).

É interessante mencionar que empregamos nesse trabalho as mesmas denominações[90] utilizadas pelo Padre Chagas em seus relatos aos índios existentes nos Campos de Guarapuava para facilitar a análise e compreensão dos conflitos interculturais e intertribais que ocorreram durante o processo de ocupação nesses campos. Enfatizamos essa questão porque ao comparar as identificações que o sacerdote utilizava em seus relatos com estudos recentes, é plausível afirmar que existiam na área de estudo duas nações indígenas.

Uma delas refere-se à nação Guarani, identificada pelo Padre Chagas como "Guaranis". Ao que tudo indica esse povo não se agrupou no aldeamento de Atalaia, existindo apenas nos relatos do vigário informações sobre sua possível localização (imediações do rio Uruguai).

Segundo Mota e Novak (2008, p. 26) a designação Guarani define a população, bem como o nome da língua por eles falada. Estudos indicam que os Guarani procederam das bacias dos rios Madeira e Guaporé (rios da bacia do rio Amazonas). A partir daí, ocuparam diversos territórios ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná até alcançar Buenos Aires, expandindo-se também para a margem esquerda do Pantanal, nos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (MOTA; NOVAK, 2008, p. 26).

Para Mota e Novak (2008, p. 27) esse grupo dificilmente estabelecia suas aldeias e roças em áreas de campo. Isso porque, todos os sítios arqueológicos encontrados estavam

[87] Os índios denominavam esse rio como Paiquerê (LIMA, 1821, p. 23).
[88] Esse rio era denominado pelos Tac-Taiás de Quemtú (LIMA, 1821, p. 24).
[89] 40 léguas (264 km) de distância do aldeamento de Atalaia em sentido sudoeste.
[90] Conforme o ISA (2011, p. 1) em virtude da precária comunicação entre indígenas e colonizadores, na época dos primeiros contatos, alguns grupos passaram a ser denominados pelo nome de algum dos seus indivíduos ou frações. Existem também alguns casos de comunidades indígenas que receberam sua denominação de acordo com certo elemento decorativo que utilizavam (Coroados em função do corte do cabelo, Botocudos em razão do botoque utilizado nos lábios inferiores) bem como povos que foram designados em função do topônimo do lugar onde viviam (Votorões por habitarem o morro vuturuna e os Dorins por viverem nas imediações do rio Dorim).

localizados em áreas cobertas por florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro da mata (MOTA; NOVAK, 2008, p. 27).

Já as identificações como Camés, Votorões, Cayeres/Dorins, Jacfé, Tac-Taiás, Tavens e Xocrens referem-se, na verdade, aos índios da nação Kaingang (VEIGA, 2006, p. 42; TOMMASINO; FERNANDES, 2011, p. 2). Para Veiga (2006, p. 42) "A denominação Kaingang aparece na documentação bibliográfica apenas a partir de 1882, inicialmente em trabalhos de Telêmaco Borba e do capuchino Frei Luiz de Cimitile". Contudo, Mota (2004, p. 1) alerta que essa denominação foi utilizada anteriormente por outros viajantes que percorreram os territórios Kaingang no século XIX, como, a título de exemplo, Camilo Lellis da Silva[91], Joseph e Franz Keller[92].

Conforme Mota e Novak (2008, p. 30) pesquisas realizadas assinalam o Brasil central como região de origem dos Kaingang, que ocuparam imensas áreas dos Estados da Região Sul, parte meridional de São Paulo e o leste da Província de Missiones (MOTA; NOVAK, 2008, p. 30). Segundo Veiga (2006, p. 52) os primeiros contatos registrados com grupos que possivelmente seriam Kaingang são os dos padres jesuítas espanhóis estabelecidos na Província do Guairá[93], sendo identificados na época em questão como Gualachos (figura 19)[94]. Porém, a experiência das reduções jesuíticas foi breve, devido a sua destruição pelos ataques dos bandeirantes paulistas na primeira metade do século XVII (VEIGA, 2006, p. 52).

[91] Militar da Armada Imperial. Em 1849 realizou uma viagem de demarcação da futura estrada que ligaria Guarapuava ao rio Paraná (MOTA, 2004, p. 9).

[92] Os engenheiros Joseph e Franz Keller foram contratados em 1865 pelo governo da Província do Paraná para estudarem a navegabilidade dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí e Iguaçu (MOTA, 2004, p. 7).

[93] A Província do Guairá fazia parte do Império Espanhol, tendo como limites territoriais o rio Iguaçu ao sul, o rio Paraná a oeste, e a linha de Tordesilhas a leste e o rio Tietê ao norte.

[94] Com a figura 18 é possível visualizar as possíveis localizações das reduções jesuíticas, situadas as margens dos principais rios, como Pequeri (Piquiri), Hubai (Ivaí), Paranapane (Paranapanema), Tibaxiva (Tibagi) e Yguaçu (Iguaçu), bem como um espaço que não havia nenhuma redução e que é identificada no mapa como a região dos Guananas ou Gualachos, sendo esta localidade parte do território que ficaria posteriormente conhecido como Campos de Guarapuava. Possivelmente esses índios não aceitaram viver nas reduções e procuraram se estabelecer em regiões de campos onde não havia a presença de jesuítas ou, por serem considerados mais arredios que os demais indígenas existentes na Província do Guairá, como, a título de exemplo, os índios Guarani, provavelmente sua presença teria influenciado na localização das reduções em determinadas áreas e não em outras.

Figura 18 – Fragmento do “Mapa que abrange as regiões entre os rios Paraguai, Paraná e a costa brasileira desde Santos até o Rio Grande” (17--).
Fonte: Biblioteca Virtual da Cartografia Histórica do Século XVI ao XVIII.

No final do século XVIII o interesse político e econômico pelos Campos de Guarapuava (parte do território antigamente denominado Guairá) influenciou os luso-brasileiros a adentrar o território Kaingang, ocasionando conflitos entre as tropas de Afonso Botelho e indígenas que ali habitavam. Todavia, a conquista do território em questão ocorreu somente com a Real Expedição de Conquista no início do século XIX (fatos já discutidos anteriormente), ocasionando a instalação do aldeamento de Atalaia e, consequentemente, a catequização dos primeiros grupos Kaingang dessa localidade (VEIGA, 2006, p. 53).

Nesse contexto, o trabalho de catequese no aldeamento de Atalaia iniciou em 1812 e o Padre Chagas, em primeiro momento, contou com o apoio do índio Phay[95]. O clérigo informa que esse índio foi capturado por uma escolta de soldados enviada a pedido de Diogo Pinto aos alojamentos indígenas (LIMA, 1821, p. 5). Ao ser capturado, Phay foi encaminhado para Atalaia e permaneceu nessa localidade cinco meses, recebendo instruções da expedição que, nas palavras do padre, seriam “intenções” favoráveis aos mesmos (LIMA, 1821, p. 5). Sobre este aspecto, Diogo Pinto estava seguindo uma recomendação régia como veremos a seguir:

[95] Pahy se tornou Capitão dos índios aldeados em Atalaia e, assim que o Padre Chagas o batizou denominaram-no de Antonio José Pahy.

> [...] nos primeiros encontros que tiver com os bugres, ou outros quaesquer indios faça toda a deligencia para aprisionar alguns, os quaes tratará bem, e vestirá de camisas e outro vestuario, **e fazendo-lhes persuadir pelos linguas que se lhes não quer fazer mal, e antes se deseja viver em paz com elles e defendel-os de seus inimigos**, que então os largue e deixe ir livres para que vão dizer isso mesmo aos indios da sua especie com quem vivem, que dando-se o caso de encontrar os seus arranchamentos não lhes deite fogo nem faça violencia ás mulheres e crianças que nos mesmos se acharem antes lhes dêm camisas, **e façam persuadir pelos linguas que nenhum mal se hade fazer ao indio pacifico habitador do mesmo territorio** [...]. (JOÃO VI, 1809, p. 37, grifo nosso).

Com esse trecho da carta régia de 1809 é possível observar uma das estratégias utilizadas pelos expedicionários para agrupar os indígenas em uma determinada localidade, isto é, o aldeamento de Atalaia e liberar seus tradicionais territórios para as fazendas de criação de gado. Trata-se da utilização dos "meios persuasivos". Por meio da persuasão os expedicionários informavam as possíveis vantagens que essa aliança poderia oferecer aos indígenas aliados, ou seja, os aldeados e, as desvantagens para os que se recusassem a colaborar.

> [...] **só desejo usar da força com aquelles que offendem os meus Vassallos, e que resistem aos brandos meios de civilisação que lhes mando offerecer** [...] Ao mesmo Comandante ordenareis que quando seja obrigado a declarar guerra aos indios, que então proceda a fazer e deixar fazer prisioneiros de guerra [...] bem entendido que esta prisão ou captiveiro só durará 15 annos contados desde o dia em que forem baptisados e desse acto religioso que praticará na primeira freguezia por onde passarem se lhes dará certidão na qual se declare isso mesmo exceptuando porem os prisioneiros homens e mulheres de menor idade pois que nesses o captiveiro dos 15 annos se contará ou principiará a correr aos homens da idade de 14 annos, e nas mulheres da idade de 12 annos [...]. (JOÃO VI, 1809, p. 37, grifo nosso).

Após receber as instruções, Phay tratou de comunicá-las aos outros indígenas que residiam nos sertões e, por esse modo, os induziu a irem se entregar aos portugueses estabelecidos nos Campos de Guarapuava. Nessa investida aos alojamentos indígenas, Pahy conseguiu reunir em Atalaia dois grupos indígenas, sendo eles, a dos Camés e Votorões, somando 312 indivíduos. Os Cayeres/Dorins também apareceram no aldeamento em número de 326 pessoas, mas, logo após "receber os donativos, que se fizerão a todos, se retirou para os confins deste campo, da parte de oeste, quasi nos arraiaz dos castelhanos d' America" (LIMA, 1825, p. 1).

É interessante mencionar que não foram identificadas nos relatos do Padre Chagas possíveis resistências por parte dos indígenas em relação ao seu aldeamento em Atalaia,

diferente do que ocorreu em momentos anteriores, como, a título de exemplo, o ataque a expedição de Afonso Botelho em 1772 e a ofensiva aos expedicionários de Diogo Pinto logo que atingiu os campos em 1810 (questões discutidas no capítulo anterior). Com isso, é necessário, na medida do possível, compreender o que teria levado a essa "não resistência" por parte dos indígenas. Em relação a essa indagação, a pergunta que se deve responder nesse momento é: qual o interesse dos indígenas que habitavam os Campos de Guarapuava em se agrupar no aldeamento de Atalaia?

Para responder essa questão pautamos nossa análise em algumas hipóteses. Em primeiro lugar, a superioridade bélica dos expedicionários poderia ter sido um fator tanto para inibir qualquer resistência contra os soldados e, ao mesmo tempo, fator de interesse por parte dos indígenas em adquiri-las. Assim, ao estabelecerem alianças com esses expedicionários, os indígenas possivelmente acreditavam que poderiam ter acesso as armas de fogo, sendo essa aquisição um diferencial contra os ataques aos grupos inimigos. Ataques esses que foram constantes, como veremos no decorrer do trabalho. Por fim, e não menos importante, a obtenção de outros materiais como equipamentos agrícolas, vestuários, espelhos, dentre outros, também poderia ter sido um atrativo para o agrupamento desses indígenas no aldeamento de Atalaia[96].

Além dos expedicionários, o Padre Chagas também se utilizou como veremos a seguir, dos "meios persuasivos" com os índios, para que os mesmos se convertessem ao catolicismo. Nas palavras do sacerdote:

> Querendo eu Logo dar principio a exercitar a Missão, de que vinha encarregado; e constando-me por informaçoens, q- estes Indios, como todos os mais assistentes de tempos immeoraveis nos Certoens de Guarapuava, tinhão com a sombra dos vicios escurecido a Imagem do Creador, impressa nos coraçoens de todos os homens, q- vem a este mundo (a); em tanto que nem vocabulo tinhão, com que significassem o Supremo Ser, que deo principio a todaz as couzas: e assim mesmo, que elles não guardavão Limites a respeito do numero das mulheres, que tomavão simultaneamente por espozas; pois se bem vinhão nesta corporação 7 homens cazados com hua só mulher, vinhão 21 cazados com duas, tres e quatro: nas primeiras instruçoens, que lhes dei por meio do Pahy, q- ja começa a ter algua tintuta dos termoz Portuguezez, **tratei unicamte. de ilustra-loz com o conheciment^{o}. da Existencia de hum Deoz potentissimo, que creou, e governa o Ceo e a Terra; bom e mizericordiozo para os que observão as suas Leis; porem Severo castigador daquelles, q- as não guardão**: rezervando para tratar em melhor occazião de outros pontoz da nossa

[96] Takatuzi (2005, p. 118) também ressaltava essa possibilidade informando que "a busca por equipamentos dos portugueses era de grande interesse indígena desde as de Afonso Botelho. O fascínio sobre as mercadorias estrangeiras pode ter levado os índios a procurar os aldeamentos para angariar esses bens" (TAKATUZI, 2005, p. 118).

> Religião Sagrada; como tão bem sobre o abuzo, que via entre elles introduzido a respeito de seus cazamentos. (LIMA, 1821, p. 5, grifo nosso).

Observa-se nesse trecho do relato do Padre Chagas a tática que utilizava para que os indígenas se convertessem a religião católica. Nesse caso o clérigo empregava o discurso religioso para persuadi-los de que o estilo de vida que levavam era contra a "vontade de Deus". Nesse contexto, um dos aspectos de vida dos indígenas dos Campos de Guarapuava que mais incomodava o sacerdote era a respeito do número de esposas que os índios possuíam. Para o Padre

> Dous cazos immediatamente acontecidoz me obrigarão a tratar Logo deste abuzo; porque dous Indios, hum de nome Fingri, que já trazia duas mulheres, e outro de nome Iongong, que trazia quatro, intentarão ainda tomar na Atalaya outras novas espozas, d'entre aquellas moças, que tinhão vindo na sua mesma comitiva: o primeiro, sem embargo de alguas deligencias, que de acordo com o Commandante em Chefe puzemoz para o desviar, Levou ao fim seus intentos; porem ao segundo, quando estava em ponto de fazer conduzir para sua caza a nova espoza, não pude conterme, que lhe não fosse dizer pelo mesmo Interprete nomeado asima: **Que mulher devia ser hua só: que admittir mais do que hua no Leito conjugal, hera irritar a colera do Todo-poderozo, e introduzir a discordia na familia**. (LIMA, 1821, p. 6, grifo nosso).

As represálias do Padre Chagas referente ao número de esposas provocou descontentamento por parte dos indígenas aldeados em Atalaia. Sobre este aspecto, os índios diziam que se o padre não consentisse isso, eles iriam voltar para seus alojamentos primitivos (LIMA, 1821, p. 7). Monteiro (1992, p. 489) ao estudar os Guarani na história do Brasil Meridional informa que "a repressão da poligamia nas missões, por exemplo, em mais de uma ocasião foi motivo de protestos e mesmo de atos rebeldes em oposição aos padres" (MONTEIRO, 1992, p. 489). Conforme o autor, a prática de poligamia para os chefes guaranis conferia aos mesmos *status*, e para evitar conflitos os jesuítas moderavam suas pregações ou até mesmo "pulavam o sexto mandamento" (não pecar contra a castidade).

Diante disso, no caso dos índios aldeados em Atalaia não seria diferente. Segundo Mota (1994, p. 220) o fato de possuírem várias mulheres significava *status* de guerreiro valente, líder ou caciques de pequenos grupos subordinada a um líder principal. Por isso mencionavam ao padre que se o mesmo não aprovasse esse fato eles se retirariam da aldeia.

Quando uma epidemia atingiu os Campos de Guarapuava, o sacerdote ressaltava em um de seus relatos que isso se tratava de uma "providência divina" para alertar os índios sobre o caso da poligamia. Nesse sentido, o padre informava que

> Quando eu banzava sobre o modo, com que poderia dezembaraçar-me deste Lance, em que me hera precizo de hua parte salvar a doutrina da Igreja; e de outra não dizer, nem fazer couza, que pudesse afugentar os Indios: **tomou Deos a Si a minha cauza; porque immediatamente enviou hua peste horrível, que prostou, em breves dias, a maior parte dos Indios**; dos quais Logo entrarão a morrer vários, especialmente as mulheres muito velhas que parece as tinha a Providencia Divina rezervado para receberem o Baptismo na hora da morte [...]. (LIMA, 1821, p. 7, grifo nosso).

Contudo, essa epidemia que atingiu Atalaia matando vários indígenas somadas a represália do padre em relação à poligamia, fez com que vários índios se retirassem[97] da aldeia. Os Camés (chefiada por Araicó) foram se refugiar nas margens do rio Dorim a 17 léguas (112, 2 km) de Atalaia em direção noroeste (LIMA, 1821, p. 24). Os Votorões (chefiada por Condoi) dirigiram-se para a parte além do rio Covó (Iguaçu) a 24 léguas (158, 4 km) da aldeia em direção sudoeste (LIMA, 1821, p. 23). Possivelmente alojaram-se na área que ficaria conhecida posteriormente como Campos de Palmas, entre os rios Iguaçu ao norte e Uruguai ao sul. Dessa fuga, permaneceram apenas 131 índios em Atalaia no ano de 1813.

Após quatro meses da retirada dos índios, alguns Camés voltaram a Atalaia, porque Candoi e outros índios (grupo dos Votorões) estavam invadindo seus alojamentos e, temendo outra invasão, resolveram se juntar novamente aos expedicionários (LIMA, 1821, p. 8). Já os Votorões (nação congregada por Candoi) voltaram para Atalaia durante o ano de 1817, com cerca de cinquenta índios. Voltaram porque foram atacados por índios Cayeres/Dorins, que mataram Candoi e mais trinta índios Votorões, levando os Cayeres/Dorins algumas mulheres e crianças (LIMA, 1821, p. 12).

Na ausência do padre em Atalaia os Votorões dirigiram-se para os campos a oeste e foram atacar os Cayeres/Dorins que estavam alojados além do rio Iguaçu. Nesse ataque eles capturaram sete indígenas e os venderam para alguns povoadores dos Campos de Guarapuava (LIMA, 1821, p. 14-15). Assim que o sacerdote chegou a Atalaia procurou resolver essa situação, já que não era favorável a escravização dos indígenas. O Padre Chagas conseguiu recuperar quase todos, visto que um permaneceu nos Campos Gerais de Curitiba, na casa do Tenente Antonio Jozé Pereira Branco.

Contudo, nas palavras do Padre Chagas

> O capitão Antonio Jose Pahy, levado dezte exemplo, junto com dez Indios Camés, tão bem marchou para o oriente, na intenção de dar caça a outroz

[97] Para Monteiro (1992, p. 484-497) as fugas dos indígenas poderiam ter vários significados como: coagidos pelos expedicionários; fugiam por conta própria; recuperação da liberdade de movimento; reencontro com a família separada na partilha; refúgio de um senhor cuja autoridade não era mais aceitável.

> Indios barbaroz, e vender os menorez, que colher pudesse /da boa fé, com que histo fez, não resta a menor duvida/; porem foi mal sucedido; porque chegando a hum alojamento de Indios, que chamão de Tac-taias, sito nas margenz do rio Itatú [Ivaí], 26 leguaz em distancia da Atalaya, tanto não fez presa alguma, quando movendo-se por esta causa, entre hunz e outros, grande contenda, morrerão nella quatro Indios Camés, que acompanhavão ao capitão Antonio José Pahy, o qual no mesmo conflito recebendo um golpe mortal, quando já vinha de retirada para a Atalaya, depois de dous dias de marcha, fallesceo em caminho. Q. morte! (LIMA, 1821, p. 15).

Em uma correspondência datada de 1819 enviada ao Governo da Capitania de São Paulo, o clérigo evidencia sua preocupação sobre esse ataque cometido pelos aldeados contra os não aldeados

> [...] este foi hum dos golpes fatais, que a Avaresa tem dado a esta nova Povoação; pois alem de ficarem pela morte destes 5 homenz 9 mulheres viuvaz, e 13 orphaonz desamparadoz; alem do perigo a que todos ficamoz expostos de sermos talves involvidos na vingança dos selvagens ofendidos; bem se deixa ver q. a respeito destes Indioz fechou-se por hora a porta da communicação, por onde estavão concorrendo pacificamente á sua cathequisação, e civilização, menos que se lhes haja de dar algua satisfação sobre este objeto. (LIMA, 1819, p. 1-2).

Com a morte de Pahy, Luiz Tigre Gacon[98] assumiu o posto de Capitão dos índios aldeados de Atalaia. Entretanto, não tinha os mesmos princípios de Pahy porque, como ressalta o Padre Chagas "condescendia mais depressa com os outros em certos vicios barbaros, dos quaes era mais devoto do que as instruções de seus companheiros, e em os quaes consumia parte do dia" (LIMA, 1842, p. 56).

Para o Padre Chagas os Votorões eram a "horda" mais trabalhosa para ser doutrinada. Tanto é que em 1823 se retiraram novamente de Atalaia e foram se alojar no Campo do Pinhão (entre os rios Jordão, Pinhão e Iguaçu) a distância de 12 léguas (79, 2 km) da aldeia, levando consigo duas famílias dos Camés, dos quais só voltou parte em 1827, em número de 67 adultos e 13 crianças.

> Quando voltaram, necessario foi ao director espiritual seis mezes de continua applicação para sanar todos aqueles transtornos, baptizando, logo que chegaram, os filhos que não tinham ao uso da razão; instruindo os menores de 12 annos, e aos adultos que não tinham sido baptizados, afim de se disporem para isso, usando das faculdades que me haviam sido concedidas por delegação episcopal. (LIMA, 1842, p. 58).

[98] O novo capitão não agradava aos Votorões e Dorins. Gacon era considerado por eles como arrogante e autoritário que os hostilizava no aldeamento na ausência do padre Chagas. E, aos não aldeados perseguia, alimentando o ódio destes.

Conforme o sacerdote, o que dificultava seu trabalho de civilização era, em primeiro momento, a rivalidade que os índios tinham entre si e a insistência em algumas tradições, como a poligamia, rituais, dentre outros (LIMA, 1842, p. 52). Sobre essas questões o padre em um de seus últimos relatórios informa que:

> Estas hordas, pelas dissenções entre si, não cessam de se destruírem mutuamente.
> São geralmente debochados, occupam-se na pesca, caça e dança. Ha difficuldade em os desarreigar de seus vicios antigos e deboches em que vivem engolfados; são crueis, vingativos, avidos em derramar sangue humano, não tem chefes, nem dão mostra de religião. (LIMA, 1842, p. 52).

O trabalho de catequese pelo Padre Chagas perdurou até o ano de 1827[99], reduzindo-se aos índios Camés e Votorões, visto que, não se estendeu aos outros grupos distribuídos pelos campos. Sobre esses últimos, ele menciona que "estes indios Guaranis e Cayerés [...] são a barreira mais forte, que temos para não passarem aos limites de Guarapuava os castelhanos de Correntes" (LIMA, 1821, p. 34).

Durante seu trabalho no aldeamento de Atalaia o Padre Chagas conseguiu como resultado prático o que é representado na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de índios que se renderam a expedição, seu progresso e alterações.

Índios que se renderam a expedição em agosto de 1812	326
Índios que se renderam posteriormente	36
Índios que nasceram na aldeia de Atalaia	151
Total	**513**

Fonte: Lima (1842).

Observa-se por meio dos relatos do Padre Chagas que o contato com os indígenas que habitavam os Campos de Guarapuava efetivou-se a partir do século XIX, quando ocorreram as primeiras alianças de alguns grupos com os expedicionários. Essas alianças e, consequentemente, aldeamento desses grupos aliados, favoreceu a ocupação luso-portuguesa em seus tradicionais territórios. Isso porque, conforme Tommasino e Fernandes (2011, p. 1) é possível relacionar a expansão geográfica desses grupos com as pressões que os índios aliados realizavam contra os índios não aldeados, isto é, obrigando os mesmos a se aldearem ou

[99] O Padre Chagas residiu em Guarapuava até o ano de 1828.

migrarem para outras localidades, liberando, dessa forma, seus antigos territórios para os conquistadores.

Além do favorecimento da ocupação luso-brasileira nos Campos de Guarapuava, temos ainda o acirramento de conflitos. Não só entre índios e expedicionários, mas também, como o de conflitos intertribais. Isso porque, Conforme Mota (1994, p. 142)

> Graças aos índios convertidos, os brancos tomavam conhecimento dos territórios ocupados pelos kaingangs resistentes. Pouco a pouco seus refúgios, seus campos de caça e de coleta de pinhões foram sendo revelados e ocupados. Progressivamente seus espaços diminuíam assim como suas possibilidades de viver. Daí sua reação violenta, principalmente contra os índios delatores. (MOTA, 1994, p. 142).

Diante disso, na medida em que os luso-brasileiros conquistavam e ocupavam novas áreas de campos para o estabelecimento de fazendas de criação de gado, isso condicionava à migração dos grupos indígenas refratários a catequização e civilização para outras localidades, alterando, desse modo, a distribuição espacial desses índios. É plausível afirmar também que essa conquista dos territórios indígenas influenciou na diminuição demográfica desses grupos, seja na propagação de epidemias em função do contato intercultural, como em mortes ocasionadas por guerras interculturais e intertribais.

3.3 O ALDEAMENTO DE ATALAIA E AS RELAÇÕES INTERTRIBAIS

O estabelecimento do aldeamento de Atalaia nos Campos de Guarapuava intensificou ainda mais as disputas intertribais. Essas disputas estavam relacionadas, na maioria dos casos, a perseguições e ataques cometidos pelos aldeados (aliados) contra os não aldeados (inimigos) ou vise-versa.

Em várias ocasiões os índios aldeados (Camés e Votrões) atacaram os alojamentos dos índios não aldeados (Cayeres/Dorins). Os objetivos desses ataques estavam relacionados, em primeiro momento, a rivalidades que possuíam entre si, visto que, eram grupos rivais. Outro vetor que impulsionava essas ofensivas era a captura de índios inimigos para serem vendidos como escravos aos povoadores portugueses. Nesse sentido, esses ataques motivaram a vingança por parte dos Cayeres/Dorins, intensificando as hostilidades intertribais.

Uma dessas vinganças ocorreu em 1822, quando alguns Cayeres/Dorins fizeram uma surpresa na aldeia de Atalaia, entrando subitamente na casa onde dormia o índio de nome

Jacintho Doiangre, matando com golpes de porretes esse indígena e sua esposa. A razão desse ataque foi devido ao fato de que esse perseguia tais índios fazendo-os mudar duas vezes de domicílio. Na ocasião do ataque mencionaram que não mudariam de localidade outra vez e que se ocorresse uma terceira tentativa, eles voltariam à aldeia e realizariam um grande ataque (LIMA, 1842, p. 49).

Os índios Cayeres/Dorins provocados pelos repetidos assaltos dos aldeados em seus alojamentos, em 1825 atacaram pela segunda vez o aldeamento de Atalaia. Foi neste ataque que morreu o índio Luiz Tigre Gacon, pois este havia continuado com as hostilidades contra os Cayeres/Dorins, mesmo sendo avisado de que se houvesse uma nova perseguição eles voltariam à aldeia e se vingariam (LIMA, 1842, p. 50).

Esse ataque ao aldeamento de Atalaia foi realizado com cerca de 70 Cayeres/Dorins, os quais chegaram após a meia noite e incendiaram várias casas do povoado. Os moradores ficaram apavorados e ao invés de fugirem resistiram à investida desse ataque (LIMA, 1825, p. 7). Porém, os Cayeres/Dorins mataram com flechadas os que fugiam, ocasionando muito estrago no aldeamento. Após o ataque, os Cayeres/Dorins se retiraram para os campos do rio Piquiri (LIMA, 1842, p. 50).

Em uma correspondência enviada ao Presidente da Província de São Paulo (Lucas Antonio Monteiro de Barros) em 1825, o Padre Chagas relata esse ataque da seguinte forma:

> E hé potanto que entrando primeiramente em hua caza da Atalaya, cujas portas herão mal seguraz, onde morrerão os ditoz velhoz, depois de os despojarem de roupas e de ferramentaz, os matarão [...] Estavão então na Atalaya muitos Indios vigorosoz, e capasez de hua defeza; mas o que poderião fazer ellez, sendo sueprendidos dentro em casaz seguraz, porem cobertaz de palhas? Se ao primeiro rumor fugissem todoz, talvez não morrerião mais que aquelaz velhas, e algua tal ou qual Pessoa: o mesmo Indio Luis se escaparia com vida, porem os homenz sahirão a pelejaz com flexaz, espingardaz, e foicez de lavradorez, recolhendo-se de quando em quando as casaz; onde se deixarão ficar as mulherez com seuz filhos menorez, excepto alguas que tomarão a fuga [...] Daqui veio, que os Cayeres, depondo bordoenz e lançaz, com que primeiramente vierão, forão buscar seuz arcos e flexaz, q dali perto havião deixado: quando voltarão, a primeira coiza, que fizerão foi matar o Indio Luis, que desparando seus tiros de espingarda, hia acodindo a entrar em hua caza cuberta de telhaz, que servia de armazem; e assim mesmo a todos os mais que vinhão em seu socorro homenz e mulherez. Meterão fogo de duaz em duaz, a seis casaz que estavão a hum lado, em que moravão os Indios; pondo-se de fora a esperar quem sahia: se hera homem, elez os matavão; se hera mulher dizias: largue a roupa: se ellas o fazião as deixavão hir; se o não fazião, as perseguião a tiros de settaz. Aconteceu, que sahindo hua May com o filhinho as costaz, cuberto de hum lençol, como o não largasse, despedirão-lhe hua setta, que atravesou o innocente, e ainda ferio a May [...]. (LIMA, 1825, p. 7).

Após esse ataque, os moradores da Freguesia de Nossa Senhora de Belém questionaram o padre dizendo que a falta de precaução do mesmo é que teria ocasionado esse acontecimento. Nas palavras do sacerdote

> He destez conventiculos, que sahio hum precipitado, e abjundo Requerimento, para **extincção de todos os selvagens de Guarapuava, pelas Armaz da Expedição**; mendigando para isso os [...] moradores, forasteiros, com o nome de Povoadorez, a exclusão de outros, que o herão na realidade. (LIMA, 1825, p. 9, grifo nosso).

O clérigo informa nesse mesmo relato que o requerimento dos povoadores dos Campos de Guarapuava solicitava providências contra os responsáveis pelos ataques, bem como questionavam a localização do aldeamento de Atalaia. Para os habitantes da povoação, os índios deveriam ser aldeados na Freguesia de Nossa Senhora do Belém, ou seja, próximos aos povoadores (LIMA, 1825, p. 9).

O padre se justificou, informando que os índios eram seus filhos espirituais e que deveriam ser desviados dos caminhos da perdição, sendo mantidos longe dos brancos e que se fosse enviado uma escolta para atacá-los, seria declarar guerra contra os mesmos. Segundo o sacerdote, a pretensão dos povoadores era exclusivamente assegurar a posse de suas terras, pondo em risco a expedição e o bem público (LIMA, 1825, p. 9-10).

Depois do ataque de 1825, os índios foram aldeados em outra localidade, no qual o padre denominou como Nova Atalaia. “Ezte Lugar da Nova Atalaya está vista a vista da Freguesia, da qual não está mais, que hua Legua de bom caminho” (LIMA, 1826, p. 1).

Após esse ataque, os Cayeres/Dorins fizeram três visitas amigáveis em 1826 à freguesia. Nas palavras do clérigo eles representaram pacificamente que suas intenções eram as de serem admitidos naquela sociedade, e aldeados como os Camés (LIMA, 1842, p. 50-51). Nestas três visitas, apresentaram-se 100 homens, com idade entre 14 e 40 anos, sendo poucas as mulheres, onde constatou que seu grupo era de aproximadamente 400 índios. Para o Padre Chagas

> Seria de grande avanço se esta horda se unisse á dos Cames e Votorões. O Commandante do local, e o Missionario os recebia com toda a benignidade, e davam-lhe bom tratamento nos dias que se demoravam. Quando se retiravam eram mimosiados com pannos de algodão para cobrirem sua nudez, e ferramentas para as suas lavouras. (LIMA, 1842, p. 51).

No regresso de suas visitas, os Cayeres/Dorins eram escoltados até certa distância, devido aos ataques que os aldeados articulavam. Tanto é que no ano de 1827 os aldeados se

reforçaram com outros indígenas que viviam nas proximidades do aldeamento e atacaram os Cayeres/Dorins que estavam alojados em uma casa na Nova Atalaia e assassinaram cinco índios, sendo necessário que o destacamento auxiliasse no conflito e reforçassem a escolta de retirada desse grupo, fazendo com que os mesmos se afastassem dos arredores dessa aldeia (LIMA, 1842, p. 51).

Devido a essas constantes disputas intertribais o vigário percebeu que não era conveniente para os trabalhos de catequização e "civilização" que grupos inimigos se agrupassem em uma mesma localidade. Tanto que, ao responder uma correspondência do Governo Imperial, que tinha como objetivo sugerir ações referentes à civilização indígena, o Padre Chagas propôs em janeiro de 1826 que para a catequese e "civilização" dos índios, fossem os mesmos aldeados nos próprios lugares de suas atuais residências, não sendo aconselhável reuni-los em Atalaia, tendo em vista as muitas distinções existentes entre os grupos (LIMA, 1827, p. 4).

Diante disso, o clérigo propõe o seguinte:

> [...] a respeito de seus Aldeamentos, alem de outros motivos, hua circunstancia ocorre para que nem estez [Votorões], nem aqueles [Cayeres/Dorins] se reunão aos Camés na Adea de Atalaya, por muitaz, e antigas dissensoens, que tem havido entre elles, mas sim que sejão novamente aldeados nos proprios lugares de suas actuais rezidencias, ou vizinhanças, a saber: **os votorons no campo do Pinhão**; **e os Dorins em hum campo** confidencial, por nos ainda não conhecido, que esta proximo ao seu alojamento; **denominado pelos Indios Nerinhê, isto he, Campo das Laranjeiras**, por haverem ahi muitas arvores silvestres desta qualidade. (LIMA, 1827, p. 4, grifo nosso).

Em outra correspondência de 1827 o Padre Chagas também alerta o sargento-mor João da Silva Machado[100] sobre os problemas que teria caso agrupasse índios inimigos em uma mesma localidade. Isso porque, esse último insistia pela remessa de quatro casais de índios da aldeia da Atalaia, para que esses trabalhassem na redução de índios da nação Xocrens, habitantes do "sertão" vizinhos à nova Povoação de São Lourenço[101] (LIMA, 1827, p. 1-2).

---

[100] Nasceu na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1782. Foi condutor de tropas de gado que da região sul conduzia a feira de Sorocaba, na Capitania de São Paulo. Em 1843 recebeu o título de Barão de Antonina, em virtude de serviços prestados contra o levante paulista ocorrido em 1842. Maiores informações sobre o Barão de Antonina conferir MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do orador. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 38, p. 401-435, 1875. WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na Constituição na nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.

[101] Do antigo abarracamento construído pelo sargento-mor João da Silva Machado (Barão de Antonina) surgiu à povoação de São Lourenço, no município de Mafra-SC (SILVA, 1941, p. 40).

Sobre esse aspecto, o padre informou que não enviaria os índios solicitados porque os mesmos pertenciam a um grupo inimigo e que, essa povoação deveria adquirir para o trabalho de redução índios da mesma nação. O vigário justificou sua atitude informando que:

> Depois que no ano de 1819 fallesceo o Indio no seu Baptismo chamado Antonio José Pahy, não tem havido nem apparecido em Guarapuava outro semelhante, em fidelidade, e zelo para com os outros da sua mesma espécie. Todos os mais que desde aquelle tempo tem existido, e existem na Atalaya, não mostrarão ter qualidades semelhantez; [...] Ellez são de qualidade tal, que sendo mandadoz a convoção os dizpersos da sua propria nação, se são amigos, deixão-se ficar pelos sertoenz com ellez, e se inimigos servem-se da occazião para os atacar de baixo de traição. Deste modo tem acontecido a respeito dos selvagens intitulados Dorinz; um maneira que tem sido necessario, quando elles vem a esta Freguesia, contem os aldeados de baixo de guarda, para se não chocarem entre si, e quando se retirão faze-los acompanhar até certa distancia, para que os aldeados os não offendão nas emboscadas que contra elles costumão por em caminho. (LIMA, 1827, p. 1-2).

Após a retirada do clérigo em 1827 em função de problemas de saúde, os índios continuaram a combater entre si, a assaltar os moradores das fazendas e atacar os viajantes (ABREU, 1986, p. 34). Tanto que no mesmo ano de 1827 os Votorões e Camés assassinaram vinte e dois Cayeres/Dorins que trabalhavam em uma propriedade rural nas proximidades da Freguesia de Nossa Senhora de Belém (ABREU, 1986, p. 34).

Os conflitos intertribais contribuíram para que ocorresse o apresamento de grupos rivais, ou seja, índios refratários à catequização. Esses índios capturados eram vendidos aos povoadores de Guarapuava e utilizados como mão-de-obra nas fazendas de criação de gado.

3.4 ESCRAVIZAÇÃO INDÍGENA NOS CAMPOS DE GUARAPUAVA

É possível identificar nas fontes produzidas pelo Padre Chagas informações relativas à escravização dos índios existentes nos Campos de Guarapuava. Em uma de suas correspondências enviadas ao Governo da Capitania de São Paulo em 1819 o padre enfatiza que mesmo a Carta Régia de 1 de abril de 1809 informando que os índios somente seriam obrigados a sofrer cativeiro temporário quando fosse declarada guerra aos mesmos e, em consequência disso a fazê-los prisioneiros de guerra, alguns povoadores desses campos negligenciaram essa ordem. Vejamos o trecho da Carta Régia que menciona sobre essa questão

> Ao [...] Comandante ordenareis que quando seja obrigado a declarar guerra aos índios, que então proceda a fazer e deixar fazer prisioneiros de guerra pelas bandeiras que elle primeiro autorisar e entrar nos campos, pois sem essa permissão nenhum bandeira, poderá entrar, nem fazer prisioneiros os indios que encontrar, bem entendido que esta prisão ou captiveiro só durará 15 annos contados desde o dia em que forem baptisados [...]. (JOÃO VI, 1809, p. 38).

Segundo as informações de Lima (1819, p. 1) o próprio Comandante da Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava, Diogo Pinto de Azevedo Portugal, no qual o trecho da carta régia citada é direcionado, capturava e vendia os índios que habitavam esses campos, informando, inclusive, que esse comércio já durava de dois a três anos (LIMA, 1819, p. 1-2). Sobre este aspecto, uma das primeiras denúncias que o vigário faz sobre o mesmo Comandante é a respeito da captura de uma índia, vendida para o Alferes Francisco José Dias que residia nos Campos Gerais. O padre informa também que "[...] quando fez prender aquella India, tão bem lhe tirou duas filhas, que tinha, hua de 5 e outra de 8 annoz de idade, as quais mandou condusir para sua casa, disendo q. lhe pertencião porque sua May lhas dera [...]" (LIMA, 1819, p. 2).

Outra acusação do Padre Chagas ao Comandante Diogo Pinto foi quando o mesmo recebeu ordens para se retirar dos Campos de Guarapuava, juntamente, com toda a expedição para Linhares. Nessa retirada Diogo Pinto levou 15 índios entre grandes e pequenos. Contudo o padre informa que "passando por Linharez, os levou em direitura para sua casa, nos campos gerais de Corytyba" (LIMA, 1819, p. 2). Possivelmente os índios acompanharam Diogo Pinto aos Campos Gerais influenciados por alguma proposta deste.

Dos 15 índios o vigário conseguiu recuperar 10 que voltaram para Atalaia. Outros ainda permaneciam sob domínio de Diogo Pinto.

> Eu pudera, Levando, por parte dos Indios, a Juiso esta cauza, faser conhecer ao Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, a injustiça, com que dellez se quer faser senhor; obrigando-os ao serviço de sua casa particular, sem premio correspondente aos seus trabalhoz; comprando, vendendo-os, ou dando Indios por Direito Livres, como se /caso negado/ tivessem precedido as formalidades, q. as deverião sugeitar ao captiveiro. (LIMA, 1819, p. 4).

Convém mencionar aqui que existiam desavenças entre o Padre Chagas e Diogo Pinto. Em função desse fato, permaneciam em constantes disputas para convalidarem seus objetivos. Diante disso, desejando validar sua denúncia, o sacerdote reiterava o oficio de janeiro de 1819 e solicitava que o Tenente Antonio da Rocha Loures recolhesse os índios que Diogo Pinto mantinha preso em sua casa nos Campos Gerais, bem como informasse o que ele havia realizado com os demais indígenas que estava sob seu domínio.

Segundo Takatuzi

> [...] o recolhimento de indígenas em casas de particulares, também praticado pelos primeiros povoadores dos Campos de Guarapuava, ilustrava os rumos do pensamento indigenista da época. Com a prerrogativa de 'educar', oficiais da Junta da Real Expedição como o próprio comandante Diogo Pinto, apanhavam indígenas do aldeamento de Atalaia e dos arredores deste. (TAKATUZI, 2005, p. 87).

Ao analisar os relatos do Padre Chagas, é possível afirmar que a maioria dos índios escravizados nos Campos de Guarapuava era capturada pelos índios aldeados e vendidos aos povoadores[102]. Nesse sentido, é interessante mencionar que possivelmente os conquistadores ao perceberem as rivalidades entre os vários grupos indígenas ali existentes, trabalharam no sentido de fomentar e acentuar essas rivalidades para adquirir índios inimigos para o trabalho escravo em suas fazendas.

Segundo Takatuzi (2005, p. 93) os indígenas "souberam negociar suas relações: eram batizados, participavam dos sacramentos da Igreja, mas também aprisionavam índios inimigos e combatiam com aqueles que tentavam aprisioná-los" (TAKATUZI, 2005, p. 93). Diante disso, os indígenas que habitavam os Campos de Guarapuava não se renderam ao aldeamento de Atalaia por ingenuidade. As alianças e hostilidades estabelecidas com os expedicionários e também com grupos inimigos estavam de acordo com os seus próprios interesses, ligados, conforme pesquisas realizadas, à dinâmica de sua organização social (ALMEIDA, 2011, p. 1).

***

Ao analisar os estudos que utilizaram de forma direta e, até mesmo indireta, o aldeamento de Atalaia como objeto de pesquisa, como, a título de exemplo, os trabalhos de (HELM, 1974), (DURAT, 2006) dentre outros, é notório identificar a dificuldade desses pesquisadores em compreender como foi o convívio desses indígenas após a retirada do pároco. E, para entender essa questão, esses autores utilizaram, em sua maioria, os relatórios provinciais do Paraná elaborados a partir de 1853.

[102] Conforme Monteiro (1992, p. 491) o fornecimento de cativos por parte dos indígenas aliados poderia ser uma forma de reforçar a autonomia e a tradição, pois, evitava que eles próprios fossem escravizados e, ao mesmo tempo, dava seqüência às suas atividades guerreiras (MONTEIRO, 1992, p. 491).

Com isso, em relatório provincial, o Presidente da Província do Paraná Antonio Barbosa Gomes Nogueira[103], por meio de informações concedidas pelo Diretor Geral dos Índios (Francisco Ferreira da Rocha Loures[104]) informava que os índios de Guarapuava

> [...] **principiaram a deixar o aldeamento, até que em 1828 foram todos para os campos de Palmas, ainda incultos, passando ao depoís para a provincia do Rio Grande do Sul**, onde unidos com as tribus dos de sua nação, que alli habitavam, deram maior incremento ás hostilidades contra os habitantes e viajantes que da provincia de S. Paulo iam comprar animaes naquella província, em cujas correrias fizeram muitos saques e muitas mortes. Com o povoamento dos campos de Palmas em 1840, alli se apresentaram e conversaram no estado em que já fiz ver á V. Ex. Tal foi o fim do antigo aldeamento de Atalaia. Tendo sido concedido em 1818 ou 1819 a este aldeamento os campos de criar que lhe ficavam adjacentes, foram juntamente com elle abandonados desde 1828; em consequencia do que, annos depois, algumas pessoas em numero de dez se apossaram dos mesmos campos, e vivem habítualmente criando e cultivando-os e parte já em poder do 4º possuidor. (NOGUEIRA, 1862, p. 84-85, grifo nosso).

Contudo, ao analisar as relações de índios existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belém elaborado por Antonio da Rocha Loures (1830 e 1833), bem como os relatórios provinciais de São Paulo[105] entre o período de 1838 e 1852 identificamos informações diferentes. Ao que tudo indica os índios permaneceram aldeados por algum tempo próximo à Freguesia, possivelmente no lugar denominado Nova Atalaia.

Conforme a relação de Rocha Loures de 1830 existia na Freguesia de Guarapuava noventa e sete índios, informando ainda nesse mesmo documento que nove índios haviam se retirado dessa localidade para os Campos Gerais e quatro para a Vila de Curitiba (LOURES, 1830, p. 3). Em sua relação de 1831 o autor informa que havia cento e um indígenas que habitavam na povoação e onze índios ainda permaneciam nos Campos Gerais (LOURES, 1831, p. 5). Já em sua relação de 1833 essa quantidade decai para sessenta e três indivíduos aldeados (LOURES, 1833, p. 1-2).

Convém ressaltar que nas relações de Rocha Loures (1830, 1831 e 1833) o autor não informa as possíveis causas da retirada de alguns indígenas da Freguesia de Guarapuava para os Campos Gerais e Vila de Curitiba. Provavelmente esses índios não fugiram da povoação, mas foram remetidos a essas localidades para trabalharem nas fazendas de criação de gado e

---

[103] Foi Presidente da Província do Paraná no período de 1861 e 1863.

[104] Filho de Antonio da Rocha Loures, foi nomeado Diretor Geral dos Índios em 1854, em substituição ao Coronel Manoel Ignacio do Canto e Silva, que pediu exoneração do cargo. Maiores informações conferir o *site* da Genealogia Paranaense, disponível em: <http://rco2000.sites.uol.com.br/gp7.html>.

[105] Esses relatórios foram utilizados porque só em dezembro de 1853 que ocorre a emancipação política do Paraná da Província de São Paulo e, os relatórios da nova província só serão elaborados a partir de 1854.

em casas de particulares, uma vez que esse tipo de atitude por parte dos povoadores dos Campos de Guarapuava foi, de certa forma, muito utilizada, como já se verificou anteriormente.

Quanto ao decréscimo de indígenas aldeados, relatado em 1833 por Rocha Loures, levantamos algumas hipóteses sobre este fato. Uma parcela desses indígenas possivelmente retirou-se da aldeia e foi se alojar em outras localidades, podendo ser essa retirada em função de descontentamentos, vontade própria, dentre outros. E, somado a isso, na medida em que ocorriam casamentos entre índias e portugueses as mesmas já não eram computadas como indígenas e sim, parte da sociedade "civilizada".

Alguns anos depois, mais precisamente em 1838, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto[106], Presidente da Província de São Paulo informava que

> O aldeamento de Guarapuava conserva-se no mesmo estado, notando-se sómente, que os selvagens, posto que se aproximem algumas vezes da Povoação, comtudo não tem feito aggressões, e antes se mostrão mais pacíficos. (PEIXOTO, 1838, p. 5).

Já em 1841, o Presidente da Província de São Paulo, Raphael Tobias de Aguiar[107] declarava que

> [...] a cathequeze, e civilisação dos Indios, objecto principal d'este estabelecimento, em nada tem correspondido a tantos sacrificios; por quanto o limitado numero dos que chegão a domesticar-se tem contrahido a alguns annos o hábito de fugirem para os sertões, onde a pouca civilisação que levão, só empregão em aperfeiçoar seus meios de offender aos povoadores. (AGUIAR, 1841, p. 12-13).

Para o Presidente, o que dificultava os trabalhos de civilização dos índios aldeados em Guarapuava naquele momento era, em primeiro lugar, a avançada idade do comandante Antonio da Rocha Loures. Com isso, sugeria que o governo central enviasse uma pessoa mais apta para essa tarefa, bem como aumentasse o seu "soldo" (pagamento) pelos serviços prestados, já que o "[...] o soldo que verice o actual Commandante não pode convidar pessoa alguma de prestimo para encarregar-se e tão importante quanto difficil commissão, em um lugar isolado, e sempre ameaçado de incursões devastadoras da parte dos mesmos indígenas" (AGUIAR, 1841, p. 13).

---

[106] Foi Presidente da Província de São Paulo no período de 1836 e 1838.
[107] Governou a Província de São Paulo no período de 1840 e 1841.

Em segundo lugar, atribuía o atraso da civilização indígena a falta de uma legislação especial, visto que os índios não poderiam ser "regidos pelas leis dos povos cultos" (AGUIAR, 1841, p. 13). Para o Presidente

> [...] a applicação das remunerações, a fundação de prêmios para aquelles Indios que melhor se conformassem com os habitos da vida social, serião mais proficuas do que a imposição de penas aos que, habituados a uma vida errante e selvagem, não se amoldão com facilidade aos costumes do homem civilisado. (AGUIAR, 1841, p. 13).

Em fevereiro de 1844 os povoadores da Freguesia de Nossa Senhora de Belém comunicavam a Câmara de Castro que se aproximava da povoação alguns "índios bravios", "podendo este facto servir de pretexto aquelles para reunirem-se, armarem-se, e depois praticarem algum attentado" (MELLO, 1844, p. 48). Desse modo, o Presidente da Província de São Paulo na época em questão (Manoel Felizardo de Souza e Mello[108]) acreditava que seria importante o envio de uma força militar para o apoio da autoridade pública daquela localidade.

Observa-se nos relatórios provinciais de 1838 e 1844 que alguns índios que habitavam outras localidades aproximaram-se da Freguesia de Guarapuava, porém, não é identificado nesses documentos trabalhos referente ao seu aldeamento e sim receio de possíveis ataques desses indígenas. Conforme Helm (1974, p. 58), a partir do momento em que os conquistadores perceberam que a aliança com os indígenas não era mais necessária, passaram a considerar a presença do mesmo como empecilho a "expansão da sociedade regional" (HELM, 1974, p. 58).

Em outro relatório provincial, o Presidente da Província de São Paulo (Manoel da Fonseca Lima e Silva[109]), informava que:

> O aldeamento de Guarapuava tem ido em progressiva decadencia. O seu pessoal conhecido era nos fins do anno de 1845 de 60 individuos de ambos os sexos, e de todas as idades, vivendo dispersos á sua discripção, e sem apparencia alguma da condição de aldeados, e o campo que na proximidade da povoação de Bellem fora concedida, e demarcada a este estabelecimento em seu começo, para uso fructo dos Indios ali aldeados, cahio em posse de intrusos, e retalhado em porções existe hoje ja em poder de terceiros possuidores, por vendas dolosas, que d'elle se tem feito. (SILVA, 1847, p. 12).

[108] Foi Presidente da Província de São Paulo no período de 1843 e 1844.
[109] Foi Presidente da Província de São Paulo no período de 1844 e 1847.

Com esse trecho do relatório provincial, é plausível afirmar que, ao mencionar que os índios se achavam confundidos com a população, por não apresentarem "condição de aldeados", possivelmente à intencionalidade dos conquistadores era extinguir o aldeamento de Guarapuava. Isso porque, conforme Helm (1974, p. 58) os povoadores de Guarapuava solicitavam a Assembleia Legislativa de São Paulo a transferência dos índios dessa localidade para o aldeamento de Palmas. Essa solicitação foi deferida pela mesma Assembleia Legislativa, mas "[...] o Sr. Director Geral, que nenhum passo deo a semelhante respeito; nem mesmo para o exame das terras concedidas á aquelle aldeamento; ja porque não recebeo ordem alguma sobre este objecto; e já porque considera inexequivel a medida da remoção" (RIBEIRO, 1848, p. 15).

Em 1852 o Presidente da Província de São Paulo (José Thomaz Nabuco de Araujo[110]) anunciava que

> Sabeis, Srs., a historia ominoza dos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, que se **dissolverão, e extinguirão successivamente em razão de terem sido os Indios á elles pertencentes barbaramente trucidados, e esbulhados, das terras, que por sesmaria lhes forão doadas em Guarapuava**: a reinvidicação dessas terras usurpadas, e o restabelecimento do aldeamento de Palmas, cujas vantagens são manifestas em razão de sua posição tophografica nas margens do Iguassú, parecem empresas difficeis, por que para aprimeira he preciso dinheiro a fim de se intentarem as acções judiciais competentes, para a segunda convem com muito ténto e perseverança desvanecer a desconfiança, de que os Indios daquellas paragens estão dominados em razão dos factos, que ali occorrerão: algumas medidas tendentes ao restabelecimento, e manutenção deste aldeamento vos forão apresentadas pelo Director dos Indios em uma representação, que vos elle dirigio, e que ainda não tomasteis em consideração. (ARAUJO, 1852, p. 31, grifo nosso).

Por meio das análises das relações dos indígenas existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belém elaborado por Antonio da Rocha Loures, bem como os relatórios provinciais de São Paulo, observou-se que após a retirada do Padre Chagas dessa localidade em 1827, os índios permaneceram por algum período nessa área, diferentemente das informações fornecidas por Francisco Ferreira da Rocha Loures ao Presidente da Província do Paraná em 1862 (trecho já citado anteriormente). Possivelmente a intencionalidade de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao mencionar que os índios haviam abandonado o aldeamento de Atalaia, alojando-se em outras localidades, era justificar e legitimar a posse por parte de alguns povoadores, da área do antigo aldeamento, que possuía quatro léguas

[110] Foi Presidente da Província de São Paulo no período de 1851 e 1852.

quadradas. Conforme Cunha (1992, p. 144-146) a partir de meados do século XIX ocorre o processo de expropriação das terras das aldeias e, com isso, todas as estratégias possíveis foram utilizadas pelos conquistadores/povoadores/governo para se apropriar dessas áreas.

4 O INDÍGENA: NO OLHAR DAS NARRATIVAS HISTÓRICAS

Por meio da análise das fontes documentais sobre as populações indígenas que habitavam os Campos de Guarapuava foi possível identificar as intervenções que esses sujeitos históricos realizaram durante a ocupação luso-brasileira de seus tradicionais territórios. Dessa forma se procurou explicar nesse trabalho que os indígenas foram grupos dinâmicos e em amplo processo de transformação, devido às diversidades que se deparavam na medida em que ocorria o contato com os conquistadores.

É por essa perspectiva que se procurará explicar nessa terceira e última seção, por meio de narrativas históricas, como se direcionou a conquista e expansão territorial luso-brasileira, a partir do momento em que as áreas propícias para criação de gado já estavam ocupadas por grandes fazendas nos Campos de Guarapuava. Tais como as relações sociais estabelecidas com os indígenas durante o avanço dessa frente de expansão pastoril. Isso porque, essa área foi a base irradiadora de ocupação territorial a oeste do que seria futuramente parte do Estado do Paraná (ABREU, 1986; MOTA, 1994).

Como fonte privilegiou-se as narrativas históricas de Joaquim José Pinto Bandeira e João da Silva Machado, uma vez que foram sujeitos que integraram movimentos de conquista e expansão territorial ainda na primeira metade do século XIX. Essas narrativas são compreendidas, como forma de demonstrar a maneira como os autores relatavam sobre os indígenas existentes nas áreas de domínio dos Campos de Guarapuava, tomando atenção na visão dos narradores sobre os lugares visitados e suas intencionalidades nesses relatos, visto que eram também os olhos dos agentes colonizadores. Os documentos que serão utilizados para essa parte encontram-se, em sua maioria, disponibilizados *online*, no *site* da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R.IHGB.

4.1 JOAQUIM JOSÉ PINTO BANDEIRA E OS CAMPOS DE PALMAS

Joaquim José Pinto Bandeira, nascido em Curitiba no século XVIII, destacou-se na Conjuntura Separatista de 1821[111], e acabou sendo preso e enviado para São Paulo, acusado de promover o desmembramento do território paulista (PARANÁ, 2011, p. 1). Em 1835 foi eleito deputado da Assembleia Legislativa de São Paulo, como representante de Paranaguá e

[111] Movimento que almejava o desmembramento da porção de terras da então denominada 5º Comarca de Curitiba, para se criar uma nova unidade política.

Curitiba, então comarcas. Ao ser emancipada a 5ª Comarca de São Paulo e criada a Província do Paraná, foi eleito deputado (PARANÁ, 2011, p. 1). Foi suplente de juiz municipal de Curitiba, coronel comandante superior da Guarda Nacional de Curitiba, São José dos Pinhais e Lapa (antiga Vila do Príncipe). Pinto Bandeira também trabalhou na exploração dos rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi, falecendo em maio de 1858, em Curitiba (PARANÁ, 2011, p. 1).

Dentre os vários trabalhos que realizou no decorrer de sua vida, como se verificou anteriormente, vamos direcionar nossa discussão a partir de um trabalho realizado por esse sujeito enquanto "árbitro de terras"[112] nos Campos de Palmas no ano de 1840. Foi por meio da realização dessa tarefa que Pinto Bandeira ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um documento sobre a "Notícia da Descoberta do Campo de Palmas", sendo o mesmo publicado pelo instituto em 1851[113], no qual se utilizou como fonte para análise nesse trabalho.

Conforme o mapa elaborado por Tito Alves de Brito em 1843 (figura 19), os Campos de Palmas[114] localizavam-se entre os rios Iguaçu ao norte e Uruguai ao sul, possuindo, no período em questão, uma área de aproximadamente 20 léguas (132 km) de comprimento e 16 ou 18 léguas (105, 6 ou 118, 8 km) de largura (BANDEIRA, 1851, p. 431). Esta área estava atrelada ao território dos Campos de Guarapuava, sendo desmembrada da mesma apenas em 1877 (ABREU, 1986, p. 23).

Ao analisar as obras de Bandeira (1851) e Fernandes (1941) identificamos que essa área era habitada pelos grupos indígenas comandados pelos caciques Condá, Viri e Vaitom. O grupo de Condá estava localizado nos Campos de Iranim, possivelmente nas imediações do rio Iratim[115], os de Viri estavam situados nos Campo Erê, entre os rios Iguaçu, Uruguai e Chopim[116], e o grupo de Vaiton não foi possível identificar sua localização. Contudo, vale ressaltar que possivelmente existiam outros grupos nessa localidade, porém, não identificados pelas obras que analisamos para a realização desse trabalho.

---

[112] Juiz responsável pela divisão de terras entre os interessados.
[113] Trata-se da obra de BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. **R.IHGB**, v. 14, p. 425-438, 1851.
[114] Os Campos de Palmas correspondem, aproximadamente, os atuais municípios de Clevelândia e Palmas no Estado do Paraná, sendo que sua maior extensão pertence aos municípios do Estado de Santa Catarina. Conforme Borba (1908, p. 118) os Campos de Palmas eram conhecidos pelos indígenas como "*Crêiê-bang-rê: Crêiê* pilão, *Bang*, Grande, *Rê,* campo: Campo do Pilão grande. Dizem que lhe pozeram este nome porque alli tinha um grande pilão, ou talvez monjolo, feito por um índio chamado – Nharaburo, Broto de milho" (BORBA, 1908, p. 118, grifo do autor).
[115] Afluente da margem esquerda do rio Iguaçu.
[116] Afluente da margem esquerda do rio Iguaçu.

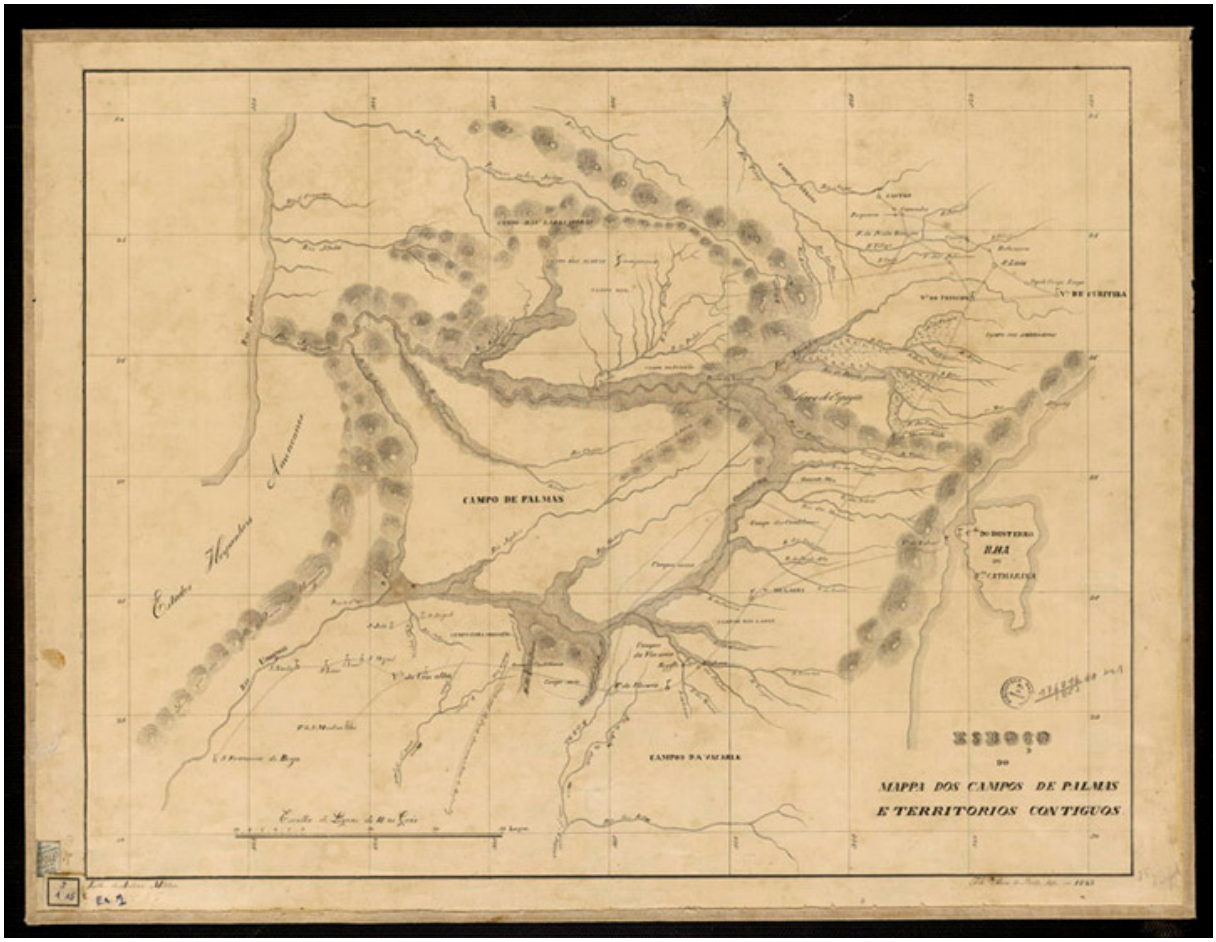

Figura 19 – Esboço do mappa dos Campos de Palmas e territorios contiguos (1843).
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2011).

Conforme Bandeira (1851, p. 425) desde a chegada de Diogo Pinto aos Campos de Guarapuava em 1810, sabia-se da existência de outro campo

> [...] a que davam o nome das Palmas, de cuja situação porém nada se dizia, sendo que demoravam contiguos aos mesmos de Guarapuava, com o intervallo de um sertão, de pouco mais de tres leguas, pela qual corre o Rio Iguaçu, cuja vizinhança se desconhecia. O nome de Campos de Palmas veio talvez da abundancia dos coqueiros butiás por elles espalhados. (BANDEIRA, 1851, p. 425).

Possivelmente os conquistadores sabiam da existência desses campos em função de informações fornecidas pelos índios aldeados em Atalaia. Isso porque, como se verificou anteriormente, essa área era muito utilizada como refúgio pelos indígenas quando fugiam do aldeamento de Atalaia, principalmente pelos índios identificados pelo Padre Chagas como Votorões.

Por ser uma localidade utilizada como esconderijo pelos índios fugitivos e, até mesmo, habitado por outros grupos refratários a catequização, por muito tempo esses indígenas ocultaram a localização desses campos. Para Mota

> A estratégia de se recolherem em lugares desconhecidos dos brancos foi uma das premerias a ser adotada. Muito embora esses locais tenham sido descobertos pelas expedições que saíam em busca de novas pastagens ou caminhos, os índios procuravam ocultá-las de forma sistemática. (MOTA, 1994, p. 176).

Sobre este aspecto, Bandeira (1851, p. 425) informa que durante a expedição de Diogo Pinto aos Campos de Guarapuava, esse comandante solicitou a abertura de uma estrada[117] que ligasse essa área as Missões Portuguesas[118], na Capitania de São Pedro do Rio Grande, no período entre 1814 e 1819. Conforme a Carta Régia de D. João VI de 1809 o objetivo da abertura desse caminho era facilitar a comunicação entre as Capitanias de São Paulo e Rio Grande, devendo direcionar-se pelos "campos que vertem para o Uruguay, e passam perto do Paiz de Missões" (JOÃO VI, 1809, p. 38). Diante disso, o responsável por essa tarefa foi o major Atanagildo Pinto Martins, possuindo como guia o índio Iongong[119]. Contudo,

> Este Indio, conhecendo o perigo a que todos se expunham si varasse em direitura ao ponto que lhe foi designado, pela multidão de selvagens que occupavam esse sertão, guiou-os um pouco mais ao Oriente, e passando pela ponta occidental dos campos de Palmas, sahiu nos de Vaccaria. (BANDEIRA, 1851, p. 425-426).

Nota-se na citação de Bandeira que o índio Iongong os guiou a uma direção oposta ao que foi estipulado em Carta Régia, fazendo com que os responsáveis pelo empreendimento

---

[117] Conforme Gomes (2009, p. 120) a construção dessa estrada seria uma alternativa para os tropeiros que utilizavam a Estrada da Mata, visto que, as características geográficas da área propiciavam ataques dos indígenas contra os tropeiros e viajantes que transitavam por esse caminho. Maiores informações ler a obra de GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Trajetória socioambiental de Guarapuava:** leituras da paisagem. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Outra hipótese é que a construção da estrada evitaria o pagamento dos impostos que eram cobrados sobre o gado e muar que transitavam pelas divisas provinciais (Registros).

[118] Em 1801, os Sete Povos das Missões (nome que se deu ao conjunto de sete aldeamentos indígenas fundados pelos Jesuítas espanhóis no Continente do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul) situados na margem oriental do rio Uruguai foram anexados ao território da América portuguesa. A partir desse momento essa região ficou conhecida como Missões Portuguesas, País das Missões, dentre outros nominativos. Maiores informações verificar GARCIA, Elisa Frühauf. A "conquista" dos sete povos das missões: de "ato heróico" dos luso-brasileiros a campanha negociada com os índios. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina-PR. **Anais...** Londrina-PR: Editorial Mídia, 2005. p. 196-196. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/EFGarcia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

[119] Esse índio em função de alguns delitos cometidos foi preso em Atalaia no ano de 1815 e solto no final deste mesmo ano na ausência do Padre Chagas, para servir de guia na abertura da estrada entre os Campos de Guarapuava e as Missões Portuguesas (LIMA, 1821, p. 11).

atingissem os Campos da Vacaria[120], entre os rios Uruguai, das Antas e Inhandava (antigo Forquilha). Por não atingir o local de destino, Atanagildo Pinto Martins enviou esse índio com mais oito homens de volta para Guarapuava (BANDEIRA, 1851, p. 426). Entretanto, esses sujeitos nunca apareceram ao local de destino (BANDEIRA, 1851, p. 426). Nas palavras no Padre Chagas

> Iongong [...] cumprio o que se lhe determinara; porem quando já vinhão de retirada, entrou este Indio com seis homenz portuguesez em um atalho de matoz, onde desapparecerão todoz, sem haverem dellez maiz noticiaz [...] pelo que se suppoem, que morrerão de qualquer accidente. (LIMA, 1821, p. 11).

Sobre esse fato, ao que tudo indica o índio Iongong possivelmente teria conduzido esses homens a uma emboscada, para que os mesmos não descobrissem o seu refúgio, isto é, os Campos de Palmas (MOTA, 1994, p. 177). Conforme Bandeira (1851, p. 426)

> D'aqui data primitiva idéia da existência dos campos de Palmas, idéia, que pouco a pouco se foi apagando, tendo os selvagens toda a cautela em concorrer para isso, afim de terem ali um asylo seguro, quando algum desvario provocasse contra elles as iras do commandante de Guarapuava. (BANDEIRA, 1851, p. 426).

Na sequência de sua obra o autor menciona sobre outro acontecimento que serviu de fonte de informações sobre os Campos de Palmas. Segundo Bandeira (1851, p. 426) em julho de 1832 alguns índios atacaram o tropeiro José de Sá e toda sua comitiva nos campos da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Conforme o autor os cadáveres dessa comitiva foram encontrados, menos o do capitão e, em função disso, acreditava-se que o mesmo estaria em alguma localidade como prisioneiro dos indígenas, entre as Missões Portuguesas e Guarapuava (BANDEIRA, 1851, p. 426).

Essa situação fez com que alguns familiares de José de Sá o procurassem. Um desses familiares foi o sargento mor José de Andrade Pereira que, no início de 1836, com mais alguns voluntários, entrou no "sertão", encontrou os Campos de Palmas, porém, seu maior objetivo não foi alcançado, ou seja, a localização de José de Sá (BANDEIRA, 1851, p. 426). Conforme Mota (1994, p. 139) esse sujeito tornou-se chefe indígena e teve cinco filhos com índias, morrendo nos Campos das Laranjeiras.

[120] Localidade que provavelmente compreende os atuais municípios de Bom Jesus, Cambará do Sul, Esmeralda, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Outro fato interessante que Bandeira (1851, p. 426-427) menciona em sua narrativa é sobre um ataque indígena que propiciou maiores informações sobre os Campos de Palmas. Sobre esse acontecimento o autor informa que

> A poucos passos vieram a Guarapuava alguns Indios mais domesticos, que se tinham dado de novo a vida errante dos bosques, e com facilidade seduziram a alguns inexpertos, com promessas de lhes mostrarem ricas minas de ouro, onde deviam fazer fortuna; seis os acompanharam, mas apenas chegados lá, conheceram o erro que tinham commetido, e o perigo a que estavam expostos. Quando os selvagens decretaram sua morte, pôde um delles de nome Miguel [...] escapar com o auxilio de um Indio seu conhecido amigo, que o conduziu a Guarapuava, tomando diversa vereda para não ser seguido pelos outros; e n'esta fugida quando julgou conveniente tomar a verdadeira direcção, teve de passar pelo campo de Palmas, onde elle se apresenta maior. Assim foi elle quem melhores e mais amplas informações deu do referido campo. (BANDEIRA, 1851, p. 426-427).

Diante desse trecho da narrativa de Pinto Bandeira é plausível afirmar que os índios que desencadearam esse ataque foram, possivelmente, aldeados por algum tempo em Atalaia. E, com o convívio entre os conquistadores perceberam o fascínio que o ouro ainda exercia naquele período sobre os mesmos, utilizando isso para atraí-los para uma emboscada.

Como em meados da década de 1830 os Campos de Guarapuava não possuíam local adequado para se estabelecerem novas fazendas de criação de gado, ocorreram iniciativas particulares para a ocupação de fazendas nos Campos de Palmas (BANDEIRA, 1851, p. 427). Para tanto, foram empreendidas, a princípio, duas expedições[121] para a ocupação dessa localidade. A primeira expedição foi organizada por José Ferreira dos Santos, atingindo a localidade denominada Alagóa. A segunda expedição foi organizada por Pedro de Siqueira Cortes e atingiu uma área ao sul do rio Iguaçu, que possuía maior extensão de campos.

Conforme Wachowicz (2002, p. 175) essas associações possuíam certa urgência em ocupar esses campos. Para o autor tal pressa justificava-se por dois fatos. O primeiro referia-se ao fato de que se os brasileiros não ocupassem essa área os argentinos o fariam, já que, naquele período, o problema de fronteiras entre os vales do rio Iguaçu e Uruguai ainda não estava resolvido. O segundo pelo fato dos guarapuavanos desejarem impedir que os paulistas, protegidos pelo governo central, ocupassem esses campos. Dessa forma essa área ficaria sob o controle exclusivo dos habitantes de Guarapuava (WACHOWICZ, 2002, p. 175).

[121] Para essas expedições Pinto Bandeira utiliza o termo sociedades.

Como ocorreram duas expedições para o mesmo fim, ou seja, a ocupação desses campos houveram problemas relacionados ao direito de posse dessas terras (BANDEIRA, 1851, p. 427-428). Segundo Bandeira em 1839

> A questão do direito á descoberta ainda se não tinha decidido, e cada vez se tornava mais complicada, pois cada qual tratava de estabelecer sua fazenda, e levantar casa aonde melhor lhe convinha, suppondo-se com isto arrumado: mas os factos subsequentes immediatamente lhes mostravam, que era inutil aquella preciptação; por quanto os que chegavam depois, não respeitavam precedencia, e lançavam seus animaes aonde julgavam proprio, e estivesse ou não o logar occupado, **deixando a decisão do negocio ao arbitrio das armas** [...]. (BANDEIRA, 1851, p. 428, grifo nosso).

Devido a esses problemas, foi necessária a contratação de dois "árbitros de terras" da cidade de Curitiba para a repartição dos Campos de Palmas pelos interessados, sendo eles João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira. Esses árbitros saíram de Curitiba em direção aos mencionados campos quando, passando por Guarapuava encontraram

> [...] o Indio Condá, chefe da principal horda de selvagens, que occupava Palmas, e mais dous Indios com suas familias, em numero de onze pessoas, entre as quaes eram Chanerê mulher do cacique, e duas criadas Macâa e Vangre. Um dos Indios sabia ler e escrever, por ter-se criado na aldêa de Guarapuava, d'onde fugiu para o sertão; e ainda fallava suffrivelmente a nossa lingua, o que serviu á communicação franca, até mesmo com o cacique, que tambem balbuciava algumas frazes portuguezas, e os entretiveram com agrados, dadivas e caricias, afim de os ganharem para sua segurança, e de todos quantos estavam em Palmas: assim os foram conduzindo até lá, aonde se conservaram juntos o espaço de dous mezes, no fim dos quaes seguiram para o seu alojamento, distante duas leguas, promettendo o principal de conduzir sua gente e reunir-se com a nossa; facto esse que realisado, devia ser um dos maiores serviços prestados pelos commissarios, o que logo depois se realisou. (BANDEIRA, 1851, p. 428-429).

Conforme as relações de índios existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belém, elaborado por Antonio da Rocha Loures (1830 e 1833), o índio Condá era um dos aldeados em Atalaia. Possivelmente permaneceu aldeado até meados da década de 1830, retirando-se, juntamente com outros índios para os Campos de Palmas.

Segundo Bandeira (1851, p. 429) os sócios do empreendimento de ocupação dessa área estavam receosos por um ataque indígena, mas quando souberam da presença do cacique Condá e sua aliança com os "comissários" os temores foram, de certa forma, acalmados. Diante disso, os "árbitros de terras" dividiram os Campos de Palmas em duas partes. A sociedade de Pedro Siqueira ficou com a porção de terra ao oeste do local denominado

"Lageado Caldeiras" (rio Caldeiras) e a sociedade de José Ferreira com a porção leste dessa mesma localidade. Conforme Bandeira

> Como o numero de socios se tornava excessivo para a capacidade do campo, chegando a sessenta, venderam alguns a sua parte, e se estabeleceram somente trinta e sete fazendas, que contém hoje pruxidamente trinta e seis mil animaes de ventre. (BANDEIRA, 1851, p. 429).

Durante as divisões de terras dos Campos de Palmas, ocorreram outras explorações nas imediações dessa área. Com a ajuda de alguns índios localizaram o Campo Erê[122] a 7 léguas (46, 2 km) a sudoeste de Palmas[123]. Nessas explorações encontraram um alojamento indígena chefiado pelo cacique Viri que

> [...] suppondo terem os socios morto ao seu primeiro chefe Condá, tomaram uma attitude hostil; e só a presença de um dos exploradores, conhecido na infancia de um dos Indios, tambem evadido de Guarapuava, a que fallava a sua lingua, pôde desarma-los e obstar algum acontecimento desagradavel, assegurando-lhes a existencia de Condá, e a boa harmonia que reinava entre elles e os nossos. (BANDEIRA, 1851, p. 430).

O índio Viri também havia sido aldeado em Atalaia e, possivelmente, retirou-se da aldeia no mesmo período que o índio Condá, refugiando-se nos Campo Erê (LOURES, 1830; 1833, p. 1). É possível afirmar, com base na citação anterior, que Viri seria provavelmente um chefe indígena subordinado pelo cacique Condá. Isso porque, conforme Tommasino e Fernandes (2011, p. 5) havia no século XIX dezenas de unidades político-territoriais, sendo estas chefiadas por um cacique principal (põ'í-bang) e vários caciques subordinados (rekakê; põ'í) formando, deste modo, a unidade sociopolítica indígena.

Em 1841, o presidente da Província de São Paulo Raphael Tobias de Aguiar informava em relatório o descobrimento dos Campos de Palmas, bem como a descoberta de uma extensão de campos a sudoeste (Campo Erê) e a oeste que os exploradores acreditavam que possuíam 300 léguas quadradas, com capacidade de comportar 100 fazendas de criar bem repartidas. Para o Presidente, essas descobertas poderiam fornecer várias vantagens, mas

> [...] os descobridores achão-se em desintelligencias por disputas sobre preferencias na posse d'esses campos, allegando uns terem pizado primeiro n'elles, e outros as despezas que tinhão feito com as explorações necessarias no mesmo rumo, e que aquelles guararão-se pelos esclarecimentos obtidos d'estas sob a promessa de que não se dirigirião para esse lado. **O certo é que**

[122] Os Campo Erê é onde está a cidade do mesmo nome, no divisor de águas dos rios Iguaçu e Uruguai.
[123] No ano de 1848, encontraram outro campo localizado ao Sul do rio Iguaçu, o qual denominaram de Campos de São João (BANDEIRA, 1851, p. 435).

> **d'estas desintelligencias podem resultar graves inconvenientes e conflictos perigosos, porque em um deserto a acção das leis e das authoridades bem pouca influencia pode ter** [...]. (AGUIAR, 1841, p. 12, grifo nosso).

Nesse mesmo relatório, ele informava que não possuía autoridade para dividir aqueles campos, nem estabelecer um termo de acordo entre os interessados, propondo então "concederem-se sesmarias[124], ao menos n'estes, e outros novos descobrimentos, dando-se alguma preferencia aos descobridores" (AGUIAR, 1841, p. 12).

No relatório do ano seguinte, elaborado pelo Presidente da Província de São Paulo Miguel de Souza Mello e Alvim, não é mencionado nenhum problema referente à posse de terras. Para ele

> Hoje o campo de Palmas é uma riqueza para a Provincia; pois já se acha todo povoado por fazendeiros, que ahi se vão estabelecendo, ao abrigo do destacamento que muito sabiamente alli se mandou collocar. Outros descobrimentos se tem feito, e ainda se hão-de fazer, pois o exemplo de feliz successo dos primeiros exploradores, é o mais poderoso incentivo para taes emprezas; e em breve se colherá a Provincia as grandes vantagens que lhe promette a povoação de tão extenso território. (ALVIM, 1842, p. 10).

Com o reconhecimento da área, estabelecimento de fazendas de criação de gado, e abertura de uma via de comunicação entre os Campos de Palmas e Curitiba pelo rio Iguaçu, para o transporte de gêneros de primeira necessidade, principalmente o sal para o rebanho, tratou-se de marcar um local adequado para uma nova povoação. Hermogenes Carneiro Lobo[125] foi quem marcou o lugar para a povoação nos Campos de Palmas (entre lageado das caldeiras e cachoeira) (rio Caldeiras), bem como o estabelecimento de um aldeamento indígena. Para Fernandes (1941, p. 163) isso só foi possível em função das alianças estabelecidas entre o Capitão Hermogenes Carneiro Lobo e os caciques Viri e Condá que, dessa forma, conseguiu obter a mudança de seus antigos alojamentos para as proximidades do novo núcleo povoador.

Com isso, convém explicar nesse momento o que teria levado esses dois caciques a aliarem-se aos conquistadores. Em primeiro lugar e, como já mencionado anteriormente, esses líderes indígenas já haviam sido aldeados em outro momento nos Campos de Guarapuava. Como já possuíam experiência, possivelmente almejavam adquirir as patentes militares

---

[124] Convém mencionar que nessa época o regime de sesmarias já havia sido extinto.

[125] Hermogenes Carneiro Lobo fazia parte da Companhia de Municipais Permanentes (criada pela Lei de 16 de março de 1837), que tinha por objetivo proteger os fazendeiros estabelecidos nos Campos de Palmas (BANDEIRA, 1851, p. 431).

(major, tenente, capitão, dentre outras) e as vantagens que isso poderia oferecer, sejam eles na aquisição de armamentos, "soldos" (pagamento por serviços prestados), dentre outros.

Nas palavras de Wachowicz (2002, p. 176) impossibilitados de expulsar os invasores, alguns indígenas resolveram colaborar com os conquistadores. Porém, assim como ocorreu nos Campos de Guarapuava, também existiam grupos que resistiam à invasão de seus tradicionais territórios (WACHOWICZ, 2002, p. 176).

Em relação aos índios que se aliaram aos conquistadores dessa área, para o Presidente da Província de São Paulo da época em questão

> A numerosa tribu que hoje está estabelecida em Palmas poderá servir de nucleo para um estabelecimento em maior escala, por isso **o Governo não tem cessado de recomendar que seja tratada com todo o afago, e brandura, auctorisando mesmo algumas despezas com o fornecimento de roupas, instrumentos de lavoura, e outros objectos que os Indigenas tem desejado**. Com estas vistas propuz no orçamento a consignação de um conto de reis, para a fundação d' um aldeamento regular no campo de Palmas; mas, todas estas providencias serão incompletas se não se conseguir achar homens aptos para regerem estes estabelecimentos. **Lembro-me que talvez fosse possivel mardar vir da Europa alguns religiosos para Guarapuava, e campo de Palmas, afim de ahi empregarem-se, exclusivamente, na cathequese**; mas certo, como estou, de que não perdereis de vista este importante objecto, deixo á vossa illustração, e patriotismo a escolha dos meios mais capazes de produzirem os resultados que ambicionamos. (ALVIM, 1842, p. 12, grifo nosso).

Como se observa nesse trecho do relatório provincial, para que os índios permanecessem aldeados, utilizavam todos os meios possíveis para que os mesmos percebessem os benefícios que esse agrupamento poderia proporcionar. Todo esse trabalho em mantê-los aldeados possuía um objetivo claro, já que, constituíam poderoso apoio aos fazendeiros, dada à inimizade dos índios refratários a catequização (FERNANDES, 1941, p. 163).

Sobre os índios refratários ao aldeamento, Bandeira (1851, p. 433) menciona em sua obra um ataque que os mesmos realizaram contra os aldeados, informando que

> Assim se viu na noite de quatro de Março de 1843 que em numero consideravel, quando Condá estava ausente, vieram os taes selvagens atear a nova povoação: divididos em dous grupos, primeiramente atacaram os Indios já aldeados que se defenderam corajosamente com o favor da superioridade das armas, matando-lhes oito, além de se fazerem algumas Indias prisioneiras, e perdendo sómente dous dos seus. E como este conflicto despertasse a pouca gente da povoação que se poz em attitude de defesa, fugiram os que a cercavam, ficando n'este sómente a empresa: este facto

> seguramente se não daria, se mais tino e menos desconfiança presidissem as primeiras entrevistas com estes bárbaros. (BANDEIRA, 1851, p. 433).

Para Fernandes

> Esses índios comandados pelo paibang Vaitom visavam o extermínio dos povoadores e como não conseguissem interessar Viri e sua gente na empreza deliberaram atacá-los de improviso para depois de seu extermínio darem golpe seguro contra os Fongs (Cristãos). (FERNANDES, 1941, p. 163).

Quando os índios de Palmas foram atacados em março de 1843, achava-se ausente o índio Condá. Quando voltou a Palmas "achou parte de sua gente sublevada, em favor de seu segundo – Viri – pelo que tiveram os dous uma luta pessoal, cujo desfecho foi favoravel a ambos" (BANDEIRA, 1851, p. 436).

Esse acontecimento motivou a separação dos aldeados em dois grupos. O grupo chefiado pelo cacique Condá deveria habitar os campos do Chopiá[126] e Viri permaneceria na mesma localidade (aldeamento de Palmas).

> Conservando-se assim separados, e em hostilidades alguns mezes, pouco a pouco se foram congraçando, começando esta harmonia por convites recíprocos para seus bailes selvagens, a que todos assistiam com certas cerimônias, estranhas a nossos costumes. (BANDEIRA, 1851, p. 436).

Ao analisar o relatório provincial de São Paulo de 1844 se encontrou informações de outro conflito entre expedicionários e indígenas nos Campos de Palmas. Ao que tudo indica, esse ataque foi provocado pelo ex-comandante da Companhia de Municipaes Permanentes (Pedro de Siqueira Cortes), frustrando os benefícios que o aldeamento poderia fornecer aos colonizadores (MELLO, 1844, p. 48-49).

> Interessando-se o Capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira pela sorte infeliz Capitão José de Sá, que fora á alguns annos aprehendido pelos Indios, e constava achar-se, com outros por elles igualmente arrebatados, em um alojamento para as partes de Palmas, influio o Indio Victorino Condá para ir com alguns dos seus promover o resgate d'estas pessoas, e reduzir os Indios a virem habitar n'essa Povoação. (MELLO, 1844, p. 49).

Nessa investida ao "sertão" Condá conseguiu recuperar sete crianças que estavam em poder dos indígenas, bem como recrutar considerável número de indígenas a residir na povoação de Palmas (MELLO, 1844, p. 49). Devido a esse acontecimento, Hermogenes

[126] Conforme Fernandes (1941, p. 164) e ISA (2011, p. 1) seriam os Campos do Chopim, provavelmente entre os rios Iguaçu, Chopim e Iratim.

Carneiro Lobo Ferreira recebeu uma gratificação e a Condá foi determinado à entrega de roupas, utensílios e o título de comandante dos índios que por ele fossem reduzidos. Contudo,

> A presença dos Indios causou fortes aprehensões ao ex-Commandante da Companhia de Permanentes, que, em vez d' agasalhal-os, mostrar-lhes affecto, e disposições pacificas, pelo contrario apressou-se em deprecar auxilio de força armada ás Auctoridades de Guarapuava, havendo logo quem declarasse aos Indios ser destinada essa força para matal-os, com o que ficarão atemorisados, e receosos de traição, muito contribuindo para isso seu caracter naturalmente desconfiado e suspeitozo. (MELLO, 1844, p. 49).

Com essa notícia os índios retiraram-se da povoação o que fez os moradores ficarem em alerta, em função de um possível assalto dos mesmos (MELLO, 1844, p. 49-50). Com isso

> Immediatamente determina o mesmo ex-Commandante a marcha d'uma escolta sufficiente para o lado, por onde seguira o maior numero de Indios, com ordem de trazel-os, ou matal-os; e, como impugnassem voltar, **usou a escolta da seguinte alternativa, e vinte e tantos Indios d'ambos os sexos, inermes, sem opporem resistencia activa, forão assassinados**. (MELLO, 1844, p. 50, grifo nosso).

No mesmo relatório o autor informa que dois meses após esse episódio alguns índios atacaram a povoação e mataram três pessoas (MELLO, 1844, p. 50). Possivelmente uma vingança aos responsáveis pelo assassinato dos mais de vinte indígenas.

Em relatório provincial de 1847, o responsável pela elaboração do documento informava que

> O pessoal, que, até o fim do anno de 1845, se havia fixado no aldeamento dos Campos de Palmas, chegou a mais de cem individuos de um, e outro sexo, e de todas as idades; mas é elle augmentado ás vezes por grupos de indígenas, que vem das mattas ali residir temporariamente, e em quanto dispoe dos artigos de industria, que com sigo trazem, e que, lindo que seja o seu pequeno trafico, retirão-se, por que tem por melhor arriscarem-se ás contiguas da vida, selvatica, do que ficarem expostos a miséria e a nudez porque passão os Indios, que illusoriamente se denominão aldeados em Palmas. (SILVA, 1847, p. 12-13).

Observa-se nesse fragmento do relatório que alguns índios residiam temporariamente no aldeamento. Para Laroque (2006, p. 119)[127] permaneciam aldeados enquanto os seus

[127] LAROQUE, Luís Fernando. **Fronteiras geográficas, éticas e culturas envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

interesses eram atendidos e, como se nota na citação anterior, não existia nenhuma vantagem em ficarem aldeados, já que o mesmo estava abandonado pelo poder local.

No ano seguinte o Presidente da Província de São Paulo Domiciano Leite Ribeiro mencionava que o aldeamento de Palmas

> [...] caminha rapidamente a sua ruína esta aldêa, entregue a si mesma e sem direcção, visto que nem la chegou ainda apesar das reiteradas ordens do Governo o Missionario, que lhe era destinado, e nem se tem achado pessoa idonea, que queira servir gratuitamente na forma do citado Decreto o pesado cargo de Director. (RIBEIRO, 1848, p. 15).

Nota-se nesse trecho do relatório que não haviam encontrado um padre responsável pela catequização indígena. Problema esse destacado desde o início da instalação do aldeamento de Palmas (ALVIM, 1842, p. 12).

> Não medrou o aldeamento do campo de Palmas, foi em decadencia. Não ha um Sacerdote, que queira ir ali anuunciar aos indigenas as primeiras verdades da fé, e da moral christã, e ministrar aos moradores o pasto esperitual.
> Os moradores em vez de attrahir os indios pela brandura, e benefícios, correm com elles, e os hostilisão cruamente. (MOTTA, 1850, p. 8).

Conforme Bandeira (1851, p. 436) ao perceber a influência que o índio Condá exercia sobre outras tribos, principalmente nos Campos de Nonohay (Nonoai), o mesmo foi convidado pelo presidente da província do Rio Grande para "mediante certa gratificação, ir coadjuvar a catechese d'aquella gente, em cuja deligencia se acha actualmente empregado" (BANDEIRA, 1851, p. 436). Provavelmente Condá aceitou o convite visto que o aldeamento de Palmas estava em decadência.

Já Viri permaneceu em Palmas, com mais oitenta pessoas, porém "[...] sem autoridade que os domine, nem sacerdote que os Baptize, e lhes explique os primeiros rudimentos da religião" (BANDEIRA, 1851, p. 436). Para Fernandes (1941, p. 164) "A permanência de Viri em Palmas se deve o fato de, ao se instalar a Província do Paraná, já se encontrar um aldeamento indígena no oeste paranaense, constituindo um elemento de defesa dos Povoadores".

Conforme Tommasino e Fernandes

> De cacique subordinado dos grupos chefiados por Kondá, tornou-se dissidente e trabalhou de forma independente, constituindo-se o seu grupo uma força paramilitar dos brancos. Defendeu Palmas do ataque dos índios comandados por Vaiton e de muitos outros grupos que atacaram a vila em

> 1854. Organizou o ataque aos Kaingang de Paikerê em 1855, trazendo 17 prisioneiros que tentou vender para os fazendeiros de Palmas. Parte dos índios de Paikerê, depois do ataque de Virí, entregaram-se espontaneamente na Colônia Militar do Jataí, em 1858. Em 1864, passou a receber soldo do governo, o que perdurou até 1873, quando faleceu. (TOMMASINO; FERNANDES, 2011, p. 5).

Em relatórios apresentados nos primeiros anos da Província do Paraná são relatados os serviços prestados por esses caciques, sejam essas tarefas assegurando a tranquilidade dos fazendeiros, por meio da defesa das propriedades, como também trabalhando no sentido de atrair as tribos consideradas "selvagens" para os aldeamentos estabelecidos pelo governo central. Dessa forma, ao analisar o relato de Bandeira (1851) e os relatórios províncias de São Paulo observou-se que a colaboração do cacique Condá e Viri foi essencial para que se concretizasse a conquista e ocupação dos campos de Palmas pelos guarapuavanos.

A partir da conquista dessa área a atenção dos fazendeiros de Guarapuava, bem como por parte do governo central, voltaram-se para a localização dos campos denominados Paiqueré[128]. A seguir explicaremos como ocorreram as primeiras expedições para o descobrimento dessa área, como também os ensejos que teriam influenciado essas campanhas.

4.2 JOÃO DA SILVA MACHADO E OS CAMPOS DO PAIQUERÉ

João Da Silva Machado nasceu na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1782. Foi condutor de tropas de gado que da região sul conduzia a feira de Sorocaba, na Capitania de São Paulo. Em 1843 recebeu o título de Barão de Antonina, em virtude de serviços prestados contra o levante paulista ocorrido em 1842 (MACEDO, 1875, p. 420). Foi responsável pela construção de estradas, realizou explorações aos "sertões" dos rios Tibagi e Paranapanema, fundou duas aldeias indígenas as margens dos rios Verde e Itararé, entre outros trabalhos (MACEDO, 1875, p. 420).

Dentre as atividades que realizou, consta sua atuação como Comandante das explorações oficiais realizadas aos Campos do Paiqueré[129]. Área entre os rios Ivaí e Piquiri,

[128] Utilizou-se a mesma denominação empregada aos campos por Machado (1843). Isso porque, encontramos em outros documentos essa mesma designação escrita de diferentes formas. Paiqueré (MACHADO, 1843; RIBEIRO, 1940) Paequerê (MELLO, 1844; TORRES, 1843) Payquerê (MOTA; NOVAK, 2008).

[129] Conforme Filipak (2002, p. 264) esses campos referiam-se ao "[...] Eldorado imaginário dos índios do oeste do Paraná. No consenso dos índios de Guarapuava os Campos do Paiquerê eram os mais belos, mais vastos e mais férteis. Os mesmos se estendiam ao longo e entre os grandes vales dos rios Ivaí, Piquiri e Iguaçu".

que corresponde atualmente os municípios de Campo Mourão, Mamborê, Ubiratã, dentre outros (MOTA; NOVAK, 2008, p. 30).

Além de explorações oficiais aos referidos campos, também ocorreram explorações particulares, como é o caso da Sociedade do Paiqueré, organizada em 1840, possuindo como participante Francisco Ferreira da Rocha Loures, Antonio de Sá Camargo (Visconde de Guarapuava) e o Padre Braga (RIBEIRO, 1940, p. 79). Contudo, essas expedições (oficiais e particulares) não visavam, em primeiro momento, o estabelecimento de novas fazendas de criação de gado, como ocorreu com os Campos de Guarapuava e Palmas, mas sim, a possibilidade de adquirirem as riquezas minerais que essa localidade poderia oferecer.

A Sociedade do Paiqueré realizou cinco campanhas na localidade entre os rios Piquiry (Piquiri) e Ivahy (Ivaí) a procura dos Campos do Paiqueré (RIBEIRO, 1940, p. 79). Uma delas foi chefiada por Rochinha (Francisco Ferreira da Rocha Loures) que partiu de Guarapuava em abril/maio de 1842, chegando em junho ao rio Ivaí, abaixo da foz do rio Corumbatahy (Corumbataí). Nesse ponto, essa expedição encontrou com outra que explorava aquele rio sob o comando do alferes Antonio Pereira Borges[130] (RIBEIRO, 1940, p. 79). Essas duas expedições, sendo a última uma campanha oficial, uniram-se e seguiram o curso do rio Ivahy até o rio Paraná. Após chegar a foz do rio Ivahy e realizar algumas explorações em suas imediações, Rochinha retornou a Guarapuava sem localizar os Campos do Paiqueré (RIBEIRO, 1940, p. 79).

Com a realização dessas campanhas, o Imperador D. Pedro II remeteu um oficio em novembro de 1842 ao Coronel Comandante Superior João da Silva Machado, solicitando relatório sobre as explorações realizadas aos Campos do Paiqueré. O relatório foi elaborado e publicado pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1843, possuindo como título “Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, Commandante da Companhia exploradora formada em Campos Geraes de Coritiba, na demanda dos campos denominados Paiqueré”.

Além de conter uma síntese das explorações realizadas até aquele momento na área em questão, João da Silva Machado também assinala em seu relato a provável localização de cada uma das reduções jesuíticas e das principais cidades castelhanas da região. Possivelmente adquiriu essas informações em pesquisas realizadas nos arquivos históricos de Buenos Aires (WISSENBACH, 1995, p. 144).

[130] Comandante da Companhia exploradora dos campos denominados Paiqueré.

Nessa obra, Machado (1843, p. 110) informa que a expedição do alferes Antonio Pereira Borges iniciou seu percurso em maio de 1842 e partiu dos Campos do Amparo, no distrito de Ponta Grossa. Seguiu caminho até atingir o rio Ubay (Ivaí) em um local no qual denominaram cachoeira grande. Desse ponto em diante, seguiram o curso do rio Ubay até a confluência do rio Curumbaty ou Thuá (Corumbataí)[131]. Nessa localidade encontraram vestígios de escavações "de muitas lavras, tanto na margem do rio, como nas caldeiras, d'onde se havia tirado um cascalho rijo á semelhança do que se via nas barranceiras a que os mineiros chamam gopiára" (MACHADO, 1843, p. 110).

Como o objetivo era atingirem o rio Paraná, seguiram o curso do rio Ubay e encontraram durante esse percurso uma expedição que saiu de Guarapuava sob comando de Rochinha (Francisco Ferreira da Rocha Loures) que possuía o mesmo objetivo, isto é, encontrar os Campos do Paiqueré (MACHADO, 1843, p. 111). As duas campanhas seguiram o curso do rio Ubay porque acreditavam que os Campos do Paiqueré tocavam a sua margem e, durante esse mesmo trajeto as expedições

> [...] principiaram a ver os vestígios de immensidade de gentio, que habita n'aquelles sertões; elles observavam os nossos navegantes, mas quando estes saltavam em terra, corriam em grandes porções, fazendo um rumor, que parecia ser de muitos centenares, sem que tratassem de accometter, e nem de emboscar-se para fazer mal aos nossos exploradores [...]. (MACHADO, 1843, p. 111).

Como se verificou nos capítulos anteriores era uma estratégia dos indígenas não realizarem contato de imediato com os expedicionários, mas, primeiramente, observarem as ações dos mesmos. Só após essa avaliação é que, na maioria dos casos, realizavam um contato mais efetivo ou até mesmo, a realização de emboscadas e ataques.

Conforme Machado (1843, p. 111-112) os exploradores não perseguiram os índios e nem destruíram seus alojamentos que encontraram nas margens do rio Ubay. Menciona também que nas imediações desses alojamentos

> Acharam muitas roças de mato virgem derrubadas á fouce e machado, sem deixarem arvores em pé, como costumam os nossos agricultores; em um d'esses alojamentos da costa do Paraná achou Borges um botoque d'alambre de um palmo de comprimento [...] e igualmente de alguns novellos de fio de tocúm, ortiga, e tambem de cabello de gente; acharam teares onde o gentio tece o panno de algodão, cuja planta elles cultivam, bem como fazem outras qualidades de tessumes. Acharam um tenaz de ferreiro, e muitos anzóes

[131] Nessa mesma localidade (confluência do rio Corumbataí e Ivaí) encontraram laranjais e bananais (MACHADO, 1843, p. 111). Possivelmente as proximidades das ruínas da antiga Vila Rica do Espírito Santo.

> grandes e pequenos, o que não deixa em duvida que elles sabem fundir o ferro, o que com elle se surtem da ferramenta que lhes é indispensavel para fazer roças, canoas, etc., etc.; e como essa mina foi descoberta pelos Jesuitas no pequeno rio Piquiry, que desagua no Paraná [...] em cuja margem fundaram a Cidade Real de Guayra entre os annos de 1557 até 1577, é mui provavel que desde então adquiriram o conhecimento de fundir e trabalhar o ferro, e que foram transmittindo a seus descendentes. (MACHADO, 1843, p. 111-112).

Com base nesse trecho do relato, observa-se que os índios possuíam técnicas diferentes das que os agricultores da época empregavam em relação ao preparo da terra para o cultivo. Utilizavam instrumentos de ferro tanto para a limpeza das áreas destinadas a lavoura, como na construção de canoas, entre outros. Habilidades que, conforme Machado adquiriram com o convívio com os jesuítas, sendo estas transmitidas no decorrer dos tempos.

Ainda em relação a essa citação, pode-se afirmar que nas proximidades da foz do rio Ivaí existiam índios de uma nação diferente ao dos Kaingang, em função do "botoque"[132] encontrado pelos expedicionários em um dos alojamentos dessa localidade, visto que não era um ornamento utilizado por essa nação e sim, a título de exemplo, pelos índios Xokleng, Xetá[133], dentre outros. Provavelmente tratava-se dos índios Xetá já que o espaço compreendido ao longo do rio Ivaí, principalmente em sua margem esquerda até a sua foz no rio Paraná, bem como seus afluentes, pode ser considerado um antigo território desse grupo (SILVA, 2011, p. 2).

Conforme Mota e Novak (2008, p. 29-30) os Xetá foram contatados durante a década de 1840 pelas expedições de Joaquim Francisco Lopes[135] e John Henry Elliot, nas imediações da foz do rio Corumbataí com o rio Ivaí (empresa comandada por João da Silva Machado). A partir disso outros contatos foram acontecendo, mas só foi em 1955-56, na Serra de Dourados, região noroeste do Estado do Paraná, que se deu o mais documentado encontro com esse grupo (MOTA; NOVAK, 2008, p. 29-30).

Convém mencionar que durante esse contato realizado na Serra de Dourados, os Xetá foram considerados como um povo que vivia somente da caça e coleta. Contudo, pesquisas recentes constataram que a situação dos Xetá naquele momento justificava-se pelos constantes

---

[132] Adorno labial (na maioria dos casos feitos de pedaço de madeira) fixado através de uma perfuração do lábio inferior por algumas tribos indígenas brasileiras. Os grupos indígenas que utilizavam esse enfeite labial eram denominados pelos "brancos" com Botocudos.

[133] Este grupo indígena pertence ao tronco linguístico Tupi-Guarani.

[134] Sertanista mineiro que possuía muita experiência em explorações dos "sertões" e em abrir picadas. Participou das expedições comandadas por João da Silva Machado (Barão de Antonina) com o objetivo de abrir novas estradas, bem como a pacificação de grupos indígenas (WISSENBACH, 1995, p. 140).

[135] Marinheiro norte-americano estabeleceu-se em Curitiba por volta de 1840. Participou das expedições comandadas por João da Silva Machado (Barão de Antonina) e elaborou vários relatos, mapas e aquarelas por meio da participação dessas campanhas (WISSENBACH, 1995, p. 140).

deslocamentos do grupo provocados pela expansão cafeeira daquele período (MARANHÃO, 2011, p. 1). Dessa forma, como se observou no relato de Machado (1843, p. 111-112), de um povo que possivelmente saberia fundir o ferro, que possuía uma agricultura de subsistência, foram, gradativamente, perdendo algumas características culturais em função das constantes fugas/deslocamentos no decorrer da história.

Quanto aos atributos físicos da área explorada, Machado (1843, p. 112) menciona que essa localidade possuía um clima propício e terras muito produtivas, "pois que em Junho achavam as immensas jabuticabeiras carregadas de frutas maduras, sazonadas, verdes, e até com flôr, achando ao mesmo tempo milho plantado há pouco, um verde, outro secco, o que mostra que elles plantam em diversos mezes do anno" (MACHADO, 1843, p. 112). Porém é o único trecho que remete a uma possível ocupação para o aproveitamento agropastoril visto que no decorrer de todo o relato o autor privilegia os prováveis recursos minerais que a localidade conteria.

Observa-se também no relato de Machado (1843, p. 112) a base alimentar diversificada dos indígenas que habitavam o vale do rio Ivaí e Piquiri. Conforme o autor os expedicionários encontraram plantações de "limões galegos, cidras, ananazes plantados em linha, mandioca, aipi, amendoim, feijão miudo e do ordinario, milho de diversas qualidades, melancias, aboboras, morangos [...]" (1843, p. 112).

Nenhuma das expedições que ocorreram nesse período encontrou os Campos do Paiqueré, já que as mesmas tiveram que abandonar as explorações porque foram atacadas pelas "sezões" (febres). Nesse sentido, a expedição do alferes Antonio Pereira Borges voltou para Guarapuava, seguindo o mesmo caminho que levou a expedição de Rochinha (Francisco Ferreira da Rocha Loures) a encontrá-los (MACHADO, 1843, 113). No regresso, encontraram uma mina de cobre em um rio que possuía o mesmo nome do metal, que ficava a 18 léguas (118, 8 km) da Freguesia de Guarapuava. Sobre esse descobrimento, Machado (1843, p. 114) informava que iria enviar ao governo central uma amostra desse metal para verificar a possibilidade de ser aproveitada a sua extração no período em questão.

Conforme Machado as explorações continuavam

> [...] animadas por alguns emprehendores, que tem formado uma outra Companhia social para conhecer bem o paiz, é provavel que se encontrem os campos de Paiqueré (a que eu chamarei, campos situados na Provincia do Cacique Tayaoba), e terá a comarca de Coritiba de povoar esse belíssimo e extenso sertão, que calculo ter o melhor de oitenta léguas [...] **A' vista do que levo exposto, parece-me que em poucos annos se póde domesticar essa immensidade de gentios, que habita entre os rios Tibagy, Paranápanema, Paraná, Iguassú, e Campos Geraes de Coritiba, que**

> **talvez pareça exageração minha calcular de 80,000 a 100,000, visto a extensão do territorio em que habitam** [...]. (MACHADO, 1843, p. 112-113, grifo nosso).

Ao analisar o relato de Machado (1843) observou-se que a cada descoberta das explorações, sejam elas a localização dos alojamentos indígenas, as plantações, bem como a provável quantidade de indígenas que habitavam essa área, o autor sempre vinculava as mesmas ao passado jesuítico. Para Wissenbach (1995, p. 144) "restaurar os sinais do passado tinha como finalidade recompor uma memória histórica que forneceria a ação dos desbravadores e a seus projetos de catequese uma sobrecarga de legitimidade e dignidade". Com isso é possível afirmar que ao atrelar os descobrimentos ocorridos durante as explorações aos denominados Campos do Paiqueré ao passado jesuítico, João da Silva Machado desejava provavelmente passar a ideia ao governo central de que os indígenas que habitam essa área estariam propensos ao confinamento em aldeamentos devido à tradição de seus ascendentes que haviam sido "domesticados" nas reduções jesuíticas do século XVII.

É aceitável afirmar também que João da Silva Machado almejava atrelar seus interesses pessoais pelos Campos do Paiqueré às urgências político-ideológicas do período em questão, porque promoveu entre os anos de 1844 e 1857, com seus empregados de confiança Joaquim Francisco Lopes e John Henry Elliot, nove expedições de exploração[136] e reconhecimento dos "sertões" meridionais do Brasil e a partir das incursões adquiriu imensas posses territoriais antes da efetivação da Lei de Terras de 1850 (WISSENBACH, 1995, p. 137).

Em 1844 o Presidente da Província de São Paulo (Manuel Felisardo de Souza e Mello) informava em relatório provincial que

> **Ao espirito d'empreza, e exforços, que dominou constantemente os antigos Paulistas, e os levou a transpôr obstacolos quasi invensiveis [...] deve-se seguramente a fundada tradição acerca dos famosos e quasi encantados Campos do – Paequerê –, onde assevera-se existirem muitas hordas Indigenas, grandes estabelecimentos dos extinctos Jesuitas, restos de povoação regular com o nome Villa-Rica, minas de cobre, excellentes terras d'agricultura, e aptimas pastagens**. Levados d'esse espirito emprehendedor, que dominára seus avoengos, impellidos do natural desejo d'aproveitar tão preconisadas vantagens, tens alguns individuos ao Sul da Provincia feito varias explorações, sendo a ultima d'ellas emprehendida pelo Cidadão Antonio Pereira Borges, não obtendo suas investigações fructifero resultado, talvez porque, mesquinhas forças

[136] Maiores informações sobre essas expedições conferir a obra de WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na Constituição na nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.

> individuaes não sejão sufficientes para levarem ao cabo emprezas, que demandão gastos subidos, pessoal mais numeroso. Quando porêm seja exagerada, fabulosa mesmo, a, existencia d'estabelecimentos, e outras importantes curiosidades n'esses Campos do Paequerê, ao menos é certo que nas margens do Ubay observão-se claros signaes de antigas lavras de metal, e no sertão das margens d'esse rio, e do Paraná, ainda não descobertas, encontrarão-se arvores fructiferas não espontaneas, e plantações de cereáes, bem como vêe-se rossas derrubadas com instrumentos cortantes, sendo além d'isso encontrados alguns objectos de ferro, e aço [...]. O Cidadão Joaquim Francisco Lopes, suppoem poder deparar com os Campos do Paequerê, entrando pelos Campos-Geraes ao Sul da Provincia entre os rios Ubay e Tibagy, e pede ser coadjuvado n'essa empresa; resta pois que, tomando em consideração esse objecto, reflectindosobr'as vantagens, que resultárião a Provincia de taes descobrimentos [...]. (MELLO, 1844, p. 46-47, grifo nosso).

Observa-se com o relato de Machado (1843) e pelo relatório provincial de São Paulo de 1844 o grande interesse em localizar os Campos do Paiqueré, área onde se acreditava existir muitas riquezas naturais, principalmente metais preciosos. A fama desses campos se estenderá ao longo dos anos, sendo também identificado o interesse de localização e ocupação dessa área nos relatórios provinciais do Paraná.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi analisado nas fontes documentais, notou-se que o interesse da primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava, durante o Governo do Morgado de Mateus (1765-1775), era localizar esses campos e nele se estabelecer antes que os espanhóis o fizessem. Outro aspecto que influenciou essa ocupação foi a possibilidade de riquezas naturais, com destaque para os metais preciosos que esses campos poderiam oferecer. A hipótese é que os portugueses desejavam ocupar essa área e controlar a extração de metais preciosos, visto que a descoberta de diamante no rio Tibagi nas primeiras décadas do século XVIII havia influenciado expedições particulares para os Campos de Guarapuava em busca das possíveis riquezas minerais.

Contudo, durante a primeira tentativa de ocupação dos Campos de Guarapuava os portugueses não encontraram espanhóis estabelecidos nessa localidade, muito menos metais preciosos como ouro ou diamante, mas sim, vários grupos indígenas. Os indígenas utilizaram de todas as suas táticas para conter o avanço dos portugueses em suas tradicionais terras e, diante dessas resistências, na época em questão, o índio foi considerado um obstáculo ao processo de expansão territorial nessa localidade.

Como se pode observar ao analisar as fontes históricas, os interesses que impulsionaram a segunda tentativa de ocupação no início do século XIX estavam relacionados, em parte, ao aproveitamento econômico dos campos para a criação de gado. Nesse caso, o indígena ocupava uma posição singular, já que habitava áreas que propiciariam investimentos lucrativos naquela época. Com isso, várias estratégias foram utilizadas por parte da Metrópole Colonial Portuguesa, para que o território fosse conquistado e organizado aos moldes políticos/econômicos/sociais que se desejava naquela ocasião.

Convém mencionar que nesse período ainda havia o interesse por parte dos fazendeiros/moradores da Vila de Curitiba e dos Campos Gerais em encontrarem a Serra de Apucarana e adquirirem as ricas minas que tanto se mencionava existir nessa localidade. Acredita-se que a possível existência dessa serra (não encontrada até aquele período) foi lembrada/divulgada e utilizada naquele momento, como estratégia do governo central para recrutar soldados e povoadores a participarem da Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava.

O interesse pela exploração de riquezas minerais também é observado durante as campanhas de localização dos famosos Campos do Paiqueré durante a década de 1840. Com isso, pode-se afirmar que o empenho da ocupação tanto oficial como particular em áreas

atreladas aos Campos de Guarapuava na primeira metade do século XIX não esteve pautada apenas na expansão pastoril, mas também na possibilidade de prospecção de minerais, como o ouro, diamante, cobre, dentre outros.

Relativo às táticas utilizadas pelos indígenas notou-se que, em primeiro momento, eles procuraram opor-se a ocupação de conquistadores em seus tradicionais territórios. Contudo, ao perceberem as vantagens que a aproximação com os expedicionários poderia oferecer, alguns grupos aliaram-se para adquirirem objetos, roupas, ferramentas e apoio para combater os grupos inimigos. Já os grupos refratários ao chamado "processo civilizatório" migraram para outras localidades até serem totalmente encurralados pelos colonizadores e, consequentemente aldeados. Convém mencionar também que em alguns casos, continuaram a resistir à ocupação de colonizadores, assaltando e atacando propriedades e cidades.

Notou-se por meio das análises das fontes documentais que a aliança entre indígenas e conquistadores favoreceu a instalação dos aldeamentos de Atalaia e o de Palmas. Portanto, ao agruparem os índios em uma determinada área, seus tradicionais territórios foram, gradativamente, sendo ocupados por fazendas de criação de gado.

Outro fato interessante é que desde os primórdios da política de aldeamento sabia-se que as aldeias deveriam ser formadas por índios de uma mesma nação, evitando assim possíveis transtornos. Contudo, foi observado que no aldeamento de Atalaia foram agrupados índios de grupos inimigos, ocasionando, dessa forma, conflitos intertribais.

Diante disso, procuramos ressaltar no decorrer do trabalho que tanto os indígenas como os portugueses possuíam um território em comum, isto é, os Campos de Guarapuava, e manipularam o mesmo na medida de seus interesses. E, para isso, utilizaram de várias estratégias para assegurarem seus objetivos, ou seja, a posse dessas terras.

Pode-se afirmar que o indígena desenvolveu estratégias próprias para sua sobrevivência e permanência em seus tradicionais territórios frente aos projetos políticos do governo central relativos à expansão territorial. Dessa forma, desmistificando a ideia de que os índios permaneceram passivos ao processo de expansão territorial, ressaltando que as relações sociais foram muito mais complexas do que simplesmente uma relação entre dominador e dominado, visto que em algumas ocasiões foram estabelecidos acordos e alianças, sendo estas camufladas segundo as intencionalidades dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

Manuscritos

LIMA, Francisco das Chagas. **Carta ao Ilm^{o}. e Exm^{o}. Snr**. Povoação da Atalaya em Guarapuava, 3 maio 1819. 2 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Carta ao Presidente da Província, Lucas Antonio Monteiro de Barros**. Freguesia de Nossa Senhora de Belém em Guarapuava, 20 maio 1825. 12 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Correspondência ao Sargento- Môr João da Silva Machado**. Freguesia de Belem nos Campos de Guarapuava, 19 ago. 1827. 2 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Estado actual da conquista de guarapuava no fim do anno de 1821, descripto por ordem do Ilm^{o}. e Exm^{o}. Governo Provisorio desta Provincia de S. Paulo**. Freguesia de Nossa Senhora do Belém, 31 dez. 1821. 34 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Informação do Misionario, e Vigario Collado na Freguesia de N. Snr^{a}. de Belém nos campos de Guarapuava**. 1827. 6 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Mappa do campo de Guarapuava, com as divizas dos terrenos applicados á Freguesia do Belem, aldêa da Atalaya e Povoadores Portuguezes, pelo P. Fran. das Chagas Lima em 1821**. [S.I.: s.n], 1821. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Officio dirigido a secretaria do Governo**. Abarracamento de Linhares, 16 jan. 1819. 4 f. Casa Benjamim Teixeira.

LOCIO, Nuno Eugenio de; PINTO, Miguel Joze de Oliveira. **Carta para Antonio da Rocha Loures**. São Paulo, 22 ago. 1818. 2 f. Casa Benjamim Teixeira.

LOURES, Antonio da Rocha. **Relação dos Indios que se achão existentes na Freguesia de Nossa Senhora de Belem nos Campos de Guarapuava aos 19 de Abr. de 1830**. 5 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Relação dos Indios que se achão existentes nesta Fregs N S do Bellem nos Campos de Guarapuava aos 12 de Abr. 1831**. 6 f. Casa Benjamim Teixeira.

_____. **Rellação dos Indios Aldeados nesta Freguesia**. Guarapuava, 16 jan. 1833. 2. f. Casa Benjamim Teixeira.

Cartas Régias

JOÃO VI, Dom. **Carta Régia de 5 novembro de 1808**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

_____. **Carta Régia de 1 de abril de 1089**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A3.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2011.

Periódicos

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 425-438, 1851.

FERNANDES, José Loureiro. Os Caingangues de Palmas. **Separata dos Arquivos do Museu Paranaense**, Curitiba, v. 1, p. 161-209, 1941.

LIMA, Francisco das Chagas. Memoria sobre o descobrimento e colonia de Guarapuava. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 43-64, 1842.

_____. Noticia da fundação e principios d'esta Aldêa de S. João de Queluz. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo v, n. 17, p. 72-76, 1843.

MACEDO, Joaquim Manoel. Discurso do orador. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo 38, p. 401-435, 1875.

MACHADO, João da Silva. Cópia. Freguezia de Ponta Grossa 30 de Outubro de 1842. Informações que pude obter do alferes Antonio Pereira Borges, Commandante da Companhia exploradora formada em Campos Geraes de Coritiba, na demanda dos campos denominados Paiqueré. **R.IHGB**, Rio de Janeiro, tomo v, n. 17, p. 109-117, 1843.

NEGRÃO, Francisco. Expedições do Tibagy (1768-1772). **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba**, v. 3, 1906.

SAMPAIO E SOUSA, Afonso Botelho de. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 76, 1956.

Relatórios Provinciais

AGUIAR, Raphael Tobias de (Center for Research Libraries). **Discurso recitado pelo Ex.^{mo} Presidente Raphael Tobias de Aguiar no dia 7 de janeiro de 1841 por occasião da abertura da Assemblea Legislativa da Provincia de S. Paulo**. São Paulo: Costa Silveira, 1841. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1083/>. Acesso em: 20 set. 2011.

ALVIM, Miguel de Souza Mello e (Center for Research Libraries). **Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Miguel de Souza Mello e Alvim, no dia 7 de janeiro de 1842 por occasião da abertura da Assembléa Legislativa da provincia de S. Paulo**. São Paulo: Typ. Imparcial de Silva Sobral, 1842. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/976/>. Acesso em: 20 set. 2011.

ARAUJO, José Thomaz Nabuco d' (Center for Research Libraries). **Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor dr. José Thomaz Nabuco d'Araujo, presidente da provincia de São Paulo, abrio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.° de maio de**

1852. São Paulo: Typ. do Governo arrendada por Antonio Louzada Antunes, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/986/>. Acesso em: 20 set. 2011.

MELLO, Manuel Felisardo de Souza e (Center for Research Libraries). **Discurso recitado pelo exmo presidente, Manuel Felisardo de Souza e Mello, no dia 7 de janeiro de 1844, por occasião da abertura da Assembléa Legislativa da provincia de S. Paulo**. São Paulo: Typ. do Governo, 1844. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/978/>. Acesso em: 20 set. 2011.

MOTTA, Vicente Pires da (Center for Research Libraries). **Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor doutor Vicente Pires da Motta, presidente da provincia de São Paulo abbrio [sic] a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de abril de 1850**. São Paulo: Typ. do Governo, 1850. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/984/>. Acesso em: 20 set. 2011.

NOGUEIRA, Antonio Barbosa Gomes (Arquivo Público do Paraná). **Relatório apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Paraná na abertura da primeira sessão da quinta legislatura pelo Exm. Sr. Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira no dia 15 de fevereiro de 1862**. Curitiba: Typographia do Correio Official, 1862. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/rel_1862_p.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

PEIXOTO, Bernardo José Pinto Gavião (Center for Research Libraries). **Discurso que o presidente da provincia de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838**. São Paulo: Typ. do Governo, 1838. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/974/>. Acesso em: 20 set. 2011.

RIBEIRO, Domiciano Leite (Center for Research Libraries). **Discurso recitado pelo ex.mo senhor doutor Domiciano Leite Ribeiro, presidente da provincia de São Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de junho de 1848**. São Paulo: Typ. do Governo, 1848. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/982/>. Acesso em: 20 set. 2011.

SILVA, Manoel da Fonseca Lima e (Center for Research Libraries). **Discurso recitado pelo excellentissimo senhor marechal de campo Manoel da Fonseca Lima e Silva, presidente da provincia de S. Paulo, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 7 de janeiro de 1847**. São Paulo: Typ. do Censor (Em Palacio), 1847. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/981/>. Acesso em: 20 set. 2011.

Mapas

BRITO, Tito Alves de. **Mappa dos Campos de Palmas e territorios contiguos**. Lith. do Archivo Militar, 1843. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176716.jpg>. Acesso em: 14 nov. 2011.

FARIA, José Custodio de Sá e. **Demonstração da nova Camp.ª de Guarapuava**. [S.I.: s.n], 1775. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:

<file:///C:/DOCUME~1/user/CONFIG~1/Temp/cart1033420fo06-5.sid>. Acesso em: 10 jul. 2011.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dissertações e Teses

DURAT, Cristiano Augusto. **Os processos incorporativos do Indígena Kaingang de Atalaia à sociedade luso-brasileira:** o papel do Catolicismo. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2006.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Trajetória socioambiental de Guarapuava:** leituras da paisagem. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A Integração do Índio na Estrutura Agrária do Paraná:** O Caso Kaingang. Tese (Livre-Docência) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

LAROQUE, Luís Fernando. **Fronteiras geográficas, éticas e culturas envolvendo os Kaingang e suas lideranças no sul do Brasil (1889-1930)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

PANTAROLO, Fabio. **Degredo interno e incorporação no Brasil Meridional:** trajetórias de degredos em Guarapuava, século XIX. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

TAKATUZI, Tatiana. **Águas batismais e santos óleos:** uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

Livros

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. **A posse e o uso da terra:** modernização agropecuária de Guarapuava. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil Colonial:** o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775). 2. ed. São Paulo: Secretaria da Cultura, 2007.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes et al. **Do contato ao confronto:** a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: PNP Paribas, 2003.

BESSELAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Herder, 1970.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Impressora paranaense, 1908.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** história e imagem. Tradução de: SANTOS, Vera Maria Xavier dos. Bauru: EDUSC, 2004.

FILIPAK, Francisco. **Dicionário Sociolinguístico Paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

FRANCO, Arthur Martins. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. Curitiba: Museu Paranaense, 1943.

LOPES, José Carlos Veiga. **Aconteceu nos Pinhais:** subsídios para as histórias dos municípios do Paraná tradicional do planalto. Curitiba: Editora Progressiva, 2007.

MACEDO, Azevedo. **Conquista Pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang:** a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1924). Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí:** histórias e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RIBEIRO, Eurico Branco. **Esboço da História do Oeste do Paraná**. Curitiba: Tipografia João Haupi & Cia., 1940.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre o território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2006.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

Capítulos de livros, Artigos de Periódicos e Trabalhos Publicados em Anais de Congressos

AMANTINO, Márcia. Conflitos inter-étnicos e tentativas de povoamento no Sul do Brasil - séc. XVIII. In: 3º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2007, Florianópolis. **Anais...** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. p. 1-16. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/43.43.pdf>. Acesso em: 10 maio 2011.

AMOROSO, Marta Rosa. Guerra e mercadorias: os Kaingang nas cenas da Conquista de Guarapuava. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes et al. **Do contato ao confronto:** a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: PNP Paribas, 2003.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes; PICCOLI, Valéria. Desenho e conquista territorial. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes et al. **Do contato ao confronto:** a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: PNP Paribas, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GARCIA, Elisa Frühauf. A "conquista" dos sete povos das missões: de "ato heróico" dos luso-brasileiros a campanha negociada com os índios. In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2005, Londrina-PR. **Anais...** Londrina-PR: Editorial Mídia, 2005. p. 196-196. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/EFGarcia.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a História do Brasil Meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOTA, Lúcio Tadeu. A denominação Kaingang na literatura antropológica, histórica e lingüística. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). **Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Eduel, 2004.

MOTA, Lúcio Tadeu. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Diálogos**, v. 2, n. 1, 1998, p. 149-175.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. O ciclo de Miranda: utopia indigenista no Brasil pombalino. In: BELLUZO, Ana Maria de Moraes et al. **Do contato ao confronto:** a conquista de Guarapuava no século XVIII. São Paulo: PNP Paribas, 2003.

SILVA, Osmar Romão da. Rotas pioneiras de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 3, n. 4, p. 37-46, 1941.

TOMMASINO, Kimiye. Os povos indígenas no Paraná: 500 anos de encobrimento. In: VILLALOBOS, Jorge Ulises Guerra (Org.). **Geografia Social e Agricultura**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia – UEM, 2000.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Desbravamento e catequese na Constituição na nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 137-155, 1995.

Base de Dados e Textos *on-line*

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/pindigenas.html>. Acesso em: 07 ago. 2011.
FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2012.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/>. Acesso em: 10 jul. 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010agsub.asp>. Acesso em: 20 jan. 2012.

ISA, Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/>. Acesso em: 07 jul. 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Genealogia Paranaense de Francisco Negrão**. Disponível em: <http://rco2000.sites.uol.com.br/gp6.html>. Acesso em: 10 jun. 2011.

PARANÁ, Assembleia Legislativa. **Conheça os Deputados:** Joaquim José Pinto Bandeira. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/deputado/11/joaquim-jose-pinto-bandeira/>. Acesso em: 20 nov. 2011.

PORTAL KAINGANG. Disponível em: <http://www.portalkaingang.org/index_povo_1.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

SILVA, Carmen Lucia. **Xetá**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta>. Acesso em: 14 nov. 2011.

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo Cid. **Kaingang**. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>. Acesso em: 20 jul. 2011.